



Universidade Federal do Pará
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas

Rosiane Cristina Pimentel Pantoja

**Ação coletiva na criação e gestão do projeto de assentamento Paulo Fonteles em
Mosqueiro, Belém – Pará**

Belém
2010

Rosiane Cristina Pimentel Pantoja

Ação coletiva na criação e gestão do projeto de assentamento Paulo Fonteles em Mosqueiro, Belém – Pará

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Orientador Prof. Dr. Heribert Schmitz.

**Belém
2010**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) –
Biblioteca Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural / UFPA, Belém-PA

Rosiane Cristina Pimentel Pantoja

Ação coletiva na criação e gestão do projeto de assentamento Paulo Fonteles em Mosqueiro, Belém – Pará / Rosiane Cristina Pimentel Pantoja: orientador, Heribert Schmitz - 2010.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2010.

1. Assentamentos humanos – Mosqueiro, Ilha do (PA). I Título.

CDD – 22.ed. 307.14

Rosiane Cristina Pimentel Pantoja

Ação coletiva na criação e gestão do projeto de assentamento Paulo Fonteles em Mosqueiro, Belém – Pará

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.
Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Data da aprovação. Belém - PA: 27/08/2010

Banca Examinadora

Dr. Prof. Heribert Schimtz (Presidente da Banca)
Universidade Federal do Pará - NCARD

Dr. Prof. Gutembergue Guerra (Examinador Interno)
Universidade Federal do Pará - NCARD

Dr. Prof. Luis Fernando Silva (Examinador Externo)
Universidade Federal do Pará – ICASA

Dr. Dalva Maria da Mota (Membro Suplente)
EMBRAPA Amazônia Oriental

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Pará.

À CAPES e CNPq, que proporcionaram bolsa de estudo para desenvolver esta pesquisa.

Ao MAFDS, pela oportunidade de realizar esta pesquisa.

Ao Professor Heribert Schmitz, pelos conselhos, críticas, paciência e orientação.

A Prof. Graça Sablayrolles, Coordenadora do Programa, pelo empenho incansável no decorrer do Curso.

Aos Professores do MAFDS, pela instrução e apoio constante.

Às Famílias do Projeto de Assentamento Paulo Fonteles, pelas informações fornecidas e pela hospitalidade prestada para a construção desta pesquisa.

Aos meus familiares, pelo apoio para seguir na construção desta pesquisa.

Aos meus amigos e companheiros de militância, pelos constantes incentivos.

Aos colegas de turma, pelo compartilhamento e pela superação de dúvidas e limitações.

Aos servidores desta instituição, pela dedicação com a turma.

RESUMO

A pesquisa apresentada tem por finalidade estudar as formas de organização para a cooperação na criação e na gestão do Projeto de Assentamento Paulo Fonteles, em Mosqueiro, Belém – Pará. Para este estudo de caso, utilizou-se uma abordagem qualitativa, a partir da aplicação de entrevistas com questionário semiestruturado. A problemática da pesquisa é embasada tanto nas Teorias dos Movimentos Sociais, com as discussões das manifestações sociais, quanto na Escola Francesa da Sociologia das Organizações, com os debates das organizações e da centralidade do poder. A inquietação é compreender como os grupos sociais influenciam nas formas de cooperação para a criação e gestão do Projeto de Assentamento Paulo Fonteles. Percebe-se que os movimentos sociais têm sido os intermediários da ação coletiva nas lutas pela reforma agrária, tornando-se referências de continuidade das lutas e garantindo a mobilização das famílias para uma ação coletiva. O objetivo comum para a conquista da terra é o que garantiu o engajamento e a cooperação para a ocupação do assentamento. Mas, a conquista da terra traduz uma realidade multifacetada, pois as famílias têm perspectivas futuras diferenciadas como: moradia, produção, empregos, entre outras. A ampliação do número de assentamentos e o aumento da produção questionam a necessidade da reforma agrária como política para o desenvolvimento rural. O MST, reafirmando essa política pública, tem proposto novas formas de organização dos assentamentos, denominada de “comuna da terra”. Estes assentamentos estão localizados próximo às regiões metropolitanas, com a finalidade de atender à população dessas periferias que demanda por terra para moradia e emprego. Estes novos assentamentos visam a incorporação das infraestruturas urbanas para facilitar a produção e as relações com o mercado. Para que a proposta seja bem sucedida, a cooperação torna-se um tema central. Assim, no assentamento, observa-se que a cooperação se dá em níveis diferenciados, pois não existe assentamento sem cooperação, muito menos grupos que não tenham adesão. Portanto, o engajamento e maior adesão situam-se as regras de poder, com a maior ou menor centralidade. Assim, identificou-se que enquanto a associação tem no presidente a centralização do poder; o grupo do mutirão (organização local) apresenta uma gestão equilibrada, que leva a uma maior participação das famílias para a cooperação da gestão do assentamento Paulo Fonteles.

Palavras-chave: Ação coletiva. Assentamento. Poder.

ABSTRACT

The research presented aims at studying the forms of organization for cooperation in the creation and management of Settlement Project Paulo Fonteles in Mosqueiro, Belém - Pará. For this case study, we used a qualitative approach from the application interviews with semi-structured questionnaire. The research problem grounded both in theories of social movements, with discussions of social events, as the French School of Sociology of Organizations with discussions of the organizations and the centrality of power. Restlessness is understand how social groups influence the forms of cooperation for the creation and management of the Settlement Project Paulo Fonteles. It is observed that social movements have been the intermediary of collective action in the struggle for agrarian reform, becoming references of continuity of struggles and ensuring the mobilization of families for collective action. The common goal for the conquest of the land is what secured the commitment and cooperation for the occupation of the settlement. But the conquest of the land reflects a multifaceted reality, because families have different prospects as housing, production, employment, among others. The increase in the number of settlements and the increased production questioned the need for agrarian reform as a policy for rural development. The MST, reaffirming that public policy, has proposed new forms of organization of settlements, called "commune land". These settlements are located close to metropolitan areas, in order to serve the population of these suburbs, which demand for land for housing and employment. These new settlements are aimed at the incorporation of urban infrastructure to facilitate the production and market relations. For the proposal to be successful, cooperation becomes a central theme. Thus, the settlement, is observed that cooperation takes place at different levels because there is no settlement without cooperation, much less groups that do not have membership. Therefore, the largest membership and engagement are located in the rules of power, with more or less the same centrality. Thus, we identified that while the association has the president the centralization of power, the group's collective 'mutirão' (local organization) has a balanced management, leading to greater involvement of families to the cooperation of the management of the settlement Paulo Fonteles.

Keywords: Collective Action. Settlement. Power.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa	1 -	Mapa de localização da Ilha de Mosqueiro em Belém do Pará	17
Mapa	2-	Mapa de localização do Projeto de Assentamento Paulo Fonteles	24
Fotografia	1-	Área destinada ao projeto de gado bovino	27
Fotografia	2-	Sucessão vegetal na área da fazenda	27
Fotografia	3-	Sede abandonada da Fazenda Baía do Sol	56
Fotografia	4-	Sede da fazenda que foi usada para a escola durante o acampamento	56
Quadro	1-	Número de assentamentos criados e a área disponibilizada para as famílias através do INCRA – SR/01 de 1994 até 2009	76
Croqui	1-	Croqui do assentamento Almas, na Bahia	79
Croqui	2-	Croqui do assentamento dividido em agrovilas	80
Croqui	3-	Proposta das Novas Formas de Assentamento, conhecido como “Raio de Sol	81
Quadro 02		Assentamentos constituídos na região metropolitana	82
Fotografia	5-	Placa da construção da estrada do assentamento Paulo Fonteles	86
Fotografia	6-	Estrada do assentamento Paulo Fonteles	86
Fotografia	7-	Instalação da energia elétrica nas casas dos assentados	86
Fotografia	8-	Moradia construída por meio do crédito habitação	89
Fotografia	9-	Moradia com energia elétrica	89
Gráfico	1-	Nível de escolaridade das famílias no assentamento Paulo Fonteles	90
Fotografia	10-	Igreja Evangélica do 7º Dia	91
Fotografia	11-	Igreja Evangélica Assembleia de Deus	91
Quadro 03		Disposição dos Núcleos Familiares do PA Paulo Fonteles	96
Quadro 04		Programas e projetos recebidos pelo INCRA	101
Ilustração	1-	Esquema interpretativo das especificidades do Poder, proposto por Parsons	111
Mapa	3-	Mapa do Projeto de assentamento Paulo Fonteles	125

LISTA DE SIGLAS

AP – Ação Popular

APP – Áreas de Preservação Permanente

APROCJB – Associação de Produção e Comercialização dos trabalhadores da João Batista

APRAPAF – Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Paulo Fonteles

BANPARA – Banco do Estado do Pará

CUT – Central Única dos Trabalhadores

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CEB – Comunidades Eclesiais de Base

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPA – Cooperativa de Produção do Assentamento

DOU – Diário Oficial da União

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

TABA – Fazenda Transportes Aéreos da Bacia Amazônica

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores da Agricultura

FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores da Agricultura

GRPU – Gerência Regional de Patrimônio da União

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

IDATAM – Instituto de Desenvolvimento e Assistência Técnica da Amazônia

IGRA – Instituto Gaúcho de Reforma Agrária

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MASTER – Movimento de Agricultores Sem Terra

MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTL – Movimento Terra e Liberdade
MUST – Movimento Unidos dos Sem Terra
NMS – Novos Movimentos Sociais
ONGs – Organizações Não Governamentais
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido dos Trabalhadores do Brasil
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PJR – Pastoral da Juventude Rural
PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PRNA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PNE – Portadores de Necessidades Especiais
PA – Projetos de Assentamento
RB – Relação de Beneficiário
SEDUC – Secretaria de Educação
SEMA – Secretaria de Meio Ambiente
SESMA – Secretaria Municipal de Saúde
STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados
SR – Superintendência Regional de Belém
TDA – Títulos da Dívida Agrária
ULTAB – União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA AÇÃO COLETIVA	28
2.1. DOS MOVIMENTOS ÀS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	29
2.2. AÇÃO COLETIVA PARA A REFORMA AGRÁRIA.....	40
3. A LUTA PELA TERRA: CRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO PAULO FONTELES	49
3.1. A PREPARAÇÃO DA LUTA: O MOVIMENTO SE EXPANDE	49
3.2. DO ACAMPAMENTO AO ASSENTAMENTO	57
3.3. TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS FAMILIARES	66
4. PROPOSTAS DE ASSENTAMENTOS PARA A COOPERAÇÃO: ENTRE O CAMPO E A CIDADE	74
4.1. ASSENTAMENTOS RURAIS COMO PROPOSTA DE REFORMA AGRÁRIA	75
4.2. PROPOSTA DE ASSENTAMENTO E AS “COMUNAS DA TERRA”	78
4.3. ASSENTAMENTO PAULO FONTELES: ENTRE O CAMPO E A CIDADE.....	82
5. A COOPERAÇÃO PARA A GESTÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO PAULO FONTELES	93
5.1. ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS PELO MST.....	93
5.2. ORGANIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO	100
5.3. ORGANIZAÇÃO DO MUTIRÃO E OUTRAS FORMAS EMBRIONÁRIAS DE ORGANIZAÇÃO LOCAL	105
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	
ANEXO	

1. INTRODUÇÃO

O estudo da ação coletiva teve início com a realização da disciplina ‘Ação Coletiva no Espaço Rural’, do curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, da Universidade Federal do Pará (UFPA). Já o interesse sobre o desenvolvimento da agricultura familiar sobre as políticas apontadas para os assentamentos rurais surgiu com os trabalhos realizados pela prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural, em áreas de assentamentos rurais criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O curso de Especialização em Movimentos Sociais, na Universidade Estadual do Pará (UEPA), permitiu observar os ensaios das ações realizadas pelos movimentos sociais na luta pela terra e pela reforma agrária. A partir dessas experiências, cheguei a ideia que a cooperação é um instrumento auxiliar no desenvolvimento da agricultura familiar, merecendo maiores esforços de investigação o tema da ação coletiva na criação e gestão dos assentamentos rurais.

Nas últimas décadas, observa-se que os movimentos sociais têm se configurado como intermediários da mobilização e ocupação de terras, colocando em cena a luta pela terra e o debate da reorganização do espaço agrário e fundiário, com objetivo de obter justiça social, acesso à terra e, até mesmo, desenvolvimento econômico. Foi a partir dessas lutas sociais no campo que se criaram diversos projetos de assentamentos rurais.

A criação dos Projetos de Assentamentos (PA) rurais tem sido apresentada como alternativa, tanto pelas agências governamentais, quanto pelos movimentos sociais, para minimizar os problemas das contradições da concentração fundiária, com a finalidade de encontrar um espaço comum de moradia e de produção agrícola das famílias. Todavia, após alguns anos de aplicação desta política, identifica-se que a construção social desses espaços tem sido mais complexa do que simplesmente a instalação de famílias sem-terras em uma área para produção de agricultura.

O processo histórico da agricultura mostra que a modernização ampliou as contradições no meio rural, aumentando a concentração fundiária e as desigualdades nas relações de trabalho, tendo como consequências o êxodo rural, a intensificação do uso de insumos e máquinas agrícolas, a degradação ambiental, entre outras. Esta situação produziu insatisfações no campo, gerando um processo de lutas cada vez maior no cenário agrário brasileiro, que se combinou com o fim do regime ditatorial e a abertura político-democrática,

na década de 1980. Este período ficou conhecido como o segundo “Ciclo de Protesto” do Brasil, conforme Zolberg (1978, s/p.), citado por Tarrow (2009, p. 136), que o define como um momento de pico, em que todas as ações são possíveis, em que a política rompe o limite e invade a vida cotidiana como um todo.

Ressalta-se que a política de criação de assentamentos rurais, apesar de estar referendada no I Plano Nacional de Reforma Agrária (PRNA), proposto pelo governo Sarney em 1985, só foi colocada em prática devido às manifestações de luta pela terra e direitos sociais. Estas lutas contestavam as situações de exclusão e injustiças no campo, informação esta que Martins corrobora, quando afirma que:

A compreensão sociológica das lutas populares no campo, o desenvolvimento do seu sentido histórico, seu alcance e seus limites, passa, pois, necessariamente, por esse eixo estrutural da questão, que é a propriedade da terra: o direito que a sustenta, o uso que dela se faz. É particularmente essencial compreender que a forma assumida pela propriedade territorial “amarra” relações sociais, organiza relações de classes, sustenta relações econômicas e relações políticas, edifica uma determinada estrutura de poder, alimenta relações de dominação, define limites de participação democrática das diferentes classes sociais, particularmente as classes (MARTINS, 1986, p. 71).

A partir desta ideia, identifica-se que os processos de lutas consolidaram diversos movimentos sociais, aponta-se, dentre eles, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), surgido em 1979, no município de Nanoai, no Rio Grande do Sul, e consolidado em 1984, após o fim da ditadura militar, quando se revelou como um movimento social organizado.

A tática de ação do MST baseou-se na mobilização das famílias expulsas das próprias terras pelo processo de modernização da agricultura, categorizadas de “sem-terra”¹. Desde então, apesar das diferenças regionais vivenciadas com o desenvolvimento da agricultura, o

¹ Apesar de nos últimos anos ter-se empregado o termo de ‘sem-terra’ para identificar o MST, este termo foi utilizado primeiramente pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), sem ter ainda a ideia de ocupação de terras, e depois em documentos oficiais do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA) para identificar as famílias que não possuíam terra e viviam em condições precárias durante o governo Leonel Brizola (1959-1963). Até esse momento as ocupações ocorriam em terras do Estado, institucionalizando-se o termo ‘sem-terra’, tornando-se os alvos das políticas públicas rurais. Porém, com as ocupações de terra em áreas privadas e a desapropriação da área em prol dos ‘sem-terra’, cria-se esse contingente enquanto categoria de ação política. Este relativo sucesso contribuiu para que “pessoas sob condições de “arrendatário”, “meeiro”, ou mesmo, “filhos” de pequenos proprietários passassem a sentir-se também como “sem-terra”. Com o início do governo militar essa categoria desapareceu para dar lugar aos colonos nos projetos de colonização. No entanto, a entrada do MST no cenário político retomou este termo com a característica de reivindicação, buscando nortear as políticas públicas e contrapondo-se diante das afirmações de que os “sem-terras” não existem como categoria autônoma em relação ao Estado, o qual passa a reconhecer na expressão uma nova força social (ROSA, 2009).

MST tem conseguido se manter bem definido nas lutas, reinventando-se politicamente de acordo com as realidades regionais (NAVARRO, 2002, p.201). O propósito do MST tem sido de se expandir, enfrentando as diversidades sociais, culturais e econômicas de cada região. Ao chegar ao Estado do Pará encontrou uma realidade diferenciada pela migração de várias famílias para a região em busca da terra, configurando um mosaico de sujeitos sociais no meio rural composto por posseiros, meeiros, parceiros, arrendatários, pequenos proprietários, ribeirinhos, sitiantes, entre outros². Estes sujeitos, como afirma Lacerda; Malagodi (2007, p. 96), com suas diversidades culturais construirão um processo de interação social que irá criar uma nova realidade.

Nunca é demais ressaltar que no Estado do Pará a política dos grandes projetos e a construção das estradas atraíram para a região um elevado contingente populacional em busca de terra e emprego. Porém, muitos foram excluídos de um ou outro processo, culminando com a conformação de uma fronteira agrícola entre aqueles que conseguiram ou não emprego e aqueles que não tiveram acesso à terra.

Muitos trabalhadores dessa fronteira formaram diversos movimentos, principalmente, o movimento de posseiros³. Apesar desta categoria não se definir analiticamente como um movimento social, foi a primeira manifestação social de reivindicação por terra. As mobilizações dos posseiros iniciaram no Sul e Sudeste do Pará, posteriormente, foram apoiadas por sindicatos de trabalhadores rurais, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), entre outras organizações (SILVA, 2009, p. 4). Num sentido mais amplo, a luta dos posseiros se conecta com a luta dos 'sem-terra', pois também não possuem legitimidade da terra e podem, a qualquer momento, perdê-la, como o caso ocorrido com as famílias atingidas com a construção da Hidroelétrica de Tucuruí.

Com as mudanças que ocorriam na Amazônia, a partir da chegada dos grandes projetos, vários movimentos surgiram no Pará. Esses movimentos têm ampliado seu número pelo surgimento de novos movimentos autênticos, pela fragmentação ou pelo alinhamento

² Neste trabalho, as categorias de agricultor familiar, pequeno produtor, camponês, sem-terra, entre outros serão utilizadas como sinônimas dos atores que compõem o assentamento. Utilizando-se como categoria sociológica o campesinato, os termos poderão aparecer no corpo do trabalho como referências de expressão dos assentados.

³ O posseiro é identificado como aquele que detém a terra, mas não tem a legitimação da mesma. Num período recente, a luta dos posseiros pela terra se restringia ao acesso à posse da terra como terra de trabalho e seus direitos, vistos como legítimos, sendo expropriados e excluídos pelas categorias sociais dominantes e pela grande empresa.

com outras organizações. Como exemplos disso, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento Unidos dos Sem Terra (MUST), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Movimento Terra e Liberdade (MTL), além de organizações como os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), as Organizações Não-Governamentais (ONGs) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Dentre estes, o MST tem apresentado destaque pelo seu caráter nacional. No Pará, sua expansão passou por três momentos: o primeiro quando militantes sindicais participaram do Encontro Nacional no Sul do País, voltado para a luta dos posseiros; o segundo quando aparecem os princípios do movimento como uma unidade nacional, as bandeiras, hinos, e outros; o terceiro momento quando há a expansão do movimento para as proximidades de Belém, com a ocupação da fazenda Bacuri, em 1998, em Castanhal, atual projeto de assentamento “João Batista II” (SILVA, 2009, p. 6-7).

A partir da trajetória do MST, ressalta-se que mesmo com as diversidades da região, o movimento pretendia alcançar um público que seria contemplado pelas políticas da reforma agrária, os assentados. Observa-se que o MST se formou a partir da oposição social e política aos modelos de desenvolvimento. De modo ilustrativo – pois este trabalho não tem a pretensão de adentrar nas discussões sobre as categorias de classes sociais do qual o campo é composto – salienta-se que, da década de 1950 até os dias atuais, o campesinato se apresenta em oposição ao latifúndio: na década de 1970 surgiu o conceito de pequeno produtor em oposição à grande produção; na década de 1980 apareceu a agricultura familiar em oposição à agricultura patronal; e nos últimos anos o MST tem utilizado o conceito de campesinato para contrapor-se ao modelo de “agronegócio”.

Esta última oposição categórica é explicada por identificar no agronegócio os efeitos nocivos como a concentração e desnacionalização de terras, o monopólio de grandes empresas rurais e a produção de monoculturas para exportação. Como alternativa a esse tipo de desenvolvimento da agricultura é proposto o campesinato, que tem por finalidade de produzir produtos voltados para o consumo das famílias brasileiras, a diversidade das espécies, as práticas agroecológicas e a distribuição de renda, terra e trabalho.

As diferenças existentes entre o ideal da organização dos movimentos sociais e o desejo dos assentados são apontadas como empecilhos para a cooperação, o que torna este tema relevante na análise dos assentamentos rurais, pois desta perspectiva de compreensão é introduzida a noção dos mediadores na construção de um movimento social, que podem incentivar ou impedir uma ação coletiva. Isto é observado em Matos (2004, p.7), ao afirmar que um movimento social ao impor uma forma de organização aos indivíduos pode fazer com que os sujeitos sociais enfrentem dificuldades em encontrar suas próprias formas, pois,

[...] o poder dos movimentos sociais, na confrontação para fora, projeta-se simbolicamente para os trabalhadores como uma força que, da mesma forma que enfrenta os patrões e o governo, pode ser também disciplinadora para eles e, desse modo, representa uma ameaça latente a todos que se encontrarem em oposição, inibindo a explicitação das contradições naturais aos processos sociais e das discordâncias que possam ser assumidas como contraposição aos grupos hegemônicos. Neste sentido, segundo nossas avaliações, os movimentos sociais responsáveis pelo poder que os trabalhadores rurais têm no plano nacional podem ao mesmo tempo estar inibindo a autonomia das organizações dos assentamentos.

A partir disto acredita-se que o distanciamento das estruturas formais pode ter levado a um amadurecimento dos assentados para criar suas próprias formas de organização no PA Paulo Fonteles.

Observa-se que as diversas ocupações no Estado do Pará realizadas pelo MST tiveram como base os setores sociais da população pobre, rural e urbana. Nestas ocupações, o movimento tinha como objetivo a expansão para a região do Nordeste paraense, ocupando várias áreas próximas à região urbana, que posteriormente se tornaram assentamentos rurais. Dentre esses assentamentos está o Projeto de Assentamento Paulo Fonteles, localizado em Belém, no distrito de Mosqueiro. Esta pesquisa se dedica a compreender como os grupos sociais influenciam nas formas de cooperação para a criação e gestão do Projeto de Assentamento Paulo Fonteles. Para subsidiar o problema da pesquisa algumas perguntas norteadoras tornaram-se necessárias, a saber:

- a) Como se constituíram os grupos e as relações de poder no processo de criação do assentamento Paulo Fonteles?
- b) Quais propostas foram apresentadas pelos grupos sociais para a gestão do PA?
- c) Quais as formas de organização e cooperação são desenvolvidas na gestão do PA?

Partindo destas questões, o objetivo desta pesquisa será descrever, identificar e analisar as formas de organização dos assentados para a cooperação na criação e gestão do PA Paulo Fonteles, estabelecendo-se como objetivos específicos os seguintes:

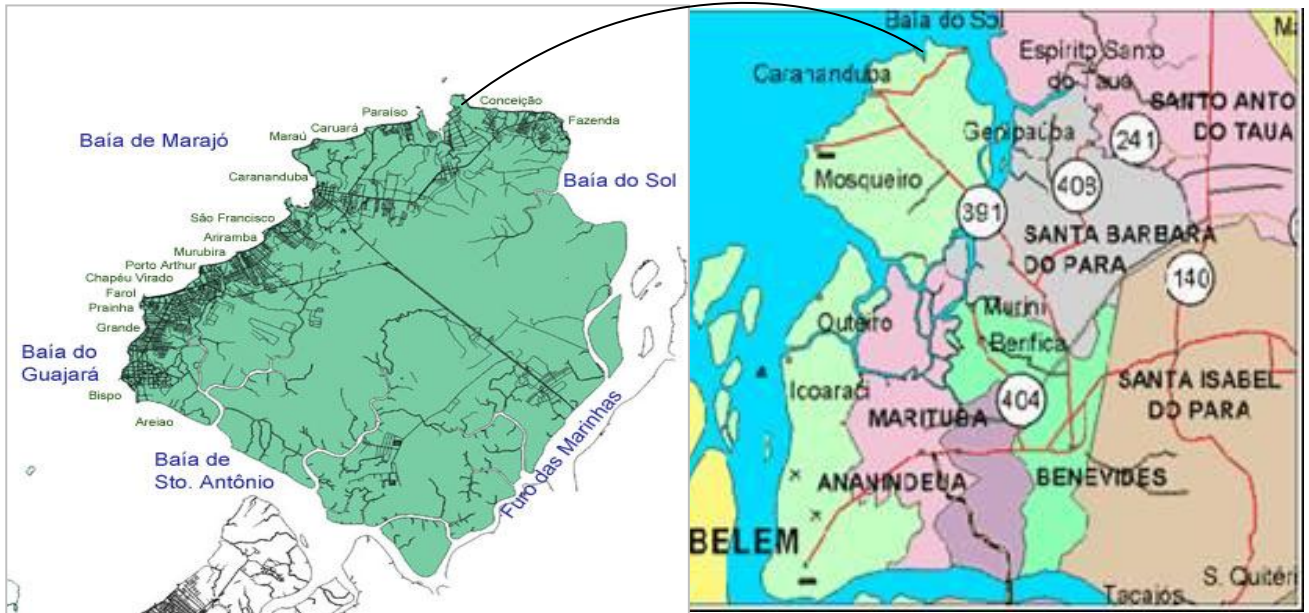
- a) Descrever a forma de organização dos grupos sociais para a cooperação no processo de criação do assentamento Paulo Fonteles.
- b) Identificar os grupos sociais existentes no assentamento Paulo Fonteles e suas relações de poder com os demais grupos.
- c) Analisar as propostas de organização para a realização da cooperação no assentamento Paulo Fonteles.
- d) Analisar as diferentes formas de cooperação para a gestão do assentamento Paulo Fonteles.

Para a compreensão dos caminhos percorridos pela pesquisa, observa-se que os estudos sobre as evidências da ação coletiva que levam a construções sociais contribuem no campo teórico e prático para o fortalecimento de um projeto político estratégico das famílias camponesas. Porém, deve-se ter todo um trato metodológico para evitar interpretações equivocadas da realidade que se apresenta e a aproximação com o objeto de estudo.

Minayo (2003, p. 22) assevera que a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias sociais, por conter os fundamentos do instrumental teórico, de coleta e das interpretações dos dados, além de expor o potencial inovador e criativo do pesquisador. Nesta perspectiva, pretende-se esclarecer os caminhos escolhidos e instrumentos utilizados durante esta pesquisa que tem como propósito a investigação das ações coletivas em um assentamento rural. Para isto, utilizou-se a abordagem qualitativa.

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com o nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a uma operacionalização de variáveis (MINAYO, 2003, p. 21 - 22).

A pesquisa foi realizada no projeto de assentamento Paulo Fonteles, em Belém, Distrito de Mosqueiro, localizado conforme a figura abaixo (ver. Figura 01).



Mapa 01: Mapa de localização da Ilha de Mosqueiro em Belém do Pará.

Fonte: www.mosqueiro.com.br adaptada pela autora.

A escolha pelo PA se deu em função de ser um assentamento relativamente recente, onde coexistem diversas formas associativas que passam por rearranjos organizacionais de grupos, desde a ação coletiva para a criação do assentamento até a cooperação para a gestão.

Outro elemento da escolha do PA foi sua localização no distrito de Mosqueiro, conhecido como uma área de veraneio, não possuindo características de produção agrícola. Porém, esta localização, na região metropolitana de Belém, facilita o deslocamento de produtos para o centro da cidade, influenciando nas relações mercadológicas. Deve-se considerar, ainda, a existência nesta área de uma vegetação composta de mata de terra firme, várzea, manguezais com pouca alteração, apesar de prevalecer a dinâmica da agricultura, baseada no sistema de corte e queima, ocasionando a derrubada das matas e pressionando mudanças nos ecossistemas.

Portanto, partiu-se de um estudo de caso que nas ciências sociais tem sido realizado com um duplo propósito, um para se chegar a uma compreensão abrangente do grupo de estudo e outro para se chegar às construções generalizadas dos instrumentos sobre as regularidades do processo e estruturas sociais (BECKER, 1997, p. 118). Entretanto, considera-se utópica a possibilidade da análise de tudo, terminando os pesquisadores

terminam por se deterem nos problemas de maior relevância no estudo do grupo em questão (BECKER, 1997, p. 119).

A meta abrangente do estudo de caso, contudo, mesmo que não seja alcançada, tem conseqüências importantes e úteis. Prepara o investigador para lidar com descobertas inesperadas e, de fato, exige que ele reoriente seu estudo à luz de tais desenvolvimentos. Força-o a considerar, por mais que de modo rudimentar, as múltiplas inter-relações dos fenômenos específicos que observa. E evita que ele faça pressuposições que podem se revelar incorretas sobre questões que são relevantes, ainda que tangenciais, para seus interesses principais. Isto acontece porque um estudo de caso quase sempre fornece alguns fatos para guiar estas pressuposições, enquanto os estudos com procedimentos de coleta de dados mais limitados são obrigados a pressupor o que o observador que faz o estudo de caso pode verificar.

Numa definição mais precisa, entende-se:

O estudo de caso permite explicar situações particulares em profundidade. Via de regra, trata-se do estudo de uma unidade de análise que pode ser um sujeito particular, uma instituição ou uma situação específica para compreendê-la como uma unidade, muitas vezes por meio da análise dos fenômenos típicos do mundo social em questão. No âmbito dessa abordagem, podem ser utilizados diferentes métodos. Os resultados não pretendem ser generalizantes, mas explicativos em profundidade (LAMNEK, 1995; ANDRÉ, 2000 citado por MOTA, SCHMITZ e SILVA JR., 2007).

A pesquisa apresenta um quadro teórico relacionado à problemática das organizações no sentido da cooperação. Os estudos acerca do tema fundamentam-se nas categorias de análise de ação coletiva, organizações sociais (lideranças) e relação de poder. Entre os autores que fundamentam o estudo, encontra-se Olson (1998), que analisa o engajamento dos indivíduos numa ação coletiva; Tarrow (2009), que discute os ciclos de protestos e as oportunidades políticas que levam uma ação coletiva a se tornar um movimento social; Matos (2004) que analisa as organizações enquanto organizadores instrumentais; Lacerda e Malagodi (2007), e Sabourin (2006) que desenvolvem as formas de organização em assentamentos rurais; e Crözler e Friedberg (1993)⁴ e Chazel (1995a), que tratam das relações de poder na ação coletiva.

Antes de entrar nos procedimentos metodológicos da pesquisa, cabe destacar a composição dos grupos. O MST tem uma composição orgânica de: **dirigentes**, que têm formação política e estão na coordenação central; **lideranças**, aqueles que organizam o

⁴ A obra de Crozier; Frieberg (1993) foi publicada em alemão e será citada a partir das notas de aula da disciplina “Ação coletiva no Espaço Rural”, do curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (MAFDS), ministrada pelo Prof.º Heribert Schmitz.

assentamento, destacando-se da base; e **base** que são as famílias que se reivindicam sem terra. Na associação existem as lideranças, que representam a associação com o presidente e demais diretores e os sócios, que são as famílias filiadas.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram os seguintes:

a) Observação em campo e entrevistas com os assentados

A pesquisa buscou como enfoque a observação direta e indireta, com o objetivo de confrontar os fatos percebidos pelo pesquisador com os entendimentos dos sujeitos entrevistados. Como esclarece Quivy; Campenhoudt (1992, p. 165-166), a observação direta se refere àquela em que o pesquisador coleta informações sem precisar da intervenção do sujeito; já a indireta é aquela em que o sujeito intervém na produção da informação.

Durante a pesquisa foram realizadas caminhadas transversais com o objetivo de se fazer um diagnóstico visual das áreas, possibilitando reflexões sobre o desenvolvimento da produção e a formação da paisagem. Entretanto, precisava-se estabelecer contato com os assentados, pois inicialmente o único laço com o PA se dava pelo então, na época, presidente da associação.

Para conhecer melhor a área se fez necessária uma visita exploratória, em que se conversou com o presidente e algumas lideranças presentes. Durante a conversa, pediu-se para participar das assembleias, pois são um espaço importante para se manter contato com os demais membros e se identificar os grupos. O presidente, na ocasião, relatou não ter impedimento para que se participasse da assembleia, porém, informou que não existia nenhuma marcada, e que não havia previsão de quando seria a próxima.

A visita exploratória serviu para identificar e estabelecer contato com as demais lideranças, além de identificar os arranjos das unidades de produção e direcionar os caminhos da pesquisa. As conversas neste primeiro momento se deram de modo descontraído, sem muitas anotações, durante o campo, pois o objetivo era criar uma maior confiança entre o pesquisador e o entrevistado.

Um segundo momento se deu com a realizações de entrevistas com alguns assentados, a partir dos grupos identificados na primeira conversa, para levantar informações referentes ao processo de luta e ocupação da terra, mas também para identificar os demais grupos que surgiam a partir deste momento. As primeiras entrevistas ocorreram com um roteiro de

perguntas abertas, para que os assentados de determinado grupo ficassem à vontade para responder e revelar outros grupos.

Após a identificação dos grupos, foram realizadas novas entrevistas baseadas em questionários semiestruturados, para o levantamento das informações sobre a criação e gestão do assentamento. As entrevistas com as lideranças do PA aconteceram em suas casas em dois momentos, um com o auxílio do gravador, observando-se que as histórias não fluíam com tanta empolgação, em outro momento sem o gravador, em que informavam os casos mais restritos às lideranças dos grupos.

Estas conversas formais e informais foram importantes para a pesquisa, por representarem as informações orais dos entrevistados, compondo uma visão das suas experiências de vida. Assim, mesmo diante de algumas dificuldades, acredita-se ter conseguido alcançar o problema central da pesquisa.

Para a representação amostral, utilizou-se a ‘amostragem teórica’ entendida como:

A representatividade de uma amostra não é garantida nem pela amostragem aleatória, nem pela estratificação. Ao contrário disso, selecionando-se indivíduos, grupos, etc., de acordo com seu nível (esperado) de novos *insights* para a teoria em desenvolvimento em relação à situação da elaboração da teoria até então. As decisões sobre a amostragem visam àquele material que prometa os maiores insights, percebidos à luz do material já utilizado e do conhecimento dele extraído (FLICK, 2009, p.120).

Portanto, após a identificação dos grupos do assentamento, os entrevistados foram selecionados de acordo com as referências que as famílias designavam àquela liderança de determinado grupo. Mesmo muitas vezes recebendo referências negativas, como a de uma figura autoritária, os entrevistados eram vistos como representantes do grupo.

Outra questão relevante para a pesquisa foi a escolha dos entrevistados. Para fornecer dados produtivos para o estudo, o entrevistado deve preencher certos critérios, como ter disposição para participar de tal processo e possuir conhecimentos e experiências sobre o tema tratado. É fundamental também que no ato de realização da entrevista a ele seja disponibilizado um tempo para articular as ideias (FLICK, 2009, p. 125).

A pesquisa em questão buscou identificar as lideranças do assentamento para entrevistar os representantes dos grupos de interesses. Foram realizadas dez entrevistas, com representantes de quatro grupos, sendo três do MST, quatro do grupo do Mutirão, um do grupo de mulheres e, em ‘tese’, sete da Associação dos Produtores Rurais do Assentamento

Paulo Fonteles (APRAPAF). Entre os grupos muitas vezes ocorre uma interseção dos assentados, pois oficialmente todos se reivindicam como pertencentes à associação, com exceção das lideranças do MST.

A quantidade amostral das entrevistas foi de aproximadamente 17%. Entretanto, essa amostragem foi contabilizada a partir das informações das lideranças que reivindicam uma maior representação do grupo no PA. Em relação à participação quanto ao sexo, foram entrevistadas três mulheres e sete homens.

Em pesquisas sociais estabelecer boa relação entre o pesquisador e o entrevistado é fundamental para garantir a maior confiabilidade das informações. O uso do gravador, de certo modo, inibe o entrevistado. Por isso, apesar de várias horas de gravação, muitos fatos não foram relatados durante o uso do gravador. Para resguardar os sujeitos da pesquisa, mesmo sem ser solicitado, foram utilizados pseudônimos no lugar dos nomes dos assentados, com exceção para os nomes das lideranças que são reconhecidas.

b) As entrevistas com dirigente do MST e agências estatais

Realizou-se entrevista com representantes da Direção Estadual do MST e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com o responsável pelas ações de implantação do assentamento, e com o técnico do INCRA que realizou os trabalhos de campo no PA Paulo Fonteles.

O representante do MST relatou os acontecimentos históricos e perspectivas e projetos para o PA Paulo Fonteles. Já a entrevista com o representante e o técnico do INCRA teve como finalidade compreender a intervenção do órgão na criação e na gestão do PA.

c) Levantamento de dados secundários e registro fotográfico

Foram levantados dados do distrito de Mosqueiro com a intenção de adquirir maior conhecimento da área onde está localizado o PA. Também foi realizada coleta de informações junto ao INCRA sobre a homologação do assentamento. Apesar de não possuir um histórico sobre a área, este órgão forneceu informações importantes para se entender como planejou a divisão dos lotes e dos recursos naturais do PA.

Como fonte de informação e para melhor ilustração da pesquisa foram realizados registros fotográficos das estruturas da fazenda e das atividades desenvolvidas atualmente no

assentamento. Porém, não foi possível obter os registros fotográficos no período do acampamento e início do assentamento, portanto, devem ser relativizados os aspectos de deterioração das estruturas em função dos anos.

d) Análise dos dados

Os dados das entrevistas escritas foram coletados em caderneta de campo e tomas algumas anotações das entrevistas gravadas. As informações documentais foram analisadas e posteriormente confrontadas em campo para dirimir possíveis incompreensões. Assim, a partir das referências teóricas foi construído um modelo de análise para confirmar a hipótese levantada na pesquisa.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo são apresentadas as matrizes teóricas da ação coletiva, para compreender o embasamento dos movimentos sociais enquanto intermediários da ação coletiva nas lutas pela reforma agrária.

No segundo capítulo procura-se descrever através do histórico da ocupação, a forma de organização dos grupos para a ação coletiva na mobilização e criação do assentamento, observando as relações de poder entre grupos e abordando a trajetória das famílias que ocuparam o assentamento Paulo Fonteles.

No terceiro capítulo identifica-se a problemática da reforma agrária e as possíveis soluções apontadas, além da proposta de criação de ‘novos’ assentamentos rurais que visam à interação da cidade com o campo, com o objetivo de facilitar a gestão coletiva do PA. Por último, no quarto capítulo, é analisado como surgem as organizações locais e quais os projetos que tem desenvolvido para cooperação da gestão do Assentamento Paulo Fonteles.

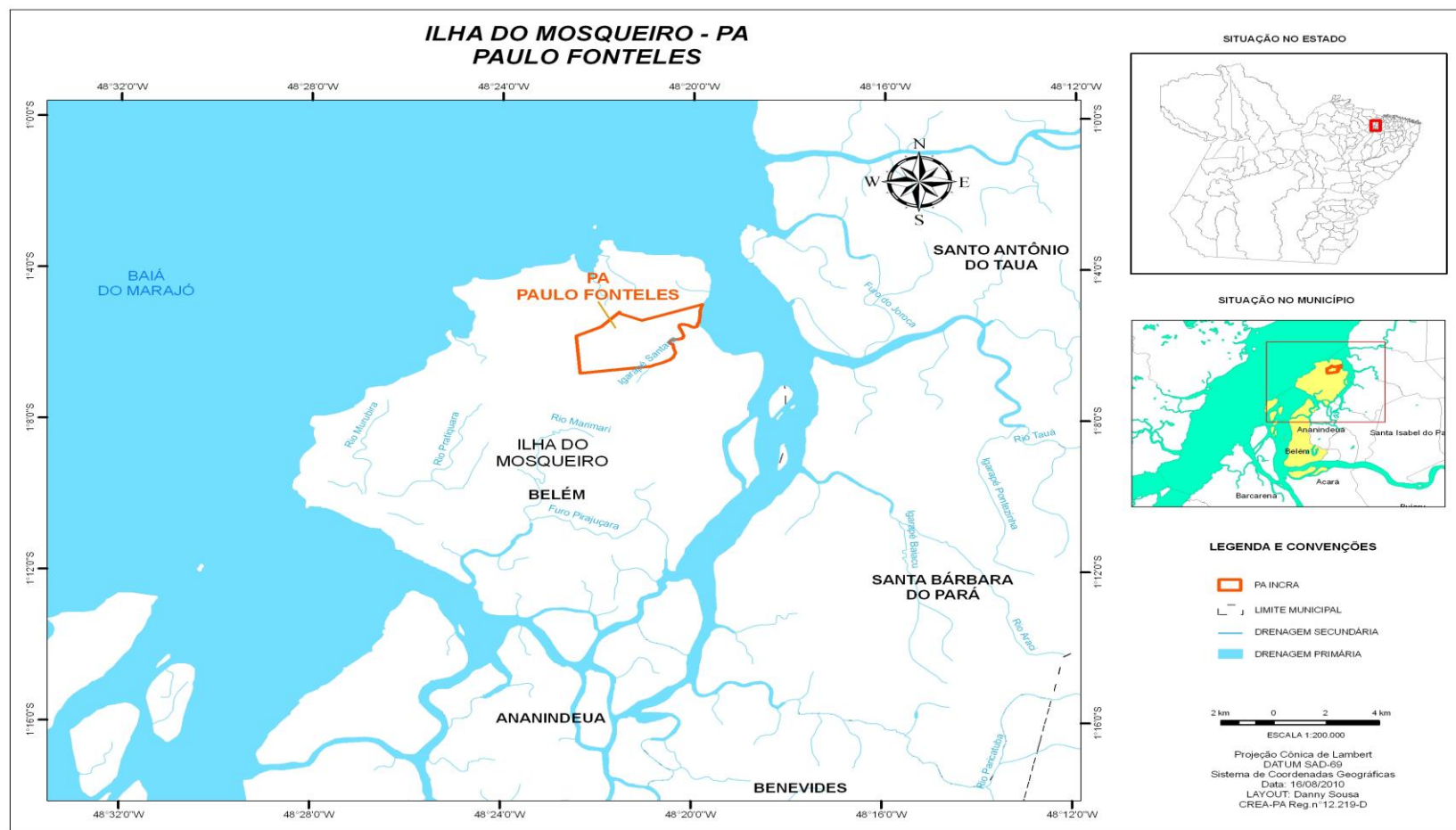
Localização do PA Paulo Fonteles

O assentamento está localizado no distrito de Mosqueiro, a cerca de 70 quilômetros de Belém por rodovia (Figura 02). Mosqueiro está situado na microrregião Guajarina em um típico ambiente estuarino com influências marinhas, tem uma superfície de aproximadamente 212 km², possuindo 17 km de praias de água doce (VENTURIERI, et al., 1998, p. 248).

O Projeto de Assentamento Paulo Fonteles pertence à microrregião de Belém com coordenadas geográficas de 01° 04' a 01° 14' de latitude sul e 48° 19' a 48° 29' de longitude oeste de Greenwich, com altitude média de 15 metros acima do nível do mar. Está inserido numa região tropical úmida de clima Equatorial, com classificação de Köpper Afí e temperatura média superior a 25, 9° C, com umidade relativa do ar de 84%, cuja pluviosidade fica em torno de 2.800 mm anuais (IBGE, 2002).

O acesso ao assentamento se dá através da Rodovia BR 163, chegando à rodovia estadual Augusto Meira Filho. Entrando à margem direita da estrada municipal Baía do Sol chega-se a vicinal que dá acesso ao PA Paulo Fonteles, que tem como confinantes (INCRA, 2004, p.1):

Ao Norte: o Senhor Rubens Lima e o senhor Jaco;
Á Leste: o Igarapé Santana;
Á Oeste: o senhor Benedito Elias e o Senhor Ferdinando;
Ao Sul: o Igarapé Marataua e o Igarapé Santana.



Mapa 02: Mapa de localização do Projeto de Assentamento Paulo Fonteles.
 Fonte: Danny Silvério, Técnico em Des. Agrário e Fundiário do ITERPA, 2010.

Os principais acessos para a ilha de Mosqueiro se dão por via fluvial e via rodovia pela PA-391. O acesso rodoviário foi possível após a construção da Ponte São Sebastião de Oliveira sob o Atlântico, realizada em 1976, com 1.485 metros de extensão sobre o Furo das Marinhas, o que encurtou o percurso e conseqüentemente o tempo para se chegar a ilha.

Em seu histórico observa-se que durante o século XVIII os portugueses colonizaram as áreas à margem da Baía do Sol, onde desenvolviam atividades agrícolas. A primeira ocupação urbana aparece em 1875 com uma população que se aglutinava em torno da fábrica de borracha e que implantou infraestruturas urbanas, nascendo assim, a primeira vila urbana com o nome de Freguesia de Nossa Senhora do Ó (FURTADO; SILVA JUNIOR, 2008; s/p). Segundo o censo do IBGE de 2006, a população residente está em torno de 28 mil, porém os moradores acreditam que a população esteja em torno de 50 mil (FURTADO; SILVA JÚNIOR, 2008, s/p).

No período da colonização foram construídos casarões que posteriormente eram adquiridos pela pequena burguesia de Belém, servindo como casas de veraneio, constituindo inclusive pequenas fazendas. Existiam dificuldades de chegar até a ilha, naquele momento e o único acesso possível era através do rio com a utilização de barcos, pois não havia sido construída ainda a ponte que dá acesso à ilha, fazendo com que o fluxo de pessoas aumentasse apenas no período das férias.

A cobertura vegetal predominante na ilha é a Floresta Ombrófila Densa que tem grande diversidade florística composta por plantas lenhosas de crescimento protegido, encontrando três subtipos: mata de terra firme, mata de várzea e os manguezais (VENTURIERI, et al., 1998; p. 250). A vegetação primária é característica de espécies arbóreas, de porte elevado, formando estratificações com espécies de menor porte. Na parte de Planície Aluvial encontram-se espécies hidrófilas de porte médio com raízes pneumatóforas e sapopemas. As principais espécies encontradas são: tamanqueiro (*Tagara rhoifolia*), mangue vermelho (*Thizophora mangle*), siriúba (*Avicenia nítida*), mangerana (*Conocarpus erecta*) e a mague-rama (*Laguncularia racemosa*) (SALES, 2006, s/p.). No entanto, a cobertura vegetal, ao longo dos anos foi sendo substituída por cultivos e por vegetação de capoeira. No assentamento Paulo Fonteles, parte da vegetação foi substituída por plantio de capim para introdução do gado e pelo plantio de alguns pés de coco, porém manteve-se preservada as áreas de mata ciliar e do seringal nativo, apesar da produção já em declínio.

Em termos geomorfológicos a região é constituída de sedimentos aluviais do quaternário e terciário, de acordo com o Projeto Radam (1972); apresenta dois compartimentos topográficos que corresponde ao Planalto Rebaixado da Amazônia e a Planície Fluvial Amazônica (FURTADO; SILVA JUNIOR, 2008, s/p). Segundo a prefeitura de Belém, o Distrito de Mosqueiro é composto de 15 praias fluviais que são: Areão, Trapiche, do Bispo, Praia grande, Prainha, Farol, Chapéu Virado, Marahu, Porto Artur, Murubira, Ariramba, São Francisco, Carananduba, Paraíso e Baía do Sol, onde está localizado o assentamento.

Os principais rios que banham Mosqueiro são Murubira, Pratiqara e Mari-Mari, sendo que na área da praia Baía do Sol se encontra os rios Santana, Água Boa, Marataua e seus afluentes que deságuam na Baía do Marajó.

Assim, de acordo com os aspectos físicos, bióticos e antrópicos, verifica-se que a região apresenta um ecossistema de vegetação secundária, com resquícios de uma população agrícola e acesso e localização favorável ao deslocamento das famílias e ao escoamento da produção. Portanto, essas eram algumas características favoráveis para que ocorresse a ocupação dirigida pelo MST, em 2004, na fazenda Baía do Sol – Empresa Agropecuária S.A, onde foi criado o Projeto de Assentamento Paulo Fonteles.

Nesta área, a empresa desenvolvia um projeto de criação de gado, com plantio de capim instalado na frente da fazenda (Fotografia 1), também possuía alguns pés de coco e um seringal nativo, que estava com baixa produção. Assim, mantinha boa parte da área ainda preservada com uma vegetação secundária, que foi destinada a reserva legal.

Com a criação do assentamento Paulo Fonteles a área foi destinada a sessenta (60) famílias, que atualmente foi dividido em 60 lotes individuais, com tamanhos que variam entre quatro (4) e treze (13) hectares, que desenvolvem a agricultura familiar através do sistema de corte e queima utilizada, mas mantendo parte da vegetação secundária ainda se faz presente em boa parte do assentamento (Fotografia 2).



Fotografia 1: Área destinada ao projeto de gado bovino.

Fonte: Hilaíres Maciel, maio de 2010.



Fotografia 2: Sucessão vegetal na área da fazenda.

Fonte: Rosiane Pantoja, maio de 2010.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA AÇÃO COLETIVA

O estudo sobre o tema da ação coletiva permite encontrar esquemas de explicação nas ciências sociais, baseados no utilitarismo e no individualismo metodológico, avaliando as ações pelo princípio da racionalidade, que, apesar de não conseguir abarcar todas as relações humanas, tem importância por explicar a cooperação a partir da tensão entre os indivíduos e entre os indivíduos e a sociedade.

A matriz teórica de Olson, em seu trabalho de maior influência, “A lógica da ação coletiva”, publicado em 1965, teve grande importância pelo seu caráter racional e por analisar a ação coletiva a partir do comportamento dos indivíduos e sua organização em grupos de interesses. Este autor considera que os indivíduos, mesmo quando se organizam num grupo com objetivo de alcançar um bem público ou coletivo, o fazem por interesses pessoais, principalmente, quando se trata das questões econômicas.

Em Olson identifica-se a ideia de que “os membros de um grande grupo não agirão para atingir seus objetivos comuns ou grupais a menos que haja alguma coerção para forçá-los, ou ao menos algum incentivo à parte” (OLSON, 1998; p.14). Explica, também, o surgimento do aproveitador (*free rider*), quando há uma situação em que o bem comum é alcançado, todos serão beneficiados, já que não se pode excluir aqueles que tenham pouca motivação para contribuir na ação coletiva.

Araújo (2006, p. 3-4), ao analisar as observações de Olson, discorda do caráter racional dos membros de um grupo, e acrescenta a capacidade dos grupos em promover ação coletiva através do que chama de *poder compensatório*:

A ação coletiva não é fruto da ação racional dos indivíduos de um grupo, por maior que ele seja, mas pode resultar de pressões ou de alguma coerção que o induz. O que leva um grupo a agir e ter um ganho, um resultado ou desempenho no mercado pode ser um “benefício coletivo”, na expressão de Olson (1999, p. 50), “exclusivo ou inclusivo”, dependente do objetivo.

Assim, a autora afirma que a ação coletiva é de “natureza agregacional contestatória”, pois cria um espaço político diante da conjunção de forças que ocorre, geralmente, em conflito (ARAÚJO, 2006, p. 2). Ou seja, a ação coletiva não deriva de uma racionalidade dos indivíduos, mas sim do grau das tensões geradas pelos conflitos da própria sociedade, sendo que estas tensões perpassam a relação de poder. Portanto, apesar de serem importantes as contribuições teóricas de Olson, não são suficientes para compreender as dimensões das relações sociais que permitem a ação coletiva.

Para Tarrow (2009, p. 33), Olson tenta explicar o que leva as pessoas a não se engajarem em uma ação coletiva, apesar de ser numa época em que floresceu o conflito político, centrando suas análises nas questões materiais e pessoais. O autor contesta as análises de Olson, pois trata da ação coletiva num período de maior intensidade das manifestações, que conformaram diversos movimentos sociais. Neste sentido, este estudo buscou o campo teórico para compreender o que leva as ações coletivas a se transformarem ou não num movimento social.

Assim, neste capítulo, entra-se no quadro teórico da ação coletiva, contextualizando-se as questões que lhes são inerentes, com o objetivo de entender os processos de mobilizações na luta pela terra e reforma agrária.

2.1. DOS MOVIMENTOS ÀS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Quando se tenta conceituar o que são os movimentos sociais, percebe-se que há mais dificuldade do que parece, pois se trata de uma categoria amorfa, em que suas fronteiras não apresentam uma delimitação clara em relação às organizações sociais. Segundo Boudon; Bourricaud (2001), a expressão movimentos sociais pode tanto designar a descrição dos mais variados processos de manifestação coletiva, quanto caracterizar os aspectos mais originais e mais criativos (dinâmicos) da vida social.

Do ponto de vista teórico, Gohn, em sua obra “Teoria dos Movimentos Sociais”, adota uma classificação das abordagens clássicas sobre as manifestações coletivas, dividindo-as em cinco correntes, sendo três consideradas como movimentos sociais e duas como ações coletivas: Esta classificação se deu como proposta dos formuladores que dividiram estas abordagens em: Escola de Chicago, que teve como principal expoente Herbert Blumer; Teoria da sociedade de massas, com Eric Fromm e Kornhauser; Abordagem sociopolítica, com vários autores; Comportamento coletivo sob a ótica do funcionalismo e Teorias organizacionais comportamentalistas (GOHN, 1997, p. 25).

Destaca-se que as primeiras análises sobre as manifestações coletivas tentavam explicar os fenômenos do comportamento da sociedade, a partir de uma perspectiva histórica ou da psicologia da multidão. Na primeira perspectiva, seguiram vários autores, como Stein, que identificou nos movimentos sociais as resultantes de um antagonismo de classe (classe trabalhadora contra o capital), que busca uma mudança social e não política (CHAZEL, 1995, p.294). Na segunda perspectiva, a psicologia da multidão, Le Bon introduz a noção do chefe,

que é aquele que arrebanha as pessoas para segui-lo de modo irracional e até perigoso. Essas duas perspectivas foram bastante criticadas e percorreram caminhos diferentes na história (CHAZEL, 1995, p.296).

Segundo Chazel (1995, p. 298-299), sob a ótica do comportamento coletivo, Park apresenta um esquema dos processos realizados para surgimento de um movimento social, iniciando com a agitação social, o movimento de massas e a adaptação ou transformação das instituições. Nesse esquema, o autor permite uma visão bastante ampla sobre movimentos de massas, que vai, desde migrações massivas, cruzadas, até as revoluções. Portanto, observa-se que, inicialmente, foram atribuídas às manifestações coletivas uma noção do comportamento coletivo irracional, que ocorria na sociedade pelo processo de industrialização.

Na Escola de Chicago, tais manifestações serão compreendidas por Blumer quando satisfizerem uma dupla exigência: a da delimitação empírica e a da identificação analítica. Estas manifestações são definidas como:

[...] empreendimentos coletivos para estabelecer uma nova ordem de vida. Eles surgem de uma situação de inquietação social, derivando suas ações dos seguintes pontos: insatisfação com a vida atual, desejo e esperança de novos sistemas e programas de vida (GOHN, 1997, p.30).

Essa abordagem considera que as motivações são derivadas das carências sociais e que os indivíduos devem cooperar, voluntariamente, pois existe um caráter natural para o comportamento coletivo. No entanto, a organização no início do movimento é pobre e indefinida, somente depois se desenvolvem novas formas de organização social, sendo para isso o papel das lideranças o de proporcionar ao coletivo a elaboração de propostas mais adequadas a sua realidade. A principal crítica às análises de Blumer está no esquema que apresenta com etapas definidas e que, portanto, não reconhece o caráter pouco previsível do curso dos movimentos sociais.

Os teóricos da corrente da Sociedade de Massas entendiam que os comportamentos coletivos eram reações da anomia proporcionada pelas condições estruturais da sociedade que produziam carências e privações, em que o espontaneísmo poderia levar a atos heróicos ou de barbárie. Em 1988, Offe retomou as análises de comportamentos políticos não institucionais, denominando-os de “massas” ou “desviantes” (GOHN, 1997, p. 35-36).

A abordagem sociopolítica foi bastante difundida por Heberle e se preocupou em distinguir os movimentos sociais dos grupos corporativos, baseando-se em critérios para que a

ação se tornasse um movimento social, como: “consciência grupal, sentimento de pertença ao grupo, solidariedade e identidade” (GOHN, 1997, p. 37-38). Deste modo, Heberle afirma que:

[...] os movimentos sociais teriam duas funções-chave na sociedade: formação de vontade comum ou vontade política de um grupo, auxílio no processo de socialização, treinamento e recrutamento das elites políticas.

Esta abordagem tem importância para delimitar as ações dos movimentos sociais e o papel que eles devem cumprir para que consigam incorporar os indivíduos aos grupos.

A corrente do Comportamento coletivo, sob a ótica do funcionalismo, inicia seus trabalhos com as ideias de que a sociedade é regida por normas e valores sociais, e de que as manifestações sociais seriam produto das reações do isolamento dos indivíduos contra a sociedade que o oprimia. Este, não mais suportando, cria suas instituições. Por isso, os movimentos sociais foram vistos como frutos do afrouxamento dos hábitos e costumes sociais, quando os indivíduos não mais conseguiam resolver os problemas da vida social.

As análises, segundo tal corrente, centravam-se na ideia de que os comportamentos coletivos eram produtos de insatisfação com a mudança na sociedade. Nesse contexto, a “adesão aos movimentos seriam respostas cegas e irracionais de indivíduos desorientados pelo processo de mudança que a sociedade industrial gerava” (GOHN, 1997, p. 23).

Essa abordagem é retomada nos trabalhos de Turner e Killian (1957), que atribuem aos movimentos sociais uma coletividade que tenha certa continuidade, ou melhor, definem que seriam “uma coletividade que age com alguma continuidade para promover ou resistir a uma mudança na sociedade ou no grupo de que faz parte” (CHAZEL, 1995, p.303). Deste modo, introduzem na ação coletiva elemento que:

[...] garante a formulação de objetos, as estratégias, a divisão de funções – inclusive o papel dos líderes e a formulação de um sentido de identidade grupal. Tudo isso se configura a partir de regras baseadas em tradições, formando o esprit de corps do movimento (GOHN, 1997, p. 43-44).

Chazel, observando as análises de Smelser, identifica que para o autor os movimentos sociais devem ser entendidos para além da questão da temporariedade, por meio do comportamento em causa, ou seja, dos valores ou normas que se pretende “restaurar, proteger, modificar ou mesmo criar” (CHAZEL, 1995, p. 305). Esta análise se remete à ação institucional, contraposta da não institucional, pois entende que o comportamento coletivo é gerado a partir de uma tensão produzida devido a ausência, ou não resposta, de uma ação institucional.

A Teoria organizacional não irá criar novas categorias, apenas classificará os movimentos sociais em movimento de classe, de status e expressivos, definindo-os, respectivamente, como aqueles que se organizam instrumentalmente para os interesses de um público específico, aqueles que se organizam para manter o prestígio e os que se relacionam com a busca por metas produzidas pelo descontentamento (GOHN, 1997, p. 48).

O caminho das abordagens clássicas apontou várias pistas para compreensão dos movimentos sociais. Com a mudança no paradigma teórico, que incorporou os elementos da racionalidade e a ruptura das teorias do comportamento coletivo, surgem as teorias da Mobilização de Recursos (MR) e da Mobilização Política (MP). Segundo Chazel (1995, p.311) esta ruptura é identificada por analisar em termos os movimentos sociais, a teoria da multidão perde importância, e por voltar sua atenção às condições em que ocorrem os processos de mobilização, detendo-se no engajamento do indivíduo na ação e na continuidade da organização. A MR teve bastante influência com as contribuições da visão estrutural da ação coletiva, sendo seus principais autores Olson, Zald, McCarthy, Oberschall e Tilly, que enviesaram pela abordagem histórica.

Esta corrente, impregnada das noções econômicas, dará ênfase aos recursos humanos, financeiros e de infraestrutura, comparando os movimentos sociais a uma empresa, na qual os membros aportam com seus recursos. Porém, é introduzida a ideia de um tipo de membro que aporta recursos, mesmo sabendo que não será beneficiado, quando do êxito dos objetivos dos movimentos sociais (CHAZEL, 1995, p. 314).

Mancur Olson, em “A lógica da ação coletiva”, publicado em 1968, analisa o comportamento dos indivíduos, observando que sua organização em grupos de interesses que para ele tem dupla extensão: o objetivo comum do grupo e ao mesmo tempo dos interesses individuais materiais.

As contribuições de Olson têm relevância por perceber o comportamento dos membros dos grupos sociais na promoção das ações coletivas. Analisa que os grupos agem em favor dos interesses grupais observando, porém, que seus membros têm um comportamento racional, centrado nos próprios interesses individuais. O autor identifica um grupo como um conjunto de indivíduos com a função de se organizar para fazer avançar o objetivo comum, mas com a prerrogativa de interesses puramente individuais e pessoais.

McCarthy e Zald, complementando os argumentos de Olson, identificam os movimentos sociais como uma empresa, uma “organização de movimentos sociais”, na qual

os líderes são como os gerentes, partindo do pressuposto que seus organizadores são profissionais. Deste modo, estes movimentos sociais competiriam com outros grupos – movimentos ou não – para obter adeptos e teriam sucesso aqueles que possuísem *atributos de uma organização formal* (GOHN, 1997, p. 52).

Para Gohn, Oberschall busca distinguir as manifestações coletivas dos movimentos sociais, pois estes são vistos a partir dos esforços coletivos que visam alterar a vida das pessoas, constituídos a partir das experiências tidas como injustiças ou desigualdade, enquanto os comportamentos coletivos são ações episódicas e espontâneas de uma multidão, como os motins (GOHN, 1997, p. 62-63). Porém, Chazel entende que o autor apresenta uma formulação pertinente à integração – desintegração – reintegração, pela qual o movimento social encontra facilidades para que os indivíduos se integrem, opondo-se à segmentação (CHAZEL, 1995, p. 317).

Portanto, se, por um lado, a MR nas análises das ações dos movimentos sociais superou as abordagens psicologizantes das teorias do comportamento coletivo, por outro, deteve-se à institucionalização, às estruturas orgânicas, com aparatos e com a própria profissionalização do movimento, ampliando as dúvidas quanto às fronteiras entre os movimentos sociais e as organizações formais.

Tilly, apesar de adotar a MR, em sua obra introduz a noção política, sintetizando os diversos comportamentos sociais em ação coletiva. Comparando a promoção das ações coletivas em diferentes momentos históricos, identifica como centro o conflito político por *acessos institucionalizado ao poder e os contestadores, excluídos dessa vantagem* (SCHMITZ, 2009, p. 4).

Deste modo, mesmo trazendo contribuições, esta teoria foi bastante criticada por autores, como Ferree (1985; 1992), Cohen (1985), Cohen e Arato (1992), Piven e Cloward (1992), Mayer (1992). Em que pese as diferenças das críticas, para estes autores a MR dá grande importância às estruturas burocráticas dos movimentos, excluindo valores, normas, ideologias, projetos, cultura e identidade, por não diferenciar as ações institucionais das não institucionais e as ações normativas das não normativas; e por pressupor uma sociedade aberta, onde existem grupos incluídos e logicamente sua oposição, os excluídos, que lutam para serem incluídos (GOHN, 1997, p. 55-57).

Diante das críticas, surge uma segunda etapa da teoria organizacional, a teoria da Mobilização Política (MP), que abordará os comportamentos sociais a partir da cultura e do

campo político, que enfatizará as estruturas de oportunidades políticas, o grau de organização dos grupos mandatários e da interpretação dos discursos dos membros dos movimentos sociais.

Esta abordagem dá ênfase à política como algo da própria cultura do grupo em suas ideologias e crenças. Deste modo, procura focar suas análises para explicação do comportamento coletivo nas oportunidades políticas, nos ciclos de protestos, nos marcos referenciais (*frames*), com a dimensão cultural e, na comunicação, com a dinâmica das estruturas de redes.

Essas características foram estudadas por diversos autores, como Snow e Benford, que conceituaram os *frames* como sendo:

[...] um esquema interpretativo desenvolvido por coletividades para entender o mundo, e o utilizaram (os autores) para identificação das estratégias pelas quais os ativistas de uma organização de movimentos sociais vinculam seus esquemas de interpretação à existência de outros frames na sociedade, espécie de marcos referenciais estratégicos e significativos (GOHN, 1997, p. 88).

Posteriormente, este conceito foi aprofundado por Tarrow, quando identificou que os significados atribuídos à cultura política deveriam ser compreendidos como um processo de interações sociais, pois um movimento social vive em contínua luta, internas e externas, e isto produz novos significados que conduzirão as ações futuras (GOHN, 1997, p. 93). Tarrow aprofundará suas contribuições acerca dos ciclos de protesto, demarcando uma fase importante dos movimentos sociais, pois relaciona os protestos com o sistema político, desde o acirramento dos conflitos nas relações industriais até os conflitos produtos do cotidiano.

Deste modo, o ciclo de protesto é identificado como as reações das antigas e das novas formas de organização. Melhor explicando, com os momentos de pico de um ciclo de protesto criam-se incentivos para o surgimento de novas organizações e novos movimentos sociais (GOHN, 1997, p. 97).

Tarrow (1996), citado por Gohn (1997, p. 108), identificou quatro grandes eixos estruturais em que podem ser analisadas as oportunidades políticas para “canalizar” ou desarticular os movimentos sociais:

- 1- *Oportunidades políticas específicas*: estuda-se a forma como a política e o meio ambiente institucional canalizam a ação coletiva ao redor de temas/problemas particulares e quais as consequências deste processo.

- 2- *Oportunidades de grupos específicos*: mudanças na posição de grupos na sociedade são analisadas ao longo do tempo, para verificar como afetam as oportunidades para a ação coletiva.
- 3- *Estruturas de oportunidade centradas no Estado*: inicialmente foi uma reação que via o Estado como mero cruzamento do paralelograma de forças sociais. Progressivamente foi-se enfatizando o Estado como arena de competição política, em que classe, *status*, conflitos políticos etc. têm lugar (Bright; Harding, 1984), e como as políticas nacionais afetam os movimentos.
- 4- *Estatismo dinâmico*: o sistema político todo sofre mudanças que modificam o meio ambiente dos atores sociais o suficiente para influenciar o início, o desenvolvimento e os resultados da ação coletiva.

Com estas análises, Tarrow explica que os ciclos de protesto coincidem com as oportunidades políticas, enfatizando as estruturas formais e instituições estatais, além das estruturas de conflito e de aliança, que provêm recursos e opõem constrangimentos externos aos grupos, ou seja, os fatores internos e externos do grupo favorecerão ou constrangerão o surgimento de um movimento social. O conceito sobre as oportunidades políticas identifica a importância das redes sociais que são criadas e ampliadas, visando à mobilização, ao engajamento e aos ganhos políticos para os pequenos grupos que se formam.

Neste sentido, Tarrow define movimentos sociais como “desafios coletivos construídos por pessoas solidárias e com propósitos comuns, em processos de interação que incluem as elites, os oponentes e as autoridades” (GONH, 1997, p. 101).

Assim, considera-se, neste trabalho, o movimento social como:

[...] uma forma de ação organizada temporária, no entanto, com uma certa duração, caracterizada pela capacidade de mobilização, por ser portador de um protesto, pela existência de um adversário e pela apresentação de um projeto (SCHMITZ, 2009, p. 8).

Apesar de não se ter bem definido os Novos Movimentos Sociais (NMS), não se deve renunciar as contribuições dessa abordagem, surgida na década de 1960, que encontrou representantes como Alain Touraine, Jürgen Habermas, Claus Offe, Alessandro Pizzorno e Alberto Melucci. As análises desses autores são marcadas pelo aporte dado à dimensão cultural, conferindo lugar ao ator social enquanto sujeito capaz de construir novas histórias.

Esta corrente, mesmo trazendo contribuição na dimensão cultural atribuída aos movimentos sociais, não conseguiu responder sobre o que seriam os novos movimentos sociais. Têm-se apenas uma expressão marcada para romper com as abordagens clássicas a partir das classes sociais, vinculada à preocupação com os interesses e poderes difusos na sociedade.

Chazel (1995, p. 329) observa que esta abordagem atribui grande significado à dimensão cultural, sem retirar o valor da dimensão política, tratando um movimento social como uma combinação sustentada em três princípios: de identidade (lutamos em nome de quem?), de oposição (contra quem?) e de totalidade (que designa a dinâmica societária).

No entanto, esta abordagem serviu para denominar várias correntes europeias bastante heterogêneas:

A base comum é o reconhecimento que o movimento operário perdeu seu lugar eminente como modelo dos movimentos sociais. Mesmo assim, a despedida dessa visão parece não ter sido fácil como mostra o exemplo de Alain Touraine (1994:254): "Uma luta reivindicadora não é por si mesma um movimento social; (...) é preciso que fale em nome dos valores da sociedade industrial e se faça sua defensora contra seus próprios adversários." Assim, como assume seu discípulo François Dubet (1996:220), "nenhuma das novas lutas que nós estudamos podia ser considerada um 'verdadeiro' movimento social", nem a luta estudantil dos anos 1960, nem a luta antinuclear dos anos 1970 (SCHMITZ, 2009, p. 3).

Diante do quadro histórico das correntes teóricas sobre os movimentos sociais, observa-se que a MR ofereceu pistas importantes sobre o funcionamento dos movimentos e o engajamento dos indivíduos numa ação coletiva. Por sua vez, a MP elucida a importância das questões ideológicas e culturais, que leva à tomada de decisão em se engajar num, ou em outro, determinado movimento.

Portanto, para se compreender a dinâmica da emergência dos movimentos sociais até sua consolidação, envolvendo as dimensões dos sujeitos que os compõem e os influenciam, é necessário percorrer uma análise multidimensional, considerando os aspectos econômicos e políticos que envolvem um movimento social (Chazel, 1995, 330). Por outro lado, quando o estudo se volta para um movimento social consolidado, precisa-se compreender a dinâmica dessa organização social e como se relaciona com os sujeitos que a compõem para manter a cooperação. Neste sentido, a escola francesa das organizações aponta um caminho frutífero, ao analisar os elementos da centralidade das decisões do poder.

A ação coletiva é vista como um processo que pode ser desencadeado por um grupo que se une em torno de um objetivo comum. É dessa dinâmica que poderá surgir um movimento social, pois, para tanto, é necessário que exista um mínimo de organização.

Assim, para além das teorias da ação coletiva e dos movimentos sociais, o estudo baseia-se na escola francesa da “Sociologia da Organização”, que se empenha na problemática da existência de uma organização como unidade, percebendo os elementos da coesão da organização, das fronteiras e do centro de decisão do poder, entendendo a ação coletiva como qualquer ação social realizada por uma determinada estrutura social (grupo, movimento ou organização), com objetivo de chegar a um interesse comum.

Na dimensão da Sociologia das organizações, a ação coletiva foi entendida como um processo que estrutura a existência das próprias organizações, evitando a armadilha voluntarista da formação destas, ao entender que a transformação organizacional ultrapassa o planejamento racional. A problemática das organizações está nas interações dos membros, que constroem estratégias, a partir dos seus valores, com o intuito de assegurar sua capacidade de influência (CRÖZIER; FRIEDBERG, 1993)⁵.

Essa capacidade de influência é condicionada pelos limites da racionalidade individual, numa noção de que os sujeitos nem sempre escolhem a melhor estratégia, mas sim um arranjo satisfatório. Portanto, as relações de poder são dinâmicas e se dão pela interação, sendo sempre negociadas em função de um balanço entre conflito/cooperação (CRÖZIER; FRIEDBERG, 1993).

Essas relações e os jogos de poder foram vistos como elementos de interação entre os vários membros das organizações, por meio dos quais constroem acordos, para obter a cooperação, pois o interesse individual não necessariamente conduz a um interesse coletivo. Os autores enfatizam a estratégia organizacional como processo socialmente construído e ao mesmo tempo como produto de um conjunto de inter-relações entre os sujeitos, no qual o *jogo de poder* ganha evidência (CRÖZIER; FRIEDBERG, 1993).

No debate sobre a fronteira entre movimentos sociais e organizações, observa-se, nas análises de Schmitz (2009, p. 11), que a institucionalização de um movimento social foi vista como o *fim do próprio movimento social*, pois assumi uma rotina semelhante às demais organizações, como as cooperativas, associações, ONGs e empresas.

⁵ Notas de aula da disciplina “Ação coletiva no espaço rural”, ministrada pelo Prof. Heribert Schmitz, durante o curso do MAFDS.

Schmitz (2009, p. 11), verifica com receio as conclusões de José de Souza Martins, sobre as saídas para os movimentos sociais, pois este apresenta apenas duas perspectivas, uma de se manter como uma organização e outra da gestão dos benefícios pelos líderes, ao afirmar que:

[...] os movimentos sociais existem enquanto existe uma causa não resolvida. Se o problema se resolve, acaba o movimento, e posteriormente se contradiz ao desenvolver a ideia que, se ela não se resolve, a tendência é a de que o movimento se institucionalize, se transforma numa organização, como é o caso do MST (MARTINS, 1997, p. 62, citado por SCHMITZ, 2009, p. 11).

Crozier e Friedberg (1993) superam a visão de um indivíduo passivo de uma organização, introduzindo o fenômeno da liberdade dos sujeitos. A ação coletiva é influenciada pela relação de poder entre os participantes, que procuram manter seus *trunfos* e as zonas de incerteza para terem mais possibilidades de influência sobre o outro, além de diminuir a imprevisibilidade do outro. Já na teoria clássica, uma organização, formal ou não, apresenta uma estrutura hierárquica, em que as decisões são tomadas em seu topo.

No entanto, a escola da Sociologia das organizações desenha um modelo de organização baseado na autoridade central. Deste modo, o sucesso ou insucesso da ação coletiva irá depender de três fatores: os internos, ou seja, da relação dos participantes; os externos, isto é, da relação entre as organizações; e de contexto, ou melhor, das oportunidades e restrições.

Podem-se citar alguns fatores que envolvem a ação coletiva, facilitando ou restringindo a cooperação entre os membros envolvidos:

(a) Os valores compartilhados pelos participantes na ação coletiva. Dentre eles, destacam-se a solidariedade, a honestidade, a reciprocidade e a confiança.

(b) As normas de conduta dos participantes da ação coletiva, tais como o cumprimento de compromissos, a disciplina, o respeito, a abertura ao diálogo e a disposição à autocrítica.

(c) Os sistemas de regras formais que regem as relações no interior da organização ou do grupo que empreende a ação coletiva. Estas regras incluem aquelas que definem os deveres e direitos dos indivíduos que participam na ação coletiva, a distribuição dos benefícios e custos da ação coletiva e, de forma muito importante, as que permitem prevenir e castigar os problemas de corrupção no interior dos grupos e das organizações.

(d) Os mecanismos existentes dentro da organização ou grupo para garantir o cumprimento dos acordos, dos compromissos e das regras formais que regem as relações entre os participantes.

(e) A existência de líderes inovadores capazes de conduzir o desenvolvimento coletivo, para contribuir não só com o êxito da ação coletiva, como também para sua sustentabilidade. Diversos estudos mostram que esta liderança adicionalmente deve estar sustentada no tempo, isto é, a organização ou grupo deve ser capaz de efetuar as mudanças de gerações dos líderes no momento adequado.

Podem ser destacados vários elementos que perpassam a ação coletiva, como os valores de solidariedade e reciprocidade. Mas estes valores estão submetidos a regras e normas criados pela comunidade, bem como os mecanismos formais da sociedade. Outro elemento é a renovação das lideranças para a contribuição da cooperação.

Matos (2004, p. 3), estudando o papel das lideranças, afirma que as organizações têm realizado diferentes investimentos para a cooperação da luta social. No estudo deste autor, foram denominados de “organizadores sociais” aqueles que realizam diferentes investimentos para a cooperação. Assim, buscando compreender os contextos que facilitam ou dificultam a organização coletiva em assentamentos rurais, Matos (2004, p. 2) diferencia a partir de duas lógicas distintas: “uma objetiva de caráter técnico racional; outra, subjetiva, estruturada nas instâncias do imaginário, na essência do sentir e do ser coletivo”. Desta análise, dividiu os organizadores em três tipos:

- *Organizadores instrumentais*: são definidos por aqueles em que prevalecem todas as ações com operacionalidade racional, com fins de atingir objetivos práticos, podendo ser político, econômico ou gerencial.

- *Organizadores simbólicos*: buscam criar uma identidade em torno das dimensões sociais para que garanta a unidade do grupo e a distinção dos demais grupos.

- *Organizadores imaginários*: tratam dos processos de projeção e introjeção das referências grupais.

Portanto, a participação ou não dos assentados numa ação coletiva pode, também, depender das lideranças sociais. Observa-se que nem sempre as organizações e os movimentos sociais são os principais agentes que iniciam as manifestações no meio rural, porém, são referências para a continuidade da luta.

2.2. AÇÃO COLETIVA PARA A REFORMA AGRÁRIA

Quando se estuda o processo de modernização no campo, observa-se que o início deste período foi marcado por diversas mudanças estruturais que desembocaram em grandes manifestações no campo. A mudança no eixo do desenvolvimento econômico levou a burguesia industrial a impor à oligarquia rural um modelo econômico no país, o modelo de industrialização dependente, no qual a produção era destinada à exportação e não ao abastecimento do mercado interno. Este projeto foi denominado de Projeto Nacional Desenvolvimentista. Do ponto de vista da questão agrária, este projeto se caracterizava pela subordinação econômica e política da agricultura à indústria (STÉDILE, 2005, p. 28).

Como herança desses processos de modernização, várias manifestações surgiram e se desenvolveram diferentes formas de organização política no campo. Dentre os movimentos sociais que foram emblemáticos na história de luta pela terra, têm-se as Ligas Camponesas, que surgiram em 1945 e se mantiveram na legalidade até 1955. Depois deste período, passaram para a clandestinidade até o declínio das suas atividades. Na época, a imprensa atribuiu a organização das Ligas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), que tinha como objetivo, além de mobilizar o campesinato em torno da questão fundiária e agrária, ganhar a influência do meio urbano e rural.

Em 1945, a atuação e influência do PCB se restringiam às cidades, caracterizando-se como um movimento urbano, apesar de apresentar um eixo político de uma aliança operário-camponesa. Este partido ressaltava, no âmbito agrário, a necessidade de redefinir novas políticas e se discutir a concentração da terra pelo latifúndio (AZEVEDO, 1982).

Em 1954, no estado de Pernambuco, no Engenho da Galiléia, surgem as primeiras manifestações dos camponeses, mas sem a presença das Ligas Camponesas. Porém, os jornais vincularam estas ações a este movimento. O agravamento da situação dos foreiros da Galiléia, que estavam prestes a serem expulsos sem direito à indenização, fez com que Francisco Julião, advogado e recém deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), aceitasse defender a causa, percebendo que se tratava de um grupo organizado com potencial para se desenvolver (MELO; SILVA, 2009, p. 4-5).

As manifestações que ocorriam no meio rural de forma pontual mantinham certo isolamento. Por isso, as Ligas tiveram a função de convergir essas mobilizações, por meio de lutas contra o aumento das cobranças do foro, os despejos dos pequenos produtores pelos fazendeiros, o aumento da violência aos pobres do campo em função da expropriação dos

latifúndios, e até mesmo, por meio de reivindicação de melhores condições de trabalho e salário na região do sul do país (MELO; SILVA, 2009, p. 5).

Durante esse período, surgiram outros movimentos de agricultores, como o Movimento de Agricultores sem Terra (MASTER), criado em 1950, no Rio Grande do Sul, com o apoio do Partido dos Trabalhadores do Brasil (PTB), e a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), que surgiu em 1955 e tinha como finalidade a organização sindical dos camponeses com reivindicações de interesse econômico.

Outro exemplo de mobilização foi o ocorrido em Trombas e Formoso (1950 a 1957), municípios de Goiás. Antes mesmo que esses movimentos tivessem uma organização consolidada, houve uma forte repressão policial, que se defrontou com a resistência dos posseiros. As ligas se articularam para resolver o impasse militar, e em “decorrência, o PCB viabilizou, em seguida, por meio de seus militantes e entidades como a ULTAB, uma campanha regional e nacional de denúncias das autoridades na região, o que trouxe enorme impacto à causa dos posseiros” (CUNHA, 2009, p. 62).

Segundo Azêvedo (1982), o PCB e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), durante I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em 1961, se desentenderam com a Liga Camponesa e romperam a unidade tática do movimento.

Morais (2006, p. 46-47) acrescenta que as diferenças das Ligas Camponesas com o PCB, se aprofundaram e durante o IV Congresso do Partido Comunista, em 1960, o núcleo duro das Ligas defendeu a não vinculação das lutas contra os “remanescentes feudais da agricultura” com as lutas contra o imperialismo. Porém, foram derrotados na sua proposta política, resolvendo impulsionar o crescimento das Ligas em todo país, que apresentavam uma limitação organizativa:

[...] as Ligas Camponesas não tinham, ainda, uma estrutura orgânica capaz de dirigir às numerosas organizações de massas que as integravam. [...] Eram, enfim um grande corpo amorfo, sem um esqueleto e sem um “sistema nervoso” que lhe imprimisse unidade e coerência em toda a extensão do organismo.

No entanto, ressalta-se a importância da composição dessas diversas organizações e diversos movimentos, que, mesmo apresentando diferenças em sua prática e funcionamento, constituíram uma bandeira de luta em torno da reforma agrária, o que posteriormente tornou-se a síntese do significado das lutas no campo.

No final da década de 1950 e início da década de 1960, a questão da reforma agrária torna-se um tema central para o processo de desenvolvimento do país. Os mais entusiasmados defendiam a necessidade da ‘industrialização’ da agricultura, pois entendiam que o atraso do país era ocasionado pela concentração fundiária que impedia a oferta dos alimentos e a expansão do mercado (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 28-29).

Deste ponto de vista, para a ampliação do mercado era necessário que ocorressem mudanças nas relações sociais, possibilitando:

- O fornecimento de mão de obra barata para a nascente indústria na cidade.
- A formação do exército industrial de reserva de mão de obra, rebaixando o salário médio na indústria, pois os camponeses se submetiam aos baixos salários.
- A garantia de produção de alimentos a preços baixos para as cidades.
- O fornecimento dos produtos de matéria-prima agrícola para o setor industrial.

Mesmo com os esforços para modernizar a agricultura e com o crescimento das unidades camponesas por meio das fronteiras agrícolas, a estrutura agrária permaneceu concentrada e o latifúndio também se ampliou (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 32).

Neste período, a reforma agrária era concebida em um tripé político, social e econômico, com três objetivos estratégicos: a democratização, a justiça social e a industrialização. No entanto, as transformações sociais do campo conduziram ao reducionismo desta concepção, que passou a ser entendida como um instrumento de política de terras e de formação de mercados internos.

Embora a modernização tenha proporcionado um aumento nas matérias primas e nos alimentos, e colocado a agricultura no campo da economia global, a aplicação desse modelo modernizante não garantiu melhores condições de vida para os camponeses, mas pelo contrário, teve ‘efeitos perversos’. Estes efeitos foram ocasionados porque o modelo não alterou a estrutura fundiária. Podem ser citados dentre tais efeitos: a concentração das propriedades, a ampliação das desigualdades da renda, o aumento da exploração da força de trabalho e da autoexploração, a piora nas condições de vida e o agravamento das questões ambientais (LEITE; ÁVILA, 2009, p. 43).

Paradoxalmente, aos processos de modernização, as organizações sociais rurais intensificam suas lutas, pois surgiam demandas específicas dos camponeses que resistiam na terra ou estavam sendo expulsos. Entre essas demandas, Medeiros (2003, p. 30) aponta: os melhores preços para os produtos, o crédito agrícola para uma parcela de camponeses que

conseguiu se tecnificar, a busca por melhores salários e condições de trabalho para os assalariados, entre outras reivindicações.

Neste momento, entrou em cena o sindicalismo rural, sendo a primeira luta dos camponeses a de tomar as estruturas organizativas política e sindical. Para os trabalhadores assalariados do campo, incorporando mais tarde os agricultores.

Com o sindicalismo rural legalizado, foi realizada a primeira Convenção Brasileira de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, em 1963, a partir de um acordo, principalmente, entre a igreja católica, o grupo da Ação Popular (AP), o PTB e a ULTAB, em que foi proposta a organização de uma confederação: a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Porém, o processo de construção dessa central ocorreu sem a participação do conjunto dos trabalhadores (MORISSAWA, 2001).

A Contag foi constituída por uma organização de rede social de Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGs). No entanto, a organização da CONTAG terminou por centralizar as ações no campo em sua diretoria, mantendo uma extensa rede social de comunicação para a disputa das políticas públicas no espaço rural, com a vantagem de ampliar sua capacidade de intervenção sindical, como descrito por Medeiros.

La CONTAG controlaba una extensa red sindical, diseminada en diversos puntos del país, en muchos casos dominada por el poder local y poco predispuesta a enfrentamientos con viejos y nuevos dueños de tierras. A pesar de esto, por medio de esa red llegaban a ella muchas quejas y denuncias de trabajadores o grupos de trabajadores afectados por amenazas y presiones diversas para que abandonasen la tierra. El sistemático envío de informes de esas situaciones al gobierno nacional, acompañados de pedidos de expropiaciones por interés social, en los términos de la legislación colectiva que garantizasen la permanencia de los trabajadores en la tierra. Eran raros los casos de intervención estatal sobre los conflictos que, generalmente, terminaban por provocar el abandono de la tierra. A pesar de esa conducción “administrativa” de los conflictos y su poca eficacia en términos de suspender desalojos y evitar la expulsión de trabajadores del interior de las haciendas, no se debe subestimar la porosidad de esos procedimientos y la capacidad que estos tuvieron de traducir los conflictos del campo a la lengua de la reforma agraria, construyendo en el día a día la confluencia entre el deseo de acceso a la tierra, dando vitalidad a un ideal “campesino”, y una determinada forma de política pública, estructurada mediante legislación específica. Poco a poco, se produjo entre dirigentes sindicais e segmentos de trabajadores una indentificación entre reforma agraria y Estatuto de la Tierra, entre deseo de tener tierra y la posibilidad de vislumbrar caminos para alcanzarla, reforzando la valorización del acceso a la tierra como forma de garantizar el sustento de la familia en contraposición a su uso especulativo (MEDEIROS, 2006, p. 219).

As lutas no campo, por meio do sindicalismo, levaram à organização de vários sindicatos que compuseram a Central Única dos Trabalhadores (CUT). A entrada das

organizações do campo contribuiu para que alguns autores acreditasse estar surgindo um “novo sindicalismo”.

É relevante ressaltar que o sindicalismo conquistou espaço com o massivo assalariamento dos agricultores, em função da modernização da agricultura. Neste momento, ampliam-se as disposições das lutas por meio dos sindicatos legalizados, que buscavam caminhos institucionais, valorizando as demandas e denúncias ao próprio poder público como uma forma de pressão para o cumprimento da legislação.

Para sobreviver e resistir à repressão, os movimentos sociais buscavam outras articulações com várias entidades como a Igreja Católica, que auxiliou na constituição de organizações de luta no meio rural, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), fundada em 1975, conhecida nacionalmente por lutar em defesa dos pobres do campo e contra a violência dos grandes proprietários. Estas organizações se tornaram os embriões dos futuros movimentos sociais que se constituíram no período subsequente.

Navarro (2002, p. 199), ao analisar as mobilizações no campo, coloca que usualmente no Brasil se estabelecem dois momentos de intensificação das lutas, denominadas de “Ciclos de Protesto” por Tarrow: um, da década de 1950 até 1964, quando ocorreu o golpe militar, e outro, ao final da década de 1970, em decorrência da violência rural e do processo de modernização da agricultura.

O período de abertura política é marcado por mudanças estruturais na economia e na organização social do campo, pois houve um alargamento do espaço político de construção dos movimentos sociais, surgindo uma diversidade de outros movimentos, que buscam abarcar um público e travam lutas por demandas específicas.

Vários desses grupos, para aglutinar forças com o objetivo de lutar pela reforma agrária, organizaram-se na Via Campesina⁶, que é uma organização em nível internacional. Diversos segmentos compõem esta organização, dentre eles: o MST, o MAB, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a Pastoral da Juventude Rural (PJR) e o MPA.

Dentre estes movimentos, Medeiros (2006, p. 220) afirma que o MST é o que tem merecido destaque na cena nacional, pois surgiu como uma novidade em relação à

⁶ A Via Campesina é um movimento internacional, criado em 1993, em Mons, Bélgica, e está presente em 69 países. Trata-se de um movimento de camponeses e as camponesas, pequenos e médios produtores e de sem terra. As principais lutas são em defesa de um modelo campesino de produção de alimentos limpos, pela soberania alimentar dos povos e pela descentralização da produção de alimentos e cadeias de distribuição.

composição dos participantes do movimento, à sua origem social, às propostas de ação e às formas de organização.

Apesar do surgimento do MST enquanto movimento social ter ocorrido oficialmente só em 1984, no processo da abertura democrática, muitas das lideranças que o construíram participaram, já na década de 1960, do *I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas*, em novembro de 1961, organizado pela ULTAB.

Portanto, a construção das lideranças do MST se deu ao longo dos anos, desde a década de 1960, mas o movimento se consolidou somente após o processo de abertura democrática, inserido no contexto de modernização da agricultura, buscando criar uma identidade política que aglutinasse o maior número de trabalhadores. Assim, o MST apoia-se na categoria dos sem terra:

[...] origen de los *sin tierra*, como identidad política sedimentada por una compleja organización, se relaciona con diversos fenómenos que cristalizaron a lo largo de 1970. Un primer elemento a ser considerado es la existencia de una generalizada crisis de relaciones sociales, que se expresó, entre otras cosas, en la intensificación del proceso de pauperización y expropiación de los pequeños productores, en especial del sur del país, resultado de la modernización de la agricultura en la región y la consecuente elevación del precio de la tierra; en la adhesión a la mecanización y al uso de los insumos químicos generando deudas que no siempre pudieron ser saldadas; y en el incentivo al monocultivo de soja, sustituyendo a los tradicionales policultivos de las áreas coloniales y debilitando a los productores con menos poder de competencia en un mercado cada vez más altamente competitivo (MEDEIROS, 2006, p. 220-221).

Ao longo da história, o MST tentava maior aproximação do campo com a cidade, ficando ainda mais evidente em seu lema “Reforma Agrária, uma luta de todos”, apresentado durante o III Congresso Camponês do MST, que tinha como objetivo unificar as lutas do campo com as lutas da cidade. A proposta do MST tem conquistado maiores repercussões, como afirma Navarro:

Entre os movimentos sociais que surgiram naqueles anos de transição política, o MST apresenta a mais forte identidade social e tem sido capaz de bem definir sua base social e motivá-la. Como resultado, é um movimento com expressiva capacidade de mobilização, impacto de suas ações, sendo, no geral, de grande visibilidade pública. Tendo se tornado um ator social reconhecido e participativo das lutas sociais, os resultados de suas ações têm sido razoavelmente significativos, pois já conseguiu forçar o nascimento de milhares de novos assentamentos em todo Brasil (NAVARRO, 2002, p. 202).

Foi a partir da política de criação de assentamento que o MST se expandiu em todo o país, buscando socializar a demanda dos camponeses por terra. Ressalta-se que o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) foi elaborado em 1985 e tinha como intuito criar:

[...] assentamentos de trabalhadores em imóveis desapropriáveis. Colonização, regularização fundiária e mecanismos tributários, até então apresentados como alternativas à obtenção de terras por diversas forças presentes no debate político, apareciam como mecanismos complementares. O objetivo era assentar, no prazo de 15 anos, 7 milhões dos estimados 10,5 milhões de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Os restantes estariam empregados no setor empresarial da agricultura, como assalariados. A suposição era que haveria um enxugamento do mercado de trabalho e, conseqüentemente, uma elevação dos salários dos que neles permanecessem (MEDEIROS, 2003, p. 35).

Entretanto, esse plano não foi colocado em prática pelos governos, que alegavam os altos custos para realizar a reforma agrária. O governo Sarney, que havia prometido assentar 1,4 milhão de famílias, informou em seu balanço final ter assentado apenas 90 mil. Durante o governo Collor, de 1990 a 1992, foram assentadas 23 mil famílias e no governo Itamar Franco, de 1992 a 1994, foram assentadas 12.600 famílias (DAVID, et al., 1997).

No governo de Fernando Henrique Cardoso, é implantado o programa “Novo Mundo Rural⁷” (AGÊNCIA BRASIL, 2009), como tentativa de amenizar os efeitos das consequências do desenvolvimento do campo, por meio de um “novo modelo” de assentamento rural, com políticas de crédito, habitação, energia elétrica, abastecimento de água, infraestrutura para o armazenamento de alimentos e comercialização. Neste mesmo governo, é criado o “Banco da Terra”, uma política de compra e venda de terras, e é inventada a “reforma agrária pelo correio”. No entanto, apesar de ter assentado em torno de 457.668 famílias nos dois mandatos, nenhum desses modelos apresentou-se como satisfatório para os camponeses, pois não alterava nem as relações da propriedade nem as relações sociais no campo (DATALUTA, 2005, s/p.).

Segundo dados da Agência Brasil⁸, com o Governo Lula é retomada a política de criação de assentamentos, reforçada teoricamente, com a proposta de ampliação do número de PA's, a partir do II PNRA. O objetivo era assentar, inicialmente, um milhão de famílias, o que foi diminuído posteriormente para 400 mil famílias, sendo que, ao final do primeiro mandato, período de 2003 a 2006, foram assentadas 381 mil famílias.

Esta intensificação da criação dos projetos de assentamento tem levado a questionamentos sobre a viabilidade dos mesmos, já que a criação de assentamentos transformou-se na principal política pública da reforma agrária, considerada pelos Governos como uma ação positiva, e pelos movimentos sociais, a representação de suas reivindicações.

⁷ O programa Novo Mundo Rural foi bastante criticado pelos movimentos, pois tinha como grande objetivo a reforma agrária de mercado proposta pelo Banco Mundial.

⁸ Dados divulgados no site <http://www.agenciabrasil.gov.br>.

Para diversos autores, como Leite (2004), Bergamasco e Norder (2003), Hofmann (1998; 2002), os projetos de assentamento possibilitaram o acesso à terra às famílias excluídas da sociedade. Mas, a inserção desses assentamentos no contexto regional e municipal acarreta impactos/mudanças dentro e fora desses espaços. Porém, no quadro mais geral da estrutura fundiária, não houve alterações na concentração da terra (BERGAMASCO e FERRANTE, 2005, p. 76).

Sabourin et al. (2007, p. 14) observam que, após conquistar a terra, os assentados vivem uma tensão entre os interesses individuais e a indução das práticas coletivas. Para o autor, a prática coletiva deveria ocorrer como uma continuidade natural, desde a fase de acampamento, passando pela implementação do assentamento, até a fase de produção. Porém, vive-se uma desconexão entre os assentados e o poder público.

As principais tensões e queixas dos assentados com o poder público acontecem em torno da implementação das infraestruturas (habitações, topografia e parcelamento, regularização fundiária e ambiental, estradas e pontes, água e energia elétrica, escolas, armazéns). O acesso ao conjunto desses elementos passa pelo coletivo da associação dos produtores do assentamento. Segundo a maioria dos técnicos do Estado atuando na região, as associações dos assentados têm muita responsabilidade nos atrasos ou não estão devidamente credenciadas. Para os agricultores, a responsabilidade é do Governo Federal e do sistema de intermediação dos recursos por meio dos governos estaduais ou municipais que podem bloquear os processos por razões políticas ou por não estarem em condições legais de receber fundos da União. Assim, há uma primeira contradição para o assentado que sempre foi dependente ou subalterno do pai, do patrão ou do chefe e sonha em ser, por fim autônomo, mas tem de entrar na dependência de novas tutelas: o movimento sindical, o INCRA, as agências bancárias e de assistência técnica, a prefeitura, a associação (SABOURIN, et al., 2007, p. 5).

O Estado e, até mesmo, os movimentos sociais têm sido os grandes incentivadores, ou mesmo, impositores para a constituição de organizações que visem à cooperação para aquisição das infraestruturas e de créditos rurais para os assentamentos. Nesse contexto, a cooperação passou a ser compreendida como a solução para todos os problemas enfrentados nos assentamentos rurais e foi vista como o “remédio para todos os males, solução para múltiplos problemas” (RIOS; CARVALHO, 1987, p. 7).

Lacerda e Malagodi (2007, p. 95) completam que:

A organização dos assentamentos em torno de práticas coletivas é apontada como alternativa de viabilização e sobrevivência deste modo de vida camponês. Entretanto, a criação de cooperativas aparece prioritariamente em quase todas as referências sobre coletivização, apontando o cooperativismo como solução mágica à maneira como se refere Rios, como se a palavra carregasse em si uma fórmula organizacional mágica, pela qual se obterá a adesão dos camponeses e, a partir dela, se implementarão as tão sonhadas práticas de cooperação.

Como alternativa para conseguir a cooperação na gestão de um projeto de assentamento do MST, Sabourin (2007) e Paul Singer (2002) justificaram esta possibilidade a partir de dois eixos, o da reciprocidade, nas ações coletivas para fins não econômicos, e o da economia solidária, para fins econômicos. Sabourin et al. (2007, , p. 16) observam que, nos assentamentos do MST, a lógica da reciprocidade é que permite a adesão das famílias ao movimento, pois os assentados:

[...] não compartilham a ideologia nem todos os valores do MST, ignoram seu projeto de sociedade e de revolução socialista, ou até o que significa o socialismo, mas permanecem como militantes fiéis ao movimento que lhes permitiu acessar a terra. Existe um sentimento de reciprocidade com relação ao movimento pelo acesso à propriedade, a essa parcela de dignidade humana de produção familiar que possibilita uma autonomia econômica e social. Portanto, o respeito e a solidariedade da maioria dos assentados com o MST, tem mais a ver com a gratidão, um sentimento de obrigação numa relação de reciprocidade, que com uma adesão ideológica ou um compromisso para estruturas de produção coletivas ou socialistas.

Singer identifica nas experiências históricas da cooperação do MST a existência de cinco fases: a adesão espontânea com a troca de dias e no mutirão; o debate de convencimento da cooperação; a criação das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's) para viabilizar a produção local; a unificação das cooperativas no Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) e finalmente o fracasso da CPA's (SINGER, 2002, p. 103-104). Desta análise, observa-se que as experiências da cooperação com fins econômicos, em geral, são analisadas a partir de uma abordagem de insucesso.

Lacerda e Malagodi (2007, p. 97) entendem que a ação coletiva precisa ser encarada como processos de cooperação que iniciam com práticas mais simples até chegar a formas mais complexas, existindo níveis de cooperação. No entanto, não se deve encarar estes níveis como uma evolução da cooperação, pois esta pode iniciar com troca de dias e avançar para uma cooperativa, mas também pode iniciar num nível mais complexo e depois retroceder, ou mesmo, iniciar num nível simples e lá permanecer. Em alguns casos, a cooperação inicia e tem sucesso até determinado ponto, e depois declina, podendo ou não ser reorganizado um novo processo. Assim, para o entendimento da dinâmica da organização das famílias nos assentamentos rurais, torna-se fundamental observar a trajetória e a experiência de vida dos sujeitos, pois estas podem imprimir dinâmica diferenciada nos níveis de cooperação.

3. A LUTA PELA TERRA: CRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO PAULO FONTELES

Ao se analisar a relevância da luta pela terra, observa-se que a possibilidade de ruptura com as estruturas político-econômicas devem ser defendidas por grupos intermediários que busquem a transformação da sociedade. Para Tarrow, os ativistas dos movimentos sociais clamam por mudanças básicas, pelo reconhecimento de novas identidades, pela entrada no sistema político, pela destruição de seus inimigos ou pela derrubada da ordem social (TARROW, 2009, p.204).

No Pará, o MST tem se postulado como um forte organizador dessas lutas. Sua principal ferramenta, a ocupação de terras, visa à construção dos assentamentos rurais e, conseqüentemente, a ampliação de sua base social. Seguindo as modificações estratégicas da direção nacional, o MST se volta para as ocupações de terra em áreas próximas das zonas urbanas. Entre os assentamentos dirigidos por esse movimento na região metropolitana de Belém, encontra-se o Projeto de Assentamento Paulo Fonteles.

Durante este capítulo, procura-se discorrer sobre a história de luta para a criação do PA Paulo Fonteles. Observa-se o histórico do MST, movimento que orientou desde a ocupação até a entrada das famílias sem-terra no PA Paulo Fonteles. Além disso, analisa-se a chegada das famílias na área e a importância da conquista da terra para aqueles que participaram da ocupação, e identificam-se as articulações políticas das entidades e grupos envolvidos para a criação do assentamento.

3.1. A PREPARAÇÃO DA LUTA: O MOVIMENTO SE EXPANDE

O histórico de ocupação do assentamento Paulo Fonteles se confunde com as demais ocupações do MST no Nordeste Paraense, pois a intenção do movimento era garantir sua expansão para se firmar nesta região. Ulisses Manaças, dirigente do MST no Estado do Pará, em entrevista para esta pesquisa, diz que a estratégia de se aproximar da capital se dava por três motivos: 1º em função de a capital concentrar uma massa de trabalhadores pobres que foram expulsos do campo; 2º pelo fato de haver um amplo público consumidor, facilitando a comercialização da produção alimentícia das famílias; e 3º por estar localizado perto do poder político.

O planejamento das ações do MST foi decidido em congressos, e as ações justificadas pela visibilidade que teriam diante da sociedade, com a proximidade das metrópoles,

conforme é elucidado no trabalho de Abe (2004, p. 85-86), segundo o qual, o Congresso Nacional do MST, em 1995,

[...] deliberou pela ocupação de terras próxima às cidades, em torno das capitais, onde se encontra o centro do poder e o mercado potencial. Nesse Congresso foi definido como slogan do MST “Reforma Agrária: uma luta de todos”. Associada à decisão de se aproximar das cidades e sensibilizar toda a sociedade, particularmente, a população urbana na defesa da Reforma Agrária. Essa seria a forma de potencializar a luta política e, de acordo com as considerações do Movimento, beneficiar não somente o campesinato, mas toda a sociedade.

O estudo de Matos (2004, p.4) relata que nos últimos anos as lutas sociais têm sido conduzidas com grande racionalidade:

As estratégias de atuação dos movimentos sociais e sindicais são planejadas em congressos de âmbito nacional e conduzidas de maneira coordenada em nível regional e local; as ocupações de terras são planejadas com meses de antecedências; a pressão política é ordenada para atingir objetivos preciosos; as políticas de comunicação são formuladas e conduzidas por pessoal especializado; a formação de quadros e militantes tem a organização equivalente à de uma imensa universidade aberta, com viés prático e operacional, sem faltar respaldo acadêmico [...] Toda essa organização tem funcionado como um dispositivo racional com um foco operativo voltado para os assentamentos, com resultados práticos e objetivos.

Analisando o MST no Estado do Pará, observa-se que tal movimento entra em cena em 1990, com a ocupação da fazenda Ingá, na região do Sul do Pará, no município de Conceição do Araguaia. Sua inserção política ocorreu a partir de lideranças sindicais ligadas à CUT, que participaram do I Congresso Nacional do MST, e, por isso, apresentavam uma organização com características sindicais. A luta pela terra naquela ocupação tinha como público os posseiros. Isto se justificava pelo fato de nas regiões de fronteiras as lutas terem como objetivo o reconhecimento da posse da terra para o trabalho (SILVA e BARP, 2008, p.4).

Após esta ocupação, o MST avança para as áreas dos acampamentos Rio Branco e Palmares, no município de Parauapebas, onde conquista o primeiro assentamento em 1994. Ulisses Manaças afirma que é a partir destas conquistas que o MST inicia sua “especialização” no Sul do Pará, constituindo uma militância própria, assumindo as características orgânicas nacionais do movimento e a forma de organização do acampamento, com trabalho de base, com organização das famílias em grupos. Depois vieram as demais ocupações da fazenda Pastoriza, que se tornou o assentamento Primeiro de Março, em São João do Araguaia e a ocupação da Fazenda Macaxeira, atual assentamento Dezessete de Abril, após o massacre em Eldorados dos Carajás em 1996.

Fernandes (1994, p. 182), estudando a luta pela terra realizada pelo MST, entende que:

Espacializar é registrar no espaço social um processo de luta. É o multidimensionamento do espaço de socialização política. É "escrever" no espaço através de ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações, ocupações e reocupações de terras, etc. É na espacialização da luta pela terra que os trabalhadores organizados no MST conquistam a fração do território.

Em busca da expansão, o movimento, em 1998, realiza a ocupação da Fazenda Bacuri, no Município de Castanhal, onde está atualmente o assentamento João Batista II, inserindo-se na região do Nordeste paraense, e voltando-se para a estratégia da ocupação em áreas próximas aos grandes centros urbanos.

Em 17 de abril de 1999,⁹ foi realizada uma “Jornada de Lutas” dos trabalhadores rurais sem terra, que tinha como objetivo chamar a atenção da sociedade para a luta pela reforma agrária, mas também manter viva a luta pela terra das famílias que se engajavam no movimento. Este momento também foi considerado como espaço pedagógico da luta, pois formou as famílias para a organização e o planejamento das ações na região.

A partir daí, o MST realiza diversas ocupações nesta região, dentre elas: na fazenda de Transportes Aéreos da Bacia Amazônica (TABA), atual assentamento “Mártires de Abril”, em Mosqueiro (1999), posteriormente, outra parte da fazenda ocupada com o acampamento Elizabete Teixeira, com a criação do assentamento de mesmo nome (2002); nas fazendas do ‘Complexo Chão Preto’, composto pelas fazendas Chão de Estrelas, Chão Preto e Piracema, pertencentes na época, ao deputado federal, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) Jader Barbalho, localizadas no município de Mãe do Rio, em 2001, porém, não se criou assentamento nesta área; na fazenda Antônio José, onde foi montado o acampamento “Roseli Nunes”, em Castanhal (2001); e, finalmente, na fazenda Baía do Sol (2003), atual assentamento Paulo Fonteles, sendo estes dois últimos localizados no município de Belém, ilha de Mosqueiro.

Segundo Navarro, não foram apenas as mobilizações de luta pela terra que permitiram a expansão do movimento, mas a conjuntura política, reafirmada por dois fatos trágicos que tiveram repercussão internacional, em Corumbiara e Eldorados dos Carajás. Estes fatos fortaleceram a identidade do movimento contra as injustiças sociais e a repressão do aparato policial, que ficou demarcado pela luta dos sem-terra contra o Estado. Para o autor, o

⁹ Esta data foi escolhida para homenagear a luta dos trabalhadores que morreram no massacre de Eldorados dos Carajás, na conhecida curva do S, quando lutavam pela terra.

movimento se apoiou no confronto, sendo uma das explicações para a adesão das famílias ao MST, em outras palavras:

A outra razão para a crescente força política e capacidade de pressão do MST derivou de alguns trágicos eventos que nos anos recentes têm marcado algumas ocupações de terra — cuja ocorrência, certamente, não surpreendem inteiramente, em face da postura confrontacional adotada pelo Movimento como sua arma de luta principal e pelo costume usual das forças militares de reprimirem violentamente as ocupações de terra. Dois deles foram especialmente decisivos para impulsionar as pressões sociais em favor da reforma agrária nos últimos anos, os episódios de Corumbiara, em Rondônia (agosto de 1995) e, depois, o massacre de Eldorado dos Carajás, no Sul do estado do Pará, ocorrido em abril do ano seguinte. Em ambos os casos, vários trabalhadores rurais foram assassinados, em virtude da brutal ação das forças policiais. Foram eventos que, em certa medida, refletiram uma forte inflexão pública a favor da organização dos sem-terra, especialmente porque o segundo evento produziu uma intensa repercussão, nascida do fato de ter sido o confronto filmado e, posteriormente, reproduzido repetidamente, em diferentes momentos. Fruto de sua forte influência naquela conjuntura, sem surpresa o III Congresso Nacional do MST modificou novamente a sua máxima política, desta vez para “Reforma agrária: uma luta de todos” (NAVARRO, 2002, p.206).

Como o próprio autor sugere o movimento pauta-se pelo confronto. Neste sentido, é importante compreender que a própria ação de ocupação de terra é uma postura de confronto, pois vai contra as normas do Estado, que tem por princípio defende a propriedade privada e os meios de produção.

Apesar de não ser objeto desta dissertação, ressalta-se que não foram analisadas as formas de ação do Estado para garantir ou, mesmo, constranger o acesso a terra. Nestes episódios apenas ficou evidente que o Estado buscou desarticular a ação coletiva da ocupação entrando num confronto armado. Entretanto, em outros momentos tem se fundamentado na criação de leis ou outras formas de ação que o Estado lança mão para evitar a ocupação de terras.

Todavia, estes fatos de confronto repercutiram para uma maior visibilidade do movimento, que permitiu ao MST alcançar a estratégia de expansão, alargando as possibilidades e oportunidades políticas favoráveis ao mesmo, construindo-se enquanto referências de representação política dos trabalhadores rurais e no conjunto da sociedade.

Deste modo, na região do Nordeste paraense esta expansão se manifestou com a conquista do assentamento “Mártires de Abril”, em que as lideranças do MST começam a observar que apenas um assentamento naquela área ficaria deslocado dos demais,

prejudicando o que foi chamado de “territorialidade camponesa¹⁰”. Além disso, observaram que a porção de terra era insuficiente para todas as famílias, por isso buscaram novas áreas.

Neste mesmo período, existiam dois acampamentos na região de Mosqueiro, um na área de uma empresa denominada de “Interpassa”, que era dirigido pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), e outro numa ocupação de algumas famílias, que não pertenciam a nenhuma organização ou movimento. Na área da Interpassa, as famílias retiravam madeira para produção de carvão vegetal, e os órgãos ambientais realizaram fiscalização, o que acarretou no impedimento de regularização da área em prol dos acampados. Depois deste impedimento, mudaram o lugar da ocupação, mas permanecendo dentro da área da fazenda, onde estão até hoje.

Na outra área, as famílias recorreram às lideranças do MST, pedindo apoio na ocupação, sendo encaminhado um grupo de dirigentes para organizar a ação. A área logo foi denominada de acampamento Elizabete Teixeira, posteriormente de assentamento “Elizabete Teixeira”. No início, o acampamento tinha cinquenta e cinco famílias, mas, com o processo de criação do assentamento, ficaram apenas vinte e sete.

Nestas áreas as famílias estavam mobilizadas para a ação coletiva, porém, viviam em situação de incerteza, por isso recorreram aos movimentos, reconhecidos como os organizadores sociais.

Estudando a atuação do MST na região do Nordeste paraense, alguns autores atribuem o poder de mobilização do movimento ao:

[...] início do processo de formação política, quando surgem e se constroem os militantes que fortalecem a organização social e política do MST. Ocupar é o processo inicial que se desencadeia para a construção da necessidade de buscar seus direitos de cidadania, a busca da superação da condição de expropriados e de exclusão social, para se criar a esperança de transformar suas vidas na perspectiva de construção da felicidade coletiva (ABE, 2004:58).

Guiados ainda com os mesmos objetivos já elucidados, as lideranças do MST resolveram ocupar a fazenda improdutiva em frente ao assentamento Mártires de Abril, denominada Fazenda Baía do Sol, de propriedade da empresa Baía do Sol Agro Pastoril, que estava em nome da senhora Valéria Atháide Fonteles de Lima.

¹⁰ Esta expressão tem sido bastante utilizada pelas lideranças do MST, como indicado por um teórico simpatizante do movimento que considera como território camponês: Na luta pela terra, o espaço de luta e resistência é construído quando o Movimento traz a público a sua situação ao ocupar uma propriedade – um latifúndio. Conquistar a terra, uma fração do território, e se territorializar é um modo eficaz de reação e de demonstração da sua forma de organização (FERNANDES, 1994, p. 178).

Deste modo, seguindo sua estratégia de expansão, o MST organizou um grupo de famílias da região de Mosqueiro, principalmente, com remanescentes e agregados das famílias do assentamento “Mártires de Abril”, para realizar a ocupação da área. Ocorreu no dia 06 de outubro de 2003 a primeira ocupação, com cerca de vinte famílias sob a direção do MST, permanecendo na área por cerca de um mês. Segundo o assentado D, o Governador, na época Simão Jatene, acatou a solicitação de reintegração de posse em favor da Senhora Valéria Fonteles de Lima, para despejar as famílias, no dia 10 de novembro de 2003, pela polícia militar. Antes da chegada da polícia para cumprir o despejo, os ocupantes de forma tática decidiram pela parte dos fundos do terreno, evitando o confronto, mas permanecendo na área até o fim da execução judicial.

O assentado José ressalta que, como as famílias vinham de outras ocupações e as mesmas estavam cansadas dos confrontos, o MST optou por retirá-las antes da chegada da polícia, para evitar desgastes, ficando acampados em frente à fazenda, ao lado do PA Mártires de Abril.

A área de ocupação era da família Fonteles. Um dos membros desta família era o ex-deputado estadual e advogado Paulo Fonteles¹¹, que declarava apoio ao movimento de luta pela terra e dos direitos humanos e participava ativamente da organização dos movimentos sociais e da organização sindical rural. Ele foi assassinado em 1987, e até hoje não foram julgados os mandantes do crime, recaindo as suspeitas sob os latifundiários.

Por se tratar de uma área da família Fonteles, o movimento estabeleceu contato com o filho do deputado, Paulo Fonteles Filho, que também já exerceu cargo parlamentar de Vereador. Alguns visualizavam a possibilidade de negociar junto à família a desapropriação

¹¹ Paulo Fonteles nasceu em Belém, em 11 de fevereiro de 1949. Aos 15 anos de idade iniciou suas atividades políticas, na Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Tornou-se advogado e após a edição do AI-5, em 1969, começou a participar das atividades políticas do PC do B. Na região do Araguaia, participou da “Guerrilha do Araguaia”. Com a repressão e a ilegalidade das ações, recebeu o codinome de “Carlinhos” e sua esposa de “Maria”, sendo obrigados a mudarem para Brasília nesta época. No entanto, foram presos e torturados em outubro de 1971. Após a prisão, Paulo Fonteles chama a atenção pública, engajando-se, a partir de 1979, na luta dos posseiros no Sul do Pará, justamente na região do Araguaia. Os latifundiários usavam o terror para expulsar os posseiros de suas áreas. Nesta época, muitos posseiros foram assassinados e ameaçados. Usavam a tática de esperar os posseiros cultivarem a floresta, para então apresentar documentos de propriedade falsificados – a chamada ‘grilhagem’ de terras. Após a prisão, nos anos 80, Paulo Fonteles viajava para o Sul do Pará e aos poucos conseguiu ganhar a confiança dos posseiros. Através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), passa a advogar para os camponeses do Sul do Pará, defendendo seus interesses nos tribunais, tornando-se deputado estadual pelo PC do B em 1982, fazendo denúncias dos latifundiários, tornando-se incômodo para os demais parlamentares. No dia 11 de junho de 1987, Paulo Fonteles foi assassinado por um ex-membro da polícia militar e deixado no banco traseiro de um carro, nas proximidades de Belém. Os mandantes do atentado nunca foram julgados. O reconhecimento de sua luta pela reforma agrária resultou num enterro em Belém com uma verdadeira manifestação popular contra a violência dos latifundiários (UHL Y, 2007, s/p.).

da área. Esta expectativa abriu espaço para que várias famílias que estavam em outros acampamentos se deslocassem para a área de Mosqueiro, ampliando o número de famílias interessadas. A possibilidade de negociação com os proprietários também deu lugar para que famílias pertencentes ao grupo do MST decidissem por não mais ocupar a área e aguardar uma negociação.

Entretanto, segundo Manaças, liderança do MST, a maioria não queria esperar por tanto tempo e decidiu pela reocupação, justificando isso com a afirmação de que o método do movimento é pela ação e pressão para a desapropriação (prática do confronto), devendo a proprietária recorrer por seus direitos junto ao INCRA. Para Manaças, a proprietária só relutou para não sair da área, pois desconhecia os procedimentos de desapropriação do INCRA que prevê a indenização das benfeitorias e da terra, quando possui o título de terras.

A proposta de reocupação não foi aceita por todos que estavam organizados, o que internamente ampliou a pressão entre as famílias acampadas, terminando na divisão de dois grupos: um que queria reocupar a fazenda e outro que preferia esperar para negociar com a família e os representantes do INCRA.

A reocupação da área foi deliberada durante a Jornada de Lutas, que foi organizada pelo MST, com a participação dos acampados e assentados das áreas dirigidas pelo movimento. Nesta época, nacionalmente o MST realizava ocupações para demarcar a morte dos dezoito “sem terra” na curva do S (Eldorado dos Carajás), este período que foi registrado como um momento de luta contra o latifúndio. Os acampados do PA Paulo Fonteles participaram desta jornada.

Mesmo diante do impasse com uma parte das famílias que não queriam reocupar a área, o MST planejou a ocupação com as famílias dispostas. Segundo Manaças, esta ação deveria ser bem planejada, pois já havia seguranças na área da fazenda, e não havia consenso entre o grupo. Assim, para ajudar na ação, convidaram militantes de outros assentamentos e acampamentos da região próxima, sob a orientação de ocupar a fazenda durante a madrugada.

No dia 17 de abril de 2004, um grupo com aproximadamente 80 pessoas ocupou a fazenda. Nesta noite, duas viaturas policiais foram até a área, ameaçando as famílias, acontecem discussões e intimidações, mas ninguém foi despejado. No dia seguinte, chegaram dois ônibus com pessoas de outros acampamentos e assentamentos próximos da região, para ajudar na resistência. A orientação era para que as famílias ficassem no entorno da sede da

fazenda, pois havia fornecimento de água e energia, o que possibilitava a maior resistência e o fortalecimento do grupo, diante da ameaça de um novo despejo (Fotografia 3 e 4).



Fotografia 3: Sede abandonada da Fazenda Baía do Sol.

Fonte: Hilaíres Maciel, maio de 2010.



Fotografia 4: Sede da Fazenda que foi usada para a escola durante o acampamento.

Fonte: Rosiane Pantoja, maio de 2010.

Segundo o assentado Pedro, após a entrada das famílias do MST na área, por não haver uma decisão do INCRA em relação à desapropriação, o outro grupo, que não estava no primeiro momento favorável à ocupação, recorreu à Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI), mobilizando outras famílias que estavam no acampamento da Interpasa, para ocuparem os fundos da fazenda pelo Rio Santana. Contaram com cerca de sessenta famílias e o auxílio de um barco. Isto levou a um impasse entre as famílias na definição de quem teria direito à área.

Com esta situação, o assentamento se transformou num campo de “batalha”, pois as famílias que estavam acampadas na sede da fazenda não poderiam passar para a área dos fundos e vice-versa. Para tentar resolver a situação, o INCRA sugeriu, por meio da Superintendência Regional de Belém (SR - 01), a criação de dois assentamentos na mesma área. Mas esta proposta não foi aceita por nenhum dos grupos.

Depois de três meses de negociação, chegou-se a um entendimento. Participaram das negociações diversas forças políticas, como: representantes da FETAGRI, parlamentares, lideranças dos grupos locais e dirigentes do MST. O Superintendente do INCRA, na época era Beto Faro, ex-presidente da FETAGRI, pretendia contornar a situação, pois também tinha pretensões política, como foi confirmado com sua candidatura para mandato parlamentar em 2006.

Ao final, os representantes da FETAGRI conversaram com o grupo que ocupava os fundos da área e convenceu-o de se retirar, pois as famílias do grupo do MST estavam desde o

início da primeira ocupação. Isto fortaleceu o MST para negociar a área em prol das famílias que imediatamente fizeram um cadastro no INCRA. Assim, foi proposto, como alternativa àquelas famílias que iriam se retirar da área, que fossem uma parte para uma área em Igarapé-Mirim e a outra parte, para uma área em São Francisco do Pará.

Após as soluções dos impasses entre os grupos, os representantes do INCRA conversaram com a proprietária, que consentiu a realização da vistoria no imóvel, com fins de indenização das benfeitorias, indenizáveis em moeda, e do imóvel rural, indenizável em Títulos da Dívida Agrária (TDA). Assim, no dia 19 de março de 2004, foi realizada a vistoria com objetivo de obter Laudo Agrônômico para encaminhamento de parecer técnico-jurídico de desapropriação com interesse social de reforma agrária.

3.2. DO ACAMPAMENTO AO ASSENTAMENTO

Na segunda ocupação, as famílias acamparam o entorno da sede da fazenda. No dia seguinte à ocupação, formaram-se os grupos para a divisão de tarefas, com exceção do setor de segurança e disciplina, formado antes da ocupação.

As famílias foram divididas em oito grupos de trabalho produtivo. Também existiam cinco grupos de gestão do assentamento: frente de massas, ciranda infantil, segurança e disciplina, educação e juventude, devendo cada um destes ter um responsável pelo setor.

Os objetivos dos grupos de trabalho produtivo e de gestão eram:

1) Frente de massas: é o grupo disponível para fazer o trabalho de base e organizar as famílias para a ocupação. Este setor que realiza trabalho de agitação e propaganda, de educação e formação, às vezes de produção. Suas atividades ocorrem em paralelo com a ocupação e envolve outros setores, sendo entendido como intersetorial.

2) Ciranda infantil: é o grupo que cuida de todas as crianças do acampamento, para dar possibilidades de as mães participarem das atividades, em condições semelhantes às dos homens.

3) Segurança e disciplina: é o grupo responsável pela segurança no acampamento, montando escala para revezamento nas guaritas, verificação das normas disciplinares, pois nesta fase as regras são rigorosas, sendo proibido o consumo de bebidas alcoólicas e demais drogas, agressões física e moral.

4) Educação: é o grupo que estimula o debate da construção da escola e juntamente com os coordenadores dos grupos define os educadores, trabalhando ainda na fase do acampamento a questão pedagógica .

5) Produção: é o grupo que verifica onde conseguir sementes para produção e como organizar a divisão do trabalho, além de estimular a coletividade entre as famílias.

6) Juventude: é o grupo que organiza a juventude com a perspectiva de formar novas lideranças do movimento.

Para compor os grupos foram definidos dois coordenadores, sendo obrigatório haver um homem e uma mulher, para garantir a representação de gêneros. Nas reuniões de coordenação do assentamento, participavam dezesseis coordenadores gerais e doze coordenadores representando os setores de atividades, além dos dirigentes do MST, que estavam na coordenação da ocupação. Esta organização garantiu a participação das famílias nas reuniões e a decisão nas atividades do assentamento pelos acampados, bem como a formação de novos quadros do movimento.

Cada setor realiza suas reuniões paralelas para discutir e planejar suas atividades, que depois são discutidas nos grupos. Para Ulisses Manaças, neste primeiro momento, no acampamento, as famílias compreendem bem a importância de alguns setores, mas não têm clareza da importância da escola, por esta não ter amparo legal. Por isso, o MST impõe a participação das famílias na escola.

Além das reuniões das coordenações e dos setores, eram realizadas assembleias, que pautavam as questões mais importantes apontadas pelos grupos, como a expulsão de um acampado, por infringir as regras disciplinares¹², a entrada de recurso externo, ou estabelecimento de convênios com outras entidades.

Para Ulisses Manaças, a fase do acampamento é o melhor momento para estimular a solidariedade e a cooperação entre as famílias, porque estão num processo de resistência. Neste espaço, a união é facilitada, pois todos têm o mesmo objetivo: a conquista da terra. As dificuldades são inúmeras com a alimentação escassa; péssimas condições para dormir; o medo de serem retirados a qualquer momento da área, durante o dia ou a noite, e mesmo de

¹² Estas regras disciplinares eram definidas pelo MST e estavam ligadas à segurança no acampamento, com o objetivo de coibir o uso de drogas (bebidas alcoólicas e entorpecentes) e reprimir brigas dentro do acampamento, pois o movimento entendia que a justiça consideraria esses aspectos como fator determinante para não criar o assentamento. Também era uma forma de isolar os indivíduos que não se enquadravam nas normas do movimento.

modo violento. Na fase transitória, entre o acampamento e o assentamento, é reproduzida uma situação de incerteza e insegurança entre as famílias pelo desconhecimento do futuro.

Tais dificuldades fizeram com que as famílias construíssem os ‘barracos de lona’, onde ficavam em grupos e a alimentação era preparada de modo coletivo. Isto amenizava os problemas de falta de alimento e de segurança. Porém, surgiram outros problemas com o convívio de indivíduos que pouco se conheciam, ou que não tinham afinidade, para realizar as atividades coletivas. Na moradia coletiva, várias famílias dormiam juntas, dividindo o mesmo alimento. O trabalho produtivo era coletivo e não considerava as desigualdades na realização das ações pelos indivíduos, ou seja, não se distinguia cada indivíduo em relação a sua contribuição na ação coletiva (qualidades, limites e potencialidades).

A produção coletiva por meio do mutirão foi mantida, na fase de assentamento, pelo MST. Porém, também foram permitidas as famílias, que não se adaptassem mudar de grupo. No entanto, para estas, isto não alterava a forma de organização do assentamento, o que gerava desacordo com as lideranças.

Segundo o assentado Pedro, a organização coletiva no acampamento é importante para garantir a sobrevivência do grupo. Porém, afirma que não concordava com a moradia coletiva, pois as famílias perdiam sua intimidade, o que dificultava o convívio entre as mesmas. Por isso, o próprio MST não estaria adotando mais esta forma em outros acampamentos. Observa que, por meio do trabalho doméstico coletivo, outras famílias se aproveitavam do trabalho alheio:

“[...] não tá certo esse negócio de conviver muitas famílias dentro de um barraco. Cada um tem que se virar e fazer sua comida, até porque isso deixa mal-acostumado o outro, tem pessoas que se acostumam a ‘pegar pronto’, aí não quer fazer nada, e quando vira assentamento o “caboco” tá preguiçoso. Se acostumam assim, em um ou dois anos, a tá tudo pronto (Pedro morador do PA).”

A noção de ‘preguiça’ é reforçada pelo assentado Cláudio, que aponta isso como um dos motivos para recusar a participação de certa família em um determinado grupo.

“Tem gente que amanhece o dia e não quer procurar o que fazer e é ruim de conversar com ele, porque ele não aceita, aí ninguém quer ele, mas a gente trazia ele pro grupo, mas sabendo que depois (no assentamento) a gente não ia ficar com ele no grupo”.

Esta ideia de preguiça é uma categoria complexa, pois exige que as famílias tenham a mesma aptidão para as atividades, além de pouco ajudar nas explicações teóricas sobre a cooperação. Bernoux estudou esta noção como uma “categoria natural”:

[...] o significado concreto de preguiçoso no contexto de um grupo que produz muito (produtividade mais alta) é diferente do de um grupo que produz pouco, e assim por diante (ignorante, arrogante, medroso etc.). E também, em qualquer organização os comportamentos só podem ser compreendidos dentro de um ajustamento permanente entre o indivíduo e o grupo (BERNOUX, 1985, p. 15).

Para o MST as ações coletivas de moradia e de trabalho melhorariam o desempenho das famílias, com a somatória das forças produtivas, permitindo uma transformação da quantidade do trabalho realizado em qualidade nos resultados. No entanto, esta lógica está na contramão da dialética, proposta por Hegel, e explicada por Marx e, posteriormente por Engels, no qual afirmam, que para o capital o valor de uso da força de trabalho é justamente o excesso da quantidade de trabalho que ela fornece, além da quantidade de trabalho que nela mesma se materializa e é necessária para reproduzi-la, ou seja, não é uma somatória que transforma a quantidade em qualidade, mas sim, quando em determinadas circunstâncias a quantidade ultrapassa um limite mínimo do valor da força de trabalho (ENGELS, [1878] 2012).

Por motivo, do movimento, inverter esta lógica e por não estabelecer regras sobre a apropriação dos resultados de acordo com a realização de trabalho (gasto de força produtiva), deixou margem para que as famílias questionassem a quantidade de trabalho realizado em relação aos resultados desta produção.

As famílias estranharam a organização da cozinha coletiva, alegando que não estavam acostumados a compartilhar daquela forma os alimentos, pois se sentiam obrigados a dividir com aqueles que não teriam nenhuma obrigação de retribuir. As lideranças, ao proporem a criação de um ambiente de reciprocidade entre as famílias, desconsideraram a própria base em que estes laços eram estabelecidos, buscando introduzir uma noção de solidariedade, nem mesmo consideraram as relações de parentesco.

Para Lévi Strauss (1967), a concepção da família não se baseia na unidade biológica – pai, mãe e filhos, a família consanguínea, mas sim na família que funda o social, por meio da aliança, ao reconhecer seus limites e se abrir ao outro, rompendo seu o isolamento.

Nas famílias há uma distinção da unidade familiar entre a casa e o roçado, em que a casa é o lugar de morada, reservado à família, e o roçado é o lugar do trabalho. Assim, para

resolver os conflitos, as famílias em melhores condições financeiras iniciam a construção de suas casas. Já na relação com o roçado, as famílias permanecem realizando a produção coletiva em áreas de plantio de mandioca e hortaliças.

Diante desta realidade, foi definida a divisão das áreas, por meio de um sorteio entre os grupos, com a delimitação do assentamento em oito grupos, instalados em oito áreas. Em cada uma das áreas, as famílias que pertenciam ao mesmo grupo decidiram a forma de organização entre si. Optou-se pela divisão em lotes, em que cada família estruturaria sua unidade familiar com casa-roçado, dividindo em áreas médias de 8 a 10 hectares (Mapa, em anexo).

Mesmo após a definição das áreas, as famílias permaneceram realizando atividades coletivas, como relata a assentada Sônia, que produzia hortaliças de forma coletiva:

“[...] as famílias já estavam na sua área, mas existia trabalho cooperado e todos participavam, só dois que tiveram problemas com as famílias e não conseguiram participar, fizeram todo o trabalho de semear, depois passaram para as leiras, mas o problema deu quando foi pra aguar que era difícil e o sol foi muito quente e boa parte morreu, conseguiram tirar uma pequena produção que deu pra comer”.

A produção agrícola no assentamento se realizava por meio do mutirão¹³, baseado nos dois tipos de ajuda mútua, uma relacionada aos bens comuns e coletivos para a conquista do assentamento e a outra relacionada aos trabalhos em benefício da família. A produção, prioritariamente, destinava-se ao consumo das famílias, mas quando pretendiam comercializar a produção, estas realizavam plantios individuais, com troca de dias. Para Sabourin (2001, p. 4), a regulação dessas formas de organização se baseia na lógica da reciprocidade, pois esta não é obrigatoriamente igualitária, já que o retorno não é imediato e não tem uma contagem, nem uma necessária simetria das prestações.

É válido ressaltar que a decisão sobre os produtos cultivados dependia dos grupos. Os trabalhos mais pesados de preparo da terra eram realizados pelos homens. Do plantio, da capina, e da irrigação das hortaliças, participavam as mulheres e as crianças. Para o assentado João, “é na época do acampamento que o trabalho coletivo dá certo”. O assentado Pedro

¹³ A palavra mutirão deriva do tupi mutirum ou do Guarani, definida por Potyrom, que quer dizer colocar a mão na massa (BEAUREPAIRE, 1956, citado por SABOURIN, 2001, p. 4). O mutirão é uma ação coletiva que tem sido bastante utilizada por famílias de agricultores familiares para reduzir a sobrecarga do trabalho na agricultura.

ressalta que o trabalho coletivo funcionou nesta época, pois “nesse tempo era uma coisa organizada, até porque nessa época o MST era MST”.

A transição entre o acampamento e o assentamento expressou uma relação complexa, uma mudança no comportamento das famílias, demarcado por:

[..] um ponto de inflexão histórico entre dois processos políticos e sociais e, portanto, uma transição histórica mais complexa do que o mero ato administrativo da sua criação formal. Nesse momento, encerra-se um determinado processo político-social onde o monopólio da terra e o conflito social localizado pela posse da terra são superados e imediatamente inicia-se um outro: a constituição de uma nova organização econômica, política, social e ambiental naquela área, com a posse da terra por uma heterogeneidade social de famílias de trabalhadores rurais sem terra (CARVALHO, 1998, p.5).

Sauer (2005, p.62) afirma que o assentamento “é um espaço social e geográfico de continuidade da luta pela terra”, onde as pessoas com diferentes trajetórias se encontram iniciando “novos processos de interação e identidade social”.

Formalmente o assentamento foi criado apenas em 2006, sendo publicada no dia 19 de julho de 2006, no Diário Oficial da União (DOU), a Portaria nº17, de 13 de julho de 2006, com o objetivo de beneficiar sessenta famílias em “unidades agrícolas”, assim especifica em seu Art. 2º:

Criar o Projeto de Assentamento PA - Paulo Fonteles, Código SIPRA PA0306000, a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário do INCRA (DOU, 2006, p.72).

Logo que foi criado o assentamento, as famílias discutiram a constituição da associação, fundada em 2006, com o nome de Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Paulo Fonteles (APRAPAF). O corpo diretor fundador foi definido em assembleia, sendo indicado como presidente o assentado Manoel. Segundo, este, a ideia de fundar a associação veio da necessidade de se ter uma estrutura jurídica (associação ou cooperativa) cadastrada oficialmente, pois, como o MST é um movimento sem representação jurídica, não poderia acessar os créditos. Esta situação foi observada por Schmitz et al. (2007, p. 2), quando afirmam que o estado tem sido um dos maiores incentivadores de organizações nas mais variadas formas de associação de agricultores familiares, para adquirir créditos e execução de políticas do Estado.

Os lotes foram dispostos de acordo com o acesso à estrada, variando de 40 a 130 metros de frente, com 1000 a 2000 metros de fundos. Esta disposição facilitava a construção

das casas no próprio lote. Além de que, a não separação entre o lugar de moradia e o lugar de trabalho contribui para o convívio e a socialização familiar.

Entretanto, após a definição dos lotes, algumas famílias insatisfeitas com o próprio lote o trocaram com outras. Este foi o caso da assentada Raimunda, que, por motivo de ter três filhos em idade escolar, pediu para trocar seu lote por um mais próximo da saída do assentamento, para facilitar a ida das crianças à escola, que fica fora do PA.

Com a criação do assentamento, acreditou-se ter superado as maiores dificuldades, inclusive após, a experiência da divisão das famílias no momento da ocupação em 2004. Entretanto, diante da Conferência Regional do MST, em que foi votada a expulsão de lideranças a representatividade do movimento enfraqueceu e se evidenciaram as contradições internas.

O foco das mudanças políticas propostas por alguns dirigentes do MST tencionou a mais uma divisão no grupo. O grupo que rompeu iniciou a organização da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), na região do Nordeste paraense. Em relação aos motivos apontados para a expulsão dos dirigentes do movimento, foram citados vários, dentre eles: problemas de desvio de recurso; propostas divergentes de programa e atrelamento ao governo do Estado do Pará, no caso, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Ulisses Manaças afirma que as divergências ocorreram dentro do assentamento João Batista II, em Castanhal, onde o dirigente e os demais militantes expulsos eram assentados. Segundo o mesmo, foram os próprios assentados daquele PA que iniciaram um processo de investigação dos problemas identificados no assentamento e na prestação de contas da Cooperativa (COOMAMP) e da Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores da João Batista (APROCJOB), administrados pelo MST. Quando descobriram indícios de desvio de recursos exigiram da direção do MST uma medida mais dura. Por isso, foram expulsos três militantes e, também, afastados outros três.

Para os assentados do PA Paulo Fonteles, estes argumentos não estavam claros, pois não existiam provas que os concretizassem. Entre os contra-argumentos está a questão de que o dirigente expulso era uma referência do MST, quase que unânime nos PA's. Do mesmo modo, questionaram o problema de desvio de recurso de que estava sendo acusado, perguntando por que não foi denunciado na época do ocorrido, mas somente em momento posterior. Já em relação ao tema das propostas do programa e do atrelamento ao governo do

PT, os assentados fazem poucas menções, pois encontram dificuldades de distinguir o programa do movimento e o apoio ao governo.

Todavia, o dirigente do MST, ao relatar o processo que culminou na divisão do movimento, revela que já existiam divergências de eixo programático entre o MST e a FETRAF:

“O dirigente que rompeu era a figura simbólica da regional, o que tinha maior referência na cidade, nos movimentos sociais e na nossa base do MST. O processo de divisão acontece em 2005, na realidade o processo de divisão política de afastar esses militantes do MST, porque o processo de divisão interna já acontecia há muito tempo, por divergência de linha programática. No MST tinha uma turma que era muito mais ligada ao governo do PT e tinha outra turma que primava pela independência e pela autonomia do movimento, essa era a divisão estabelecida. E aí, esse grupo ligado ao governo do PT começou a construção de grupos internos e a determinar o controle da máquina do MST, do escritório, das cooperativas, das associações, dos recursos da organização, que eram utilizados pra fazer a disputa interna, e isso foi um processo grave. Mas não só o controle burocrático, mas também começaram a sabotar as atividades do MST, como as reuniões (Ulisses, dirigente do MST)”.

Portanto, analisando mais profundamente sobre as propostas que defendem esses dois movimentos, identifica-se diferenças programáticas construídas por um processo histórico dos movimentos. A FETRAF representa uma organização com um “novo tipo de sindicalismo” e suas práticas indicam inovações no processo de fortalecimento da agricultura familiar. Enquanto que o MST reafirma o fortalecimento da população camponesa.

Picolotto (2008, p.4) sintetiza a história da formação desses movimentos no Sul do Brasil:

A partir de meados dos anos 90 começam a se perceber algumas divergências na forma de atuação política, nas articulações com outros atores e na disputas pela base social entre estes movimentos, principalmente, entre o setor rural da CUT e o MST. Algumas rupturas são ilustrativas desse processo: em 1995, a CUT rural compõe a direção da CONTAG (seu adversário dos anos 80) e esta última filia-se à CUT; divergências em torno da forma de condução de reivindicação de auxílio estatal aos pequenos agricultores atingidos por uma seca no Rio Grande do Sul, no início de 1996, causaram um “racha” no sindicalismo cutista e a formação do MPA (com atuação próxima ao MST); as mobilizações dos “Gritos da Terra” que inicialmente (em 1994) contavam com todos estes movimentos do campo (mais a CONTAG), no final dos anos 90 contaram apenas com a CONTAG e a CUT; no final dos anos 90 o setor rural da CUT no Sul abandona a CONTAG e volta a se organizar regionalmente, procurando articular os “agricultores familiares”, formando a Frente Sul da Agricultura Familiar (Fernandes, 2000; Abramovay, 2005; Favareto, 2006). Acompanhando estes processos de diferenciação entre estas organizações, na passagem do século XX para o XXI, ocorreu, em 1999, a formação oficial da seção brasileira da Via Campesina (formada pelo MST, MPA, MAB, MCC, CPT) e, 2001, a constituição do sindicalismo da FETRAF no Sul e a partir de 2005 em nível nacional.

A partir destas análises, observa-se que a conjuntura levou os movimentos a questionar as propostas alternativas para a reforma agrária, os sujeitos sociais do campo e os aliados dos movimentos para o projeto de transformação da sociedade. Evidenciam-se as diferenças sobre o sujeito social e aprofundam-se as diferenças sobre os aliados no poder.

Diante das observações de Picolotto (2008, p. 5), o grupo que saiu do MST, fundou a FETRAF no Nordeste paraense, identificava o governo do PT como um dos aliados para fortalecer a entrada dos camponeses no mercado e na agricultura familiar, portanto, deveria se aproximar cada vez mais das estruturas do governo. Neste caminho, a FETRAF tenta se firmar como um representante que aglutine os assentados com uma identidade de “agricultores familiares”, ou seja:

FETRAF objetiva colocar-se como agente ativo na sociedade atual, que almeja fortalecer o segmento social da agricultura familiar tanto para adequar-se ao modo capitalista de produção vigente, quanto para ser uma forma concreta de agricultura em uma possível “sociedade socialista”. A construção da identidade da agricultura familiar, então, busca livrar-se do caráter “atrasado”, “imperfeito” e “incompleto” da noção de pequena produção e elaborar uma ressignificação cultural da pequena agricultura, dando-lhes novos adjetivos, tais como: “produtora de alimentos”, “moderna” e “eficiente”.

Como definição, afirma que:

a expressão “agricultura familiar” procura designar uma forma de produção moderna e mais eficiente sob o ponto de vista econômico, social e ambiental. [...] existem diferentes concepções sobre os rumos da sociedade entre os que acreditam no papel estratégico da agricultura familiar (PICOLOTTO, 2007, p. 49).

As conformações de disputas entre os diversos movimentos, envolvidos com a questão agrária, produzem resultados nem sempre esperados, pois estas questões se relacionam com a correlação de forças destes com os diversos setores rurais e os órgãos governamentais. Do ponto de vista dos assentados, as dificuldades para entenderem as diferenças entre os vários movimentos sociais existem por falta de informações. Eles refletem as caracterizações que as lideranças criam nas mentalidades como referências dos movimentos sociais.

Pode-se dizer que as lideranças exercem uma forma de poder sobre os assentados, mas não em absoluto, como conceituado por Chazel (1995a, p. 213) que o poder é “a capacidade, por parte de um determinado ator, para conseguir os resultados visados e, em particular, de realizar ações eficazes”.

Assim, as referências nas lideranças do MST são reveladas nas falas dos assentados:

“A militância do MST que tava aqui não concordou com a expulsão do Nonato. Ele também começou a se articular. E na época ele era o

“cara” mesmo, e a militância começava a ficar contra as lideranças do Sul do Pará, que ficou coordenando a região aqui. A gente não tinha acordo com a saída do Nonato porque ele era o mais próximo pra tudo, pra tudo mesmo... , e era contra o pessoal do Sul do Pará porque tavam muito distante, e sempre eles não davam muita oportunidade pra quem tá nessa regional, como até hoje, mesmo as pessoas que ainda atuam no movimento não concordam muito com a prática deles. Aí quebrou tudo. Porque aqueles militantes bons, aqueles militantes que tinham coragem de fazer o trabalho de base, de ir pro acampamento saíram tudo. E o Nonatinho saiu e levou um bocado com ele. O pessoal daqui, alguns queria ir pra FETRAF, mas depois desistiram, não viam muita força no movimento (Valdir, assentado do PA Paulo Fonteles)”.

Apesar do poder construído pela liderança do dirigente expulso do MST, as famílias não saíram do movimento para construir o movimento da FETRAF. Isto, por motivo do MST representar para as famílias uma referência de projeto político com organização forte. A permanência no MST demonstrou que os assentados não estão em busca de aventura nos movimentos sociais, seguindo uma liderança pelo seu carisma, mas sim, a uma identidade programática, que se relacione com o seu projeto de vida.

A FETRAF logo no seu surgimento se dividiu novamente, e parte que rompeu criou, no Pará o Movimento Terra e Liberdade (MTL). A FETRAF, como não conseguiu adesão no PA, voltou-se para outras áreas, ficando a direção do assentamento sob a responsabilidade dos militantes moradores do PA Paulo Fonteles.

3.3. TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS FAMILIARES

No processo de criação do assentamento Paulo Fonteles, observa-se que a mobilização para a ocupação ocorreu entre as famílias e os agregados do Assentamento Mártires de Abril, nas ocupações de bairros próximos a Belém; e depois vieram outras famílias. Contudo, estas famílias já vinham de outras localidades e trouxeram consigo um histórico e experiências diferenciadas que compõem a diversidade do assentamento. Brenneisen (2009, p. 54), afirma que “se as trajetórias de vida dos agricultores assentados guardam semelhanças em determinados aspectos, as diferenças entre eles são maiores ainda, e são estas diferenças que tornam cada história uma história singular”.

Sem querer simplificar tais histórias, pois cada experiência vivenciada pelas famílias se desdobrará em compreensões e oportunidades diferenciadas, pretende-se analisar didaticamente as possíveis conexões entre elas, observando que as trajetórias das famílias

formam uma rede de relacionamento, em que está imbricada a luta pela terra nas mobilizações do MST, que se desdobrará em compreensões distintas na gestão do lote e do assentamento.

Guardadas as devidas diferenciações específicas de cada família, como já observado por Brenneisen (2009), foi possível uma síntese de representação das trajetórias das famílias, considerando-se as características da tradição cultural, da produção e da luta pela terra: 1) famílias com tradição na agricultura e que participaram de movimento de ocupação de terras; 2) famílias que não tinham tradição com a agricultura, mas que já haviam participado de ocupação; e 3) famílias que não participaram de ocupação, podendo ou não ter alguma experiência com a agricultura.

1) Famílias com tradição na agricultura e que participaram de ocupações:

A chegada das famílias no assentamento, muitas vezes, ocorre pela relação de parentesco ou de compadrio, observando-se o funcionamento desta mobilização como uma rede social, compreendida pela,

[..] importância tanto da rede de parentesco na mobilização, na luta e no modo de inserção nos assentamentos, como da rede de parentesco simbólico, de lealdades comunitárias e de solidariedades antigas baseadas em deveres de reciprocidade e de troca de favores (MARTINS, 2009, p. 19).

Ao analisar a família do assentado Pedro, morador do assentamento Paulo Fonteles, identifica-se que o seu engajamento deste se iniciou na ocupação do “Complexo Chão Preto”, em Mãe do Rio, e que sua família tem tradição na agricultura de “corte e queima”. Desde cedo, ele e seus irmãos trabalhavam com agricultura na terra de seus pais, porém, esta terra era pequena para toda família, que ainda estava crescendo e precisava de outras áreas para realizar seus plantios.

Foi a partir dessa busca por novas áreas para a agricultura que Pedro e seu irmão Cláudio, que já tinham sua própria família, se engajaram no movimento, após conhecerem o MST, durante uma mobilização no município. A busca por novas áreas foi apontada como o principal fator para que participassem da ocupação de terra com o MST, pois não viam outras possibilidades de acesso à terra que não fosse por meio da ocupação.

Durante a ocupação no complexo Chão Preto, as famílias sofreram quatro despejos, com prisão de militantes do MST e repressão às famílias. Com os despejos e a violência, muitas famílias desistiram da conquista da terra por meio da ocupação, não havendo mais condições de continuar a ocupação do complexo Chão Preto. Porém, as famílias que

permaneceram foram para outras áreas de luta pela terra, construindo-se na contradição, pois ao mesmo passo em que há violência, há também a resistência.

Neste processo de luta, o assentado Pedro e seu irmão Cláudio, também morador do Paulo Fonteles, passaram pelos acampamentos “Chãos de Estrelas”, em Mãe do Rio; Roseli Nunes, em Castanhal; Mártires de Abril, em Mosqueiro; e por fim do acampamento Paulo Fonteles, quando conseguiram se tornarem assentados. Após a conquista da terra, veio também uma irmã, um amigo e outros agregados que aguardavam o assentamento e apoiavam com recursos o Pedro. Martins (2009, p. 30) afirma que “os laços de amizade e parentesco constituem, como se vê, a base de circulação das informações, além de revelarem um estado de prontidão para receber esse tipo de notícia”.

Para Pedro e seus familiares, a conquista da terra expressa uma necessidade de produção agrícola. Por isso, ainda durante o acampamento, os dois agricultores colocaram pequenos roçados, afirmando não querer continuar subjugados às condições de dependência dos recursos dos governos, como as cestas básicas que o INCRA disponibilizava nesta fase para as famílias:

“[...] nesse período a gente gastou todo dinheiro que tinha e a gente não queria depender só das cestas básicas que davam pra gente, a gente queria trabalhar na terra como sempre fizemos e não viver humilhado...(Pedro, assentado do Paulo Fonteles)”.

Estas palavras demonstram o cansaço do agricultor em viver na luta do movimento, ele recorre às lembranças do trabalho na roça, vislumbrando poder cultivar a sua terra. Afirma que a sua família é a que mais desenvolve agricultura e que no assentamento apenas ele e outro assentado têm casa de fabricação de farinha de mandioca, como segue contando:

“[...] era quase só a gente que produzia farinha no assentamento, a gente já plantou quase todo o nosso terreno. Agora que os outros começaram a plantar com o mutirão, quando era só a família da gente que tinha roçado compensava pelos outros que não faziam, mas se todo mundo for colocar roça não vai dar, por isso pensamos no plantio de açai. Aqui tem duas casas de farinha, só que uma é bem pequena só dá mesmo pro dono fazer a farinha dele, a outra é nossa, por isso tem alguns assentados que pedem pra fazer a farinha aqui e em troca deixam uma lata de farinha e um pouco de óleo para o motor, quando eles têm (Pedro, assentado do Paulo Fonteles)”.

Na fala do agricultor, observa-se que o reconhecimento como camponês é dado àquele que planta mandioca, na tradição de “corte e queima”, valorizado frente aos demais moradores do assentamento sem tal produção. O plantio da mandioca tem muitos significados

para as famílias, pois seu ciclo permite que seja colhida num intervalo de um a dois anos, funcionando como uma poupança, quando o preço no mercado estiver baixo. Também é a principal fonte de subsistência das famílias. Como existem poucas casas de fabricação de farinha, para estimular a produção e a solidariedade, a casa de farinha dois irmãos é utilizada pelas demais famílias, devendo estas garantirem o combustível utilizado e, em troca deixam alguns sacos de farinha como forma de pagamento, estabelecendo-se desse modo uma relação de reciprocidade.

O assentado Haroldo relatou também a trajetória de sua família, que trabalhava com agricultura nas redondezas de Belém, no trecho próximo à estrada do Outeiro. Com o desenvolvimento da cidade, acabou sendo expulso da área e foi trabalhar no setor da construção civil. Neste período, começou a participar da política partidária e por meio dessa atividade participou do I Fórum do Movimento de luta pela Moradia. Depois, juntamente com outros conhecidos, montou uma rádio comunitária, por meio da qual conheceu o MST, pois fazia uma programação voltada para o campo. Assim, começou a participar das atividades do MST no momento da marcha para a fazenda Bacuri em Castanhal, mas sua primeira ocupação rural foi no acampamento Mártires de Abril.

Da mesma maneira que Pedro, Haroldo reforça que os motivos que levaram ao seu engajamento no movimento estavam relacionados ao desejo de conquista da terra, mas também ao desejo de resolver problemas sociais:

“Fomos expulsos do campo pra cidade. E aquela vida na cidade que a pessoa que não tá bem estruturado sofre um bocado, e aí ficamos assim com adaptação no campo e na cidade... Aí numa entrevista com o INCRA eles queriam saber se eu tinha vínculo com a terra, e eu disse que tinha tanto vínculo com a terra que comecei a pensar em resgatar a terra dos expulsos e entrei pro movimento “sem terra” (Haroldo, assentado do Paulo Fonteles)”.

Aqui a expulsão está relacionada com os problemas da propriedade da terra. A relação de produção e os instrumentos para garantir o trabalho das famílias na terra envolvem um confronto entre o que é legal e o que é legítimo. Neste último, há uma concepção de que legitimidade da terra pertence àqueles que trabalham e retiram dali o sustento de suas famílias, produzindo uma dimensão da luta política de luta pela terra. Assim, a mobilidade dessas famílias entrevistadas esteve relacionada às lutas dos movimentos sociais, mas também ao retorno às atividades agrícolas pela tradição familiar.

2) Famílias que não tinham tradição com a agricultura, mas que participaram de ocupação

O assentado Fernando, morador do assentamento Paulo Fonteles, nos conta que residia no bairro do Guamá, no município de Belém, quando participou da ocupação urbana do “Che Guevara”¹⁴, no município de Marituba, com a pretensão de conquistar a terra para moradia e produção, para obter renda. Mesmo não tendo experiência com a agricultura, via na ocupação a perspectiva de conseguir um lugar seguro de moradia e realizar uma atividade produtiva.

Fernando ficou sabendo por meio de amigos que o MST estava mobilizando famílias para a ocupação no acampamento Mártires de Abril. Decidiu se engajar por perceber que daria para instalar os demais membros da família que moravam na cidade. Por isso desistiu da área em Marituba e se deslocou para a área de Mosqueiro.

Entretanto, durante a divisão dos lotes, observou-se que a capacidade do assentamento Mártires de Abril era insuficiente para todas as famílias. Então, com o acampamento nas áreas do PA Elizabete Teixeira e Paulo Fonteles, Fernando preferiu aguardar neste último, até conquistar um lote para si, um para sua mãe e um para sua irmã e o cunhado. Portanto, três membros desta família estão assentados no PA.

No momento da pesquisa de campo, o agricultor Fernando trabalhava como moto táxi, mas estava preparando uma área pequena para o plantio de mandioca. Relatou a vontade de trabalhar com o ecoturismo no assentamento, pois avalia que a atividade de roçado é estafante e tem pouco retorno financeiro: “no plantio de mandioca se trabalha muito e não ganha nada”. Mesmo sabendo do baixo retorno do plantio, o agricultor continua cultivando devido às características da cultura, que funciona como uma poupança, demandando baixo custo para aquisição de insumos, empregando basicamente força de trabalho.

As experiências no acampamento da área urbana apresentavam similaridades com a ocupação rural, por ser um espaço de moradia e produção agrícola, mas com diferenças nas expectativas das famílias após a aquisição da terra.

O assentado João, morador do mesmo assentamento, conta que as eventualidades o fizeram conhecer o movimento. Após uma briga com os familiares, procurou um tio que vivia em Santa Isabel e ficou sabendo que ele havia ingressado na mobilização do MST, em Mosqueiro. Como não tinha para onde ir, resolveu também ingressar no movimento, participando da ocupação no acampamento Elizabete Teixeira, que já estava acontecendo.

¹⁴ Sobre a ocupação urbana “Che Guevara”, consultar Prado (2008).

Neste período, chegou a se cadastrar neste assentamento, atuou como professor da Educação de Jovens e Adultos (EJA) durante seis meses, mas, como não foi remunerado pelas suas atividades, resolveu sair da área. Seguiu para o Paulo Fonteles para atuar no setor de saúde, até participar de cursos de formação nacional do movimento. Quando retornou a Belém, casou, e a partir daí resolver sair da militância, pois, segundo suas próprias palavras, precisava dar resposta à família.

Como havia saído do assentamento, não conseguiu entrar na Relação de Beneficiário (RB) do INCRA, mas conseguiu uma casa que era de outro militante do MST, que foi participar de cursos de formação e não pretendia voltar para o assentamento. Para isso foi realizada uma assembleia e decidido que Fernando poderia ficar no lote com a casa. No assentamento, além de sua família, estão assentados quatro familiares, dentre eles dois tios e dois primos.

Todas estas famílias referenciadas identificam no assentamento a garantia de moradia e perspectiva de realizar atividades agrícolas para obter renda.

3) Famílias que nunca participaram de ocupação

O assentado Manoel, presidente da associação, nasceu em Currálinho, no Pará, e aos dezesseis anos foi morar no município de São Sebastião da Boa Vista, na Ilha do Marajó. Conta que, quando saiu do meio rural e foi morar na cidade, chocou-se com as diferenças: “pois na cidade a gente não tinha espaço pra trabalhar, eu mesmo fui trabalhar na construção civil”. Por conta dessa experiência, ele se identifica como mestre de obra.

Para ele, conquistar a terra significa sair da condição de subordinado da cidade, criando possibilidades de reconstruir seus laços sociais rurais, vendo no assentamento um espaço de tranquilidade, longe da “marginalização” das cidades.

O interesse pela terra surgiu pelo cansaço com o trabalho da cidade. Além disso, ele passava muito tempo distante da família. Por isso, resolveu se cadastrar no Programa de Reforma Agrária pelo Correios. Em 2004, ficou sabendo do assentamento, por meio do irmão que morava em Mosqueiro. Não participou da ocupação da área, mas, por ter realizado o cadastro do Correio, achava justo que conseguisse um lote no assentamento.

Logo que Manoel chegou ao assentamento, foi proposto seu nome para que fosse o presidente da associação. Tornou-se o primeiro presidente do assentamento, com um mandato de dois anos. Posteriormente, sua chapa venceu a primeira eleição realizada no assentamento,

disputada com mais uma chapa. Porém, na última eleição realizada em maio de 2010, foi eleita a chapa dos assentados Romoaldo e Valdenor.

Apesar de as famílias não se oporem à entrada de seu Manuel no assentamento, uma vez que foi cadastrado no lugar de outra família que havia saído do PA, seu ingresso foi garantido pela chefia do INCRA. Este assentado passou a ser o principal representante da associação e foi que garantiu a articulação desta com o Grito da Terra Brasil¹⁵; a filiação ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Belém e Ilhas; a aproximação com a FETAGRI e a articulação com outras entidades governamentais.

As atividades de produção da família do seu Manoel foram realizadas por meio do mutirão do qual participa. Os demais membros do mutirão entendiam que, por ele ter sido o responsável pela associação, precisava resolver os problemas de todos do assentamento, e por isso compreendiam as suas muitas ausências no mutirão. A maioria dos membros de sua família é Portador de Necessidades Especiais (PNE), este é algo a mais que amplia a solidariedade das demais famílias assentadas com ele, pois sabem que já não tem muita força física para realizar as atividades e que não pode contar com sua família para atividades intensas da roça.

Em situação diferenciada se deu a chegada da família da assentada Raimunda, que veio do bairro do Guamá. O fato de não suportar as condições da cidade, com os preços altos de aluguel, foi apontado como motivo para vir ao assentamento. A conquista do lote aconteceu com a ajuda do irmão, que já estava no PA.

Raimunda e o marido trabalham com a venda de tapioca nas praias de Mosqueiro. A matéria básica para o preparo da tapioca é comprada de outros assentados e o coco é comprado na feira. O casal pretende também iniciar o plantio de mandioca para produzir a goma. Para ela, a conquista do assentamento representa a possibilidade de ter uma casa para morar e uma terra para obter renda. Raimunda participa do grupo de mulheres que confecciona artesanato.

A mobilidade social das famílias na fronteira amazônica foi tema de estudo de diversos autores, entre eles Hébette (2004, p. 06), que observou o quanto a busca pela terra realimenta e renova os novos e velhos migrantes. Nesta pesquisa, é possível observar que as trajetórias das famílias do PA Paulo Fonteles não se resumem na luta pela terra, mas se

¹⁵ Atividade organizada pela CONTAG em defesa dos trabalhadores rurais.

estendem à busca por trabalho, estudo e serviços. Por isso, tais trajetórias representam uma mobilidade multifacetada nas formas: espacial, profissional e social.

Neste sentido, Matos (2004, p. 5) corrobora que o MST tem sido preferido entre os organizadores instrumentais dos movimentos sociais, por ter uma proposta mais clara entre os objetivos e os esforços empreendidos pelos agricultores para a conquista da terra, contribuindo com a mobilidade social das famílias.

Entretanto, a gestão no assentamento se diferenciará entre aqueles que têm preferência da terra como área agricultável, com referências históricas com a forma de produção tradicional, e aqueles que não apresentam laços com a terra e que a buscam para iniciar novas formas de relação social.

4. PROPOSTAS DE ASSENTAMENTOS PARA A COOPERAÇÃO: ENTRE O CAMPO E A CIDADE

As definições das políticas públicas para o campesinato são resultados dos arranjos de embates contra o latifúndio. Também são resultados da relação destes com o Estado e com as entidades rurais.

Para suprir as demandas de terra, foram criados os assentamentos rurais, pensados inicialmente como forma de evitar tensões e conflitos no campo, gerados pela expulsão das famílias rurais. A ação de reassentamento aparece em oposição ao latifúndio, com o objetivo de diminuir a concentração de terra. Depois de criados os assentamentos, o desafio foi garantir uma produção e comercialização que possibilitassem a qualidade de vida das famílias¹⁶.

Apesar de possuírem diversas modalidades, emprega-se como definição aos projetos de assentamento:

[...] a transferência e a alocação de um determinado grupo de famílias de trabalhadores rurais sem terra em algum imóvel rural específico (geralmente objeto de desapropriação), visando a constituição de uma nova unidade produtiva e de moradia. Esses projetos, resultado da intervenção estatal, podem assumir formatos variados [...] (LEITE; ÁVILA, 2009, p. 20).

A criação dos assentamentos seguiu formatos e padrões das políticas governamentais. Estes formatos variam de uma região para outra, considerando as organizações locais, a preparação dos agentes governamentais para atender às novas propostas, o uso e a cobertura do solo, os ecossistemas e recursos naturais, entre outros fatores que reúnem elementos para a decisão de criação de um assentamento coletivo, sem divisão de lotes, ou individual, em que é repartida uma fração de área para cada família.

Este capítulo aborda as novas ideias sobre os modelos de assentamentos e as formas de viabilização da agricultura no campo; o acesso e uso da terra, bem como as proposta para a produção, fazendo um paralelo com o modelo implantado no assentamento Paulo Fonteles.

¹⁶ Neste trabalho, não é pretensão aprofundar o tema da produtividade nos PA's, mas sim, analisar as propostas dos movimentos sociais na defesa de um novo modelo de assentamento que fortaleça o campesinato, contrapondo-se aos avanços do agronegócio.

4.1. ASSENTAMENTOS RURAIS COMO PROPOSTA DE REFORMA AGRÁRIA

Nos últimos anos, diante do aumento do número dos assentamentos que viabilizou a distribuição de terras e dos crescentes processos agroindustriais que proporcionaram maior produção agrícola, com os chamados ‘agronegócios’, tem-se retomado a problemática sobre a reforma agrária. Questiona-se se na era do agronegócio a reforma agrária se tornaria obsoleta, pois perde a razão de ser no seu ‘significado econômico’, devendo serem resolvidos apenas os problemas sociais (LEITE; ÁVILA, 2009, p. 45).

De forma mais audaciosa, Navarro (2008, 23-24) pergunta se diante da transformação da agricultura seria possível uma reforma agrária, sem considerar as mudanças da produção agrícola e da propriedade rural, pois vê sem fundamento tanto a “reforma agrária radical” quanto a “mudança profunda” na estrutura de produção que seja contrária ao “agronegócio”.

Vários autores estudados por Leite e Ávila (2009) afirmam que o impedimento do desenvolvimento rural está centrado na limitação do crédito para os mais pobres, na baixa escolaridade, na falta de oportunidades de investimentos produtivos, na concentração da renda, no pouco ou nenhum acesso a equipamentos e máquinas de grande porte, entre outros fatores econômicos e de distribuição de terras.

No entanto, para Leite e Ávila (2009, p. 58), a questão da reforma agrária está além desses fatores, pois o objetivo da reforma agrária deve ser de combater a pobreza no meio rural, garantindo melhores condições de vida à população envolvida. Estes autores também identificam como importantes as políticas de distribuição de terras com a criação dos assentamentos rurais, uma vez que permitiram mudanças para as famílias atendidas com as novas unidades produtivas e de moradia (2009, p. 61).

Nesta pesquisa, a criação de assentamento é entendida como uma política afirmativa, que não resolve o problema da reforma agrária, mas que de algum modo, possibilita o acesso à terra.

Bergamasco e Ferrante (2005, p. 77), ao analisarem os estudos sobre assentamentos rurais de outros autores, identificaram que os indicativos de qualidade dos assentamentos rurais estavam baseados no número de famílias e na capacidade de suporte do PA, argumentos insuficientes para concluir se as políticas de reforma agrária têm apresentado eficiência. Os estudos se baseavam apenas em dados quantitativos o que não expressa as relações e os valores sociais, revelando somente os números de famílias assentadas. Nas palavras de Bergamasco e Ferrante:

A porta de entrada de avaliação do sucesso da intervenção do governo em alterar a estrutura fundiária, esse indicador daria conta do cumprimento do potencial de ocupação da área, avaliada pela relação entre o número de famílias morando no projeto e sua capacidade de assentamento. Como ler o resultado de que o índice de eficácia da reorganização fundiária apresentou “valores elevados e muitas vezes próximos ao ideal”? (Sparovek, 2003, p.89). Como discutir eficácia e idealizações em se tratando de assentamentos? As hipóteses levantadas pela pesquisa são de que o desenvolvimento dos assentamentos ao suscitar oportunidades de renda desvinculada da produção agrícola ativaria outros setores da economia (BERGAMASCO; FERRANTE, 2005, p. 77).

Mesmo com a criação de assentamentos rurais, o problema da concentração de terras não se resolveu, pois, ao se considerar apenas a capacidade dos assentamentos, não se relacionou as questões sociais com as econômicas das famílias assentadas, ampliando-se os questionamentos acerca da renda e da qualidade de vida destas.

No Estado do Pará, verifica-se o aumento potencial na criação do número dos assentamentos. O quadro abaixo revela que somente na Superintendência Regional de Belém (SR/01), nos últimos cinco anos, foram criados 252 assentamentos em oposição aos 67 criados em dez anos. Isso demonstra uma inversão na política pública, que tem priorizado a criação de assentamentos.

Ano	1994-2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total
Nº de Assentamentos	67	28	109	2	68	45	319
Área	848	280	444	97	1052	691	3412

Quadro 01: Número de Assentamentos criados e a área disponibilizada para as famílias através do INCRA – SR/01 de 1994 até 2009.

Fonte: INCRA, 2010.

Outro elemento importante deste quadro está relacionado à área disponível para esses PA's, pois, mesmo não alterando a estrutura fundiária, nos últimos cinco anos a área incorporada por assentado foi de aproximadamente 23 hectares, enquanto que no período anterior se tinha apenas em torno de 13 hectares.

Como observaram Bertoline e Carneiro (2007, p. 204), as situações de ordenamento territorial e reordenamento espacial, levaram a uma gama de modelos de assentamentos:

Destacam-se, por exemplo, os programas de colonização dos governos militares e programas de reassentamento de famílias de agricultores atingidos por barragens. No tocante aos assentamentos de reforma agrária, Leite et al (2004) também apontam uma variedade de situações como a regularização de terra de posseiros, áreas reivindicadas por movimentos de luta pela terra como o MST ou sindicatos, reservas extrativistas como as dos seringueiros, usinas falidas desapropriadas para os próprios trabalhadores locais, dentre outros.

De um modo geral, num assentamento será estabelecido “um novo e intenso processo de socialização que vai repercutir em novos espaços sociais, econômicos, culturais e políticos” (BERGAMASCO, 1997, s/p).

O estudo de Graziano da Silva analisa que o rural nas últimas décadas tem se misturado com o urbano, sendo difícil delimitar onde estaria este e onde estaria aquele. Esta dinâmica tem exigido novos modos de regulação, focando políticas ambientais e de planejamento do uso do solo e da água, de bem-estar social, entre outros aspectos (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 45). Menéndez (1985), citado por Graziano da Silva (1997, p. 43), aponta os seguintes pontos que devem ser focados no debate atual:

a) A mudança rural é multidimensional, ou seja, não pode ser vista apenas da ótica econômica ou social, nem do ponto de vista estrito da produção e/ou do consumo.

b) É preciso incorporar a esfera da circulação como parte das "novas formas, mais especificamente, o capital financeiro".

c) O significado do atual processo de "commodotization" é que as áreas rurais estão crescentemente associadas com atividades orientadas para o consumo, tais como lazer, turismo, residência, preservação do meio ambiente, etc.

Graziano da Silva observa ainda que nos países desenvolvidos se consolidou um novo sujeito social, o que poderia ser considerado como a proletarização do camponês, passando a se chamar de part-time-farmer, ou em sua tradução “agricultor em tempo parcial”:

[...] ele não é mais somente um agricultor ou um pecuarista: ele combina atividades agropecuárias com outras atividades não-agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vêm se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais. Em resumo, o part-time não é mais um fazendeiro especializado, mas um trabalhador autônomo que combina diversas formas de ocupação (assalariadas ou não). Essa é a sua característica nova: uma pluriatividade que combina atividades agrícolas e não-agrícolas (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 46).

Para Goldfarb (2007, s/p), há uma supervalorização das atividades não agrícolas nas propostas de Graziano, pois transpõem a realidade dos países desenvolvidos para o Brasil, para defender a integração do agricultor ao mercado.

As fronteiras entre o urbano e o rural, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, foram pensadas para garantir a mão de obra das cidades, ou seja, com uma visão inversa a pensado por Graziano da Silva. Em 1997, durante este governo foi criada a modalidade de assentamento denominado de ‘Projeto Casulo’, como objetivo de descentralizar a reforma

agrária, fazendo-se parcerias com as prefeituras, pois eram implantados em áreas de domínio municipal.

O 'Projeto Casulo' apresentava como objetivos apontados pelo INCRA, segundo Feliciano (2006, p. 73), os seguintes:

- a) O aproveitamento das áreas existentes no entorno dos núcleos urbanos;
- b) O aproveitamento da mão de obra disponível na periferia dos núcleos urbanos;
- c) A possibilidade de geração de emprego e renda;
- d) A necessidade da integração competitiva da agricultura familiar ao processo de abertura de mercados;
- e) A necessidade de contribuir para o processo de descentralização das ações do poder público, por meio de parcerias entre prefeituras, instituições governamentais e não governamentais;
- f) A importância da gestão participativa da assistência técnica e capacitação como fatores determinantes na viabilidade socioeconômica dos projetos.

Esta modalidade não relacionava as questões sociais, ambientais e econômicas, apenas centravam no aproveitamento da mão de obra da periferia nos núcleos urbanos como garantia de exército de reserva.

4.2. PROPOSTA DE ASSENTAMENTO E AS "COMUNAS DA TERRA"

As experiências do MST com os projetos de assentamento rural levaram, desde 2001, a uma nova proposta de assentamento chamada de 'Comuna da Terra'. A ideia é utilizar as áreas próximas de grandes centros urbanos, por meio de uma agricultura de base agroecológica, a partir da cooperação da produção; da concessão de uso da área em nome do coletivo, administrada por associação ou cooperativa (pela imposição legal de uma entidade jurídica). Esta proposta de assentamento foi concebida como:

[...] resultados de uma discussão que já vinha ocorrendo sobre Novas Formas de Assentamentos, o que inclui a discussão de uma série de características como organização da produção, forma do parcelamento dos lotes, uso da agroecologia, nucleação das famílias, entre outras (GOLDFARB, 2009, p. s/p).

A proposta do MST tem sido pensada a partir da crítica aos modelos dos assentamentos convencionais, que ficaram conhecidos como “quadrado burro¹⁷”. No modelo convencional de assentamento, dividia-se apenas as parcelas para cada família, sem se considerar os recursos naturais e até mesmo sociais. Por isso, em vários assentamentos algumas famílias ficavam instaladas em lotes que não tinham água, ou em áreas alagadas. Além disso, havia dificuldade em garantir energia elétrica para todas as casas, devido a distância uma das outras. O governo alegava haver custos elevados para baixar a tensão elétrica.

Este modelo foi utilizado por se encontrar facilidade na execução das ações desenvolvidas pelos órgãos governamentais para a divisão dos lotes individuais, pois não se consideravam as peculiaridades do terreno. Entretanto, para as famílias as desvantagens eram inúmeras, como: a dificuldade em escoar a produção; o isolamento e a dificuldade na sociabilidade entre as famílias; além dos argumentos dos altos custos com o sistema de eletrificação, irrigação, de telefone e de esgoto (ver. Figura 1).

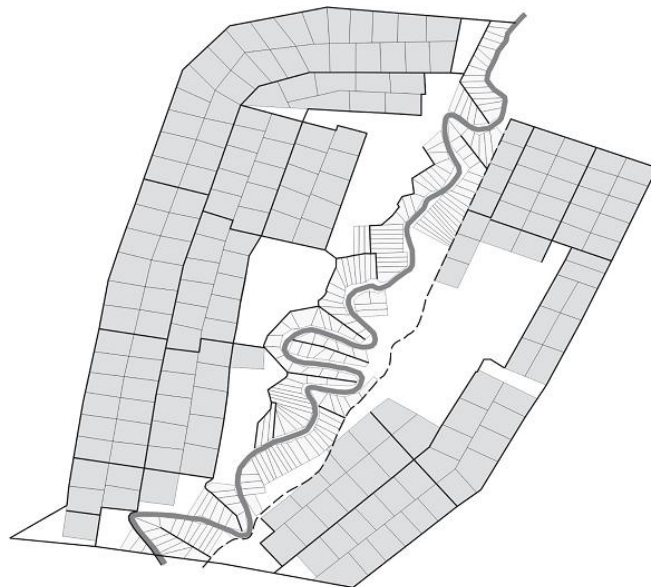


Figura 1: Croqui do Assentamento Almas, na Bahia.

Fonte: Assiz, Flávio. 2006, citado por Goldfarb, 2007.

¹⁷ Este nome “quadrado burro” foi empregado pelos assentados, ao se referirem ao modelo feito às pressas, sem planejamento e pouco funcional dos lotes realizado pelo INCRA. O único elemento levado em consideração era a divisão igualitária dos lotes entre os assentados, assemelhando-se a um loteamento urbano, não considerando as especificidades da área onde seria implantado o PA.

Diante das dificuldades para as instalações das infraestruturas que deveriam ser destinadas aos assentados, foi proposto um assentamento que tivesse um polo com as infraestruturas urbanas formando as agrovilas (ver. Figura 2).



Figura 2: Croqui do Assentamento dividido em agrovilas.

Fonte: Novaes; Barrientos Júnior, 2005.

Neste modelo, o camponês foi separado de suas atividades agrícolas pela distância das casas em relação ao lote. Isto gerou insegurança às famílias, pois deixavam as atividades produtivas, os equipamentos, as ferramentas, até mesmo a produção colhida no lote, o que terminava por restringir os tipos de atividades realizadas.

Yamila Goldfarb (2007, p. s/p) ressalta que, apesar deste modelo ter sido implantado por todo país, encontrou restrições e dificuldades em determinadas regiões, por produzir brigas entre os vizinhos, principalmente, por motivo das pequenas criações, além de diminuir a privacidade das famílias.

O MST, refletindo as dificuldades das famílias, desenvolve as Novas Formas de Assentamento, como um projeto mais amplo para o campo, contrapondo-se às relações dominantes da agricultura e da estrutura agrária.

Estas novas formas de assentamentos foram denominadas de “Comunas da Terra”. Não existe um modelo pronto das Comunas da Terra, mas estas devem seguir princípios que considerem:

[...] a aproximação das moradias, barateamento da instalação de infraestrutura, criação de áreas sociais centralizadas, manutenção das casas dentro dos lotes de produção, garantia de uma certa privacidade para as famílias, acesso o mais

equitativo possível aos recursos naturais e vias de circulação (GOLDFARB, 2007, p. s/p).

Portanto, o planejamento do lote deve valorizar a organização do social com intuito de aproximar as casas, mas sem dividir a moradia da unidade de produção familiar. Neste sentido, no Nordeste brasileiro foi apresentada a proposta de “raio de sol” ou “roda de bicicleta”, para dividir os lotes, com a infraestrutura no centro do assentamento, caso o assentamento seja muito grande, as áreas se multiplicariam (ver. Figura 09).

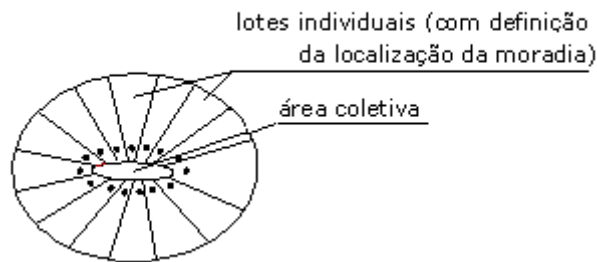


Figura 3: Proposta das Novas Formas de Assentamento, conhecido como “Raio de Sol”.

Fonte: Bertolini e Carneiro, 2007.

As atividades realizadas nestas Comunas da Terra têm ênfase na produção agrícola. A produção não agrícola é valorizada como forma de complementar a renda familiar e de absorver a mão de obra já existente, evitando-se assim, a saída dos membros das famílias do assentamento.

Yamila Goldfarb (2007, s/p) aponta dois pontos de divergência na proposta, que seriam: o tamanho da área, por ser menor, devido à aproximação com os centros urbanos; e o fato de ser essencialmente agrícola, mas com atividades não agrícolas.

A autora justifica que a proposta deve agregar valor à produção, estimulando a agroindústria e as atividades não agrícolas, no sentido de evitar o baixo retorno econômico, sem, no entanto, esquecer que a matriz produtiva deve estar centrada na agroecologia, com maior e melhor infraestrutura, para permitir a diversificação da produção e preservação do meio ambiente.

O conjunto destas medidas apontaria para melhores possibilidades de relações comerciais, com a proximidade do mercado consumidor, possibilitando uma relativa autonomia em relação aos mercados tradicionais.

4.3. ASSENTAMENTO PAULO FONTELES: ENTRE O CAMPO E A CIDADE

Conforme já elucidado, o MST pretendia realizar ocupações em áreas próximas às cidades ou estradas, para chamar a atenção da sociedade e do poder público. Essa estratégia foi empregada para que ocorresse mudança nas relações de propriedade. Segundo Navarro, o movimento entende que,

[...] seu desafio principal é exatamente aquele derivado da razão mesma de sua existência, isto é, tentar pressionar socialmente para alterar um padrão de propriedade da terra historicamente consolidado, no qual o controle deste recurso mantenha-se nas mãos de uma minoria de proprietários (NAVARRO, 2002, p. 201-202).

Para isto, o movimento vem estudando outra forma de organização de assentamento, testando modelos que garantam a maior satisfação dos assentados, alcançando as famílias que foram para os centros urbanos, expulsas pelo modelo de modernização da agricultura. Este modelo, ao se contrapor ao agronegócio, restringiria seu avanço.

Diante do debate nacional, o MST no Pará desenvolveu ações para consolidação do movimento na região metropolitana. Desde 2000 até os dias atuais foram criados cinco assentamentos, impulsionados pelo MST, próximos de Belém, conforme indicado no quadro abaixo.

Ano de criação	Assentamento	Município	Área (ha)	Famílias assentadas
2000	João Batista II	Castanhal	1.800	156
2001	Mártires de Abril	Belém	890	91
2003	Elizabete Teixeira	Belém	300	27
2004	Paulo Fonteles	Belém	930	60
2005	Abril Vermelho	Santa Bárbara	9.000	530
TOTAL			12920	864

Quadro 02 – Assentamentos constituídos na região metropolitana de Belém.

Fonte: MST/PA, 2002.

Para o MST, é papel da reforma agrária o desafio de encontrar soluções para uma população urbana pobre que ficou à margem das cidades, em consequência do processo da modernização da agricultura.

Deste modo, a criação de assentamentos próximos às áreas urbanas visa encontrar formas de superação das dificuldades existentes, tanto por problemas estruturais da sociedade

capitalista, quanto por problemas internos dos grupos sociais. Dentre essas dificuldades, podem ser citadas:

[...] falta de infra-estrutura; impossibilidade de se agregar valor à produção; dificuldades na comercialização devido à falta de processamento e dependência dos “atravessadores”; dificuldade no acesso aos créditos; carência de assistência técnica; difícil acesso aos estudos; êxodo da população jovem, entre tantas outras dificuldades (GOLDFARB, 2007, p. s/p.).

Estas dificuldades também foram evidenciadas nos assentamentos da região metropolitana de Belém. Por isso, o MST planejou a organização do Paulo Fonteles, a partir das novas formas de assentamento, com o objetivo de criar um polo de resistência camponesa, melhorando a organização da produção e comercialização realizada pelas famílias.

A proposta inicialmente apresentada consistia em dividir as famílias por grupos e não em lotes individuais, devendo a estrada transpassar todos os lotes, facilitando o acesso daquelas e às infraestruturas coletivas.

Os grupos teriam certa autonomia para decidir as formas de produção e de comercialização. Esta proposta foi apresentada as famílias. Todas, naquele momento, tiveram acordo com a organização do assentamento.

A criação de assentamentos na área metropolitana não era bem visto pelos agentes institucionais do INCRA, que declarou que os impedimentos estavam na pressão da agricultura tradicional, no ecossistema frágil da região, na proximidade com a capital que levaria os assentados a não ficar no PA e nas dificuldades do órgão ter que responder aos problemas sociais urbanos gerados no assentamento.

Diante destes elementos, o parecer técnico final do INCRA foi desfavorável à criação do assentamento. Porém, este órgão foi obrigado a cria-lo, pois existia uma pressão social por parte daqueles que já ocupavam a terra. Norder (1997), citado por Bergamasco (1997, p. s/p.), afirma que, na maioria dos casos, os assentamentos são projetos criados muito mais para resolver situações de conflitos localizados do que situações de pobreza e exclusão social, ou mesmo para resgatar o potencial produtivo da agricultura familiar.

O senhor Raimundo Juarez, Chefe de Implantação de Projetos do INCRA, explica que o órgão se preocupava com a especulação imobiliária, pela localização do assentamento em área de veraneio, principalmente por ser uma área próxima à Belém. Outra preocupação era a transformação destas áreas em bairros de periferia com todos os vícios da cidade, pois o INCRA não tem estrutura e nem sabe tratar com tais situações.

O MST também se preocupava, com a especulação imobiliária, por isso defendia o domínio da área apenas por meio de Concessão de Uso¹⁸. Esta seria uma forma de conter a venda dos lotes e impedir a reconcentração da terra. O funcionamento da titulação das parcelas, realizado segundo os procedimentos da constituição, prevê aos assentados o recebimento do título ou a concessão de uso inegociável por dez anos (GOLDFARB, 2007, p. s/p.).

Schneider (1981, p. 245) ressalta que o significado da titulação da terra está além das atribuições dadas pelos assentados. O autor observa que “o título desobrigaria o Estado de responder por uma série de necessidades dos assentamentos e, ao mesmo tempo, os assentados deixariam de ter acesso a benefícios advindos da política de reforma agrária em execução”.

Goldfarb (2007, p. s/p.) havia observado as dificuldades dos agentes institucionais no planejamento do assentamento, pois

[...] para que se possa realizar um parcelamento eficiente no assentamento, é preciso que haja discussão com todas as famílias, que o projeto de produção já esteja relativamente definido, já que poderá influenciar diretamente no tipo de parcelamento, que diferentes formas tenham sido apresentadas às famílias e aos técnicos etc. Infelizmente não é isto que ocorre, o que compromete o necessário amadurecimento da proposta de parcelamento.

Por isso, a execução da proposta enfrentou várias dificuldades. Após algumas discussões entre as lideranças do MST, os assentados e o INCRA, conseguiu-se finalizar uma proposta.

“As próprias famílias que decidiram como seria a divisão no assentamento. Assim, sem o INCRA ter realizado o corte dos lotes, as famílias resolveram dividir o terreno pelos grupos aos quais as famílias pertenciam desde o acampamento, totalizando oito grupos que variam de seis a oito famílias por grupo, ficando os grupos de decidirem os lotes de cada família. Entretanto, para facilitar o acesso das famílias e o escoamento da produção a estrada passaria em todos os lotes, atravessando todo o PA. As famílias ficariam - como estão - mais perto, facilitando a instalação da energia elétrica (Norma, moradora do PA Paulo Fonteles)”.

Ainda que pendentes os impasses entre o MST e os representantes do INCRA, as famílias se dividiram em grupos. Dentro de cada área, as famílias organizariam suas casas considerando a estrada e a aproximação com as demais moradias (ver. Figura em anexo).

¹⁸ Esta forma de concessão da área dá direito ao assentado permanecer na terra e produzir seu sustento e de sua família. Mas, caso queira sair da área, só poderá vender aquilo que produziu, mas não a terra.

Após a instalação do assentamento dividido em grupos, era necessário adequar as questões ambientais, de produção, da disposição dos grupos na área, para facilitar o acesso das famílias e definir quanto às instalações das demais infraestruturas.

Segundo o Agrônomo do INCRA, Jorge Luis, mesmo o órgão não tendo sido favorável à criação do assentamento, os agentes institucionais intervêm no sentido de direcionar as famílias a melhorar sua produção, investindo recurso na infraestrutura, na assistência técnica, em créditos, etc.

Para o Agrônomo Juarez, estes assentamentos deveriam seguir os formatos do Projeto Casulo, como o PA Elizabete Teixeira, que pertence à Prefeitura de Belém. Porém, como a área do PA Paulo Fonteles pertencia a um proprietário particular e foi adquirida pelo governo federal, não foi possível a implantação desse projeto, pois a prefeitura de Belém não tinha interesse que o INCRA cedesse a área para implantação deste formato.

As atividades produtivas orientadas pelo INCRA, conforme consta no “Levantamento Sócio-econômico e ambiental do Projeto de Assentamento Paulo Fonteles”, foram hortigranjeiro, pequenas criações e mandioca para subsistência, assemelhando-se às propostas do projeto casulo.

Segundo o Agrônomo Juarez, a experiência em criar assentamentos em áreas urbanas foi negativa, porque exige necessidades semelhantes às de um loteamento urbano, e o INCRA não tem recursos humanos, nem capacitação para tratar com este público envolvido. Por isso, informou que já existe uma deliberação no INCRA segundo a qual não poderão ser criados assentamentos próximos dos centros urbanos. Isto coloca à prova o projeto do MST e suas tentativas de criar assentamentos rurais com as infraestruturas urbanas.

Neste sentido, a proposta de criar projetos de assentamento com a formação dos grupos coletivos tinha como objetivo facilitar a organização de infraestruturas urbanas, a partir da posse coletiva.

O planejamento da instalação das famílias em oito grupos possibilitava ampliar os acessos às infraestruturas. A abertura da estrada foi planejada de forma que passasse nas casas, preferencialmente no meio dos terrenos, para diminuir a distância da casa até o fundo do terreno (ver. Fotografia 5 e 6).



Fotografia 5: Placa da construção da estrada do assentamento Paulo Fonteles.

Fonte: Rosiane Pantoja, maio de 2010.



Fotografia 6: Estrada do assentamento Paulo Fonteles.

Fonte: Rosiane Pantoja, maio de 2010.

Esta organização da estrada facilitou a introdução de energia elétrica no assentamento (ver. Fotografia 7) e atualmente em todas as casas existe energia elétrica, apesar da insatisfação com a Rede Celpa, que tem cobrado as tarifas com valor referente às moradias urbanas. Esta confusão se dá porque a empresa entende que esta área é de moradia urbana e não rural. Porém, já foi solicitado ao INCRA que se manifeste sobre o assunto.



Fotografia 7: Instalação de energia elétrica nas casas dos assentados.

Fonte: Rosiane Pantoja, maio de 2010.

O projeto de organização dos grupos em coletivo foi aprovado pelas famílias, antes da homologação de criação do PA, com divisão apenas das moradias. Posteriormente, os assentados solicitaram a divisão dos grupos em lotes, para maior autonomia em relação à

produção. Providencialmente, as famílias dividiram os lotes dentro dos grupos (ver. Figura em anexo).

Assim, o projeto de novas formas de organização começa a sofrer várias mudanças. O formato de grupos persiste, mas a ideia de centros urbanos ficou mais difícil devido à individualização dos lotes.

Como no início não havia sido planejada a divisão de lotes, eles ficaram com a maior extensão nos fundos e a frente estreita, para garantir a aproximação das moradias, além do acesso à estrada. Os tamanhos dos lotes variam de 4 a 13 hectares, com 40 a 130 metros de frente, com 1000 a 2000 metros de fundos. As famílias observaram esta divisão como a alternativa para garantir a construção das casas no lote, não separando o lugar de moradia do lugar de trabalho, o que contribui para o convívio social e a socialização familiar.

Matheus (2003, p.40), citado por (Goldfarb, 2007, s/p), estudando as comunas da terra, observa que as áreas dos lotes são pequenas em relação aos que foram demarcados nos demais assentamentos. Estes lotes menos são identificados como alternativa para as populações urbanas, pois aproxima as famílias que moravam nas cidades, de certo modo, das atividades agrícolas, buscando refazer os laços de socialização rural.

Apesar de o PA Paulo Fonteles não se enquadrar nos formatos mais habituais presentes no nordeste brasileiro, como os conhecidos “raio de sol” ou “roda de bicicleta”, mantém os princípios destes assentamentos. Dentre os princípios citados nos trabalhos de Goldfarb (2007, p. s/p.), observam-se os seguintes no PA: aproximação das moradias; facilidade e barateamento para a instalação das infraestruturas; indivisibilidade da unidade de produção (casa-roçado); criação de áreas centralizadas, com os grupos, facilitando a sociabilidade das famílias; acesso aos recursos naturais e às vias de circulação; certa privacidade.

Outro aspecto visado foi a questão ambiental do assentamento. Logo que foram definidas as áreas dos grupos, foram deduzidas da área de uso das famílias as Áreas de Preservação Permanente (APP). Após a divisão dos lotes, serão definidas as áreas de reserva legal.

A paisagem revela fragmentos de mata modificada pela ação antrópica. Em frente às casas, verificam-se alguns sítios com pés de coco (que ainda eram da antiga fazenda), limão, abacate, mandioca e macaxeira. Em alguns lotes, encontram-se, nos fundos, roçados de mandioca. Com o intuito de atender à legislação ambiental, foi elaborado o Plano de

Utilização, contando com parceiros como os assentados, a associação do assentamento, os representantes governamentais e as instituições públicas como: a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o INCRA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), a Secretaria de Meio Ambiente (SECTAM, atual SEMA) e a Gerência Regional de Patrimônio da União (GRPU).

O PA Paulo Fonteles enfrenta o desafio de garantir a preservação dos recursos naturais, com a produção de modo sustentável. O assentamento está inserido num ecossistema frágil, em que foi modificada a cobertura vegetal. Considerando-se as legislações ambientais vigentes, o imóvel rural deve ser explorado pelas famílias com atividades que necessitem de corte raso, numa área total, de no máximo, 20% da área e pelo fato de os lotes terem em média 9 hectares, só poderá ser utilizado para o plantio de culturas temporárias e lavoura branca, em média 1,8 hectares por lote, pois o restante deve ser preservado. Por isso, os assentados terão o desafio de mudar a matriz tecnológica de produção.

Diante destas perspectivas, a produção tem se voltado para as atividades hortigranjeiras e de pequenas criações. Com este intuito, o MST incentivou a produção de uma horta coletiva desde o início do estabelecimento das famílias.

É importante registrar que a principal atividade agrícola realizada neste momento pelos assentados é o plantio de mandioca para o beneficiamento da farinha, produzida no sistema de corte e queima. Esta forma de agricultura ficou conhecida pela expressão agricultura migratória ou itinerante, que na sua forma original tem sido reconhecida como um amplo e duradouro sistema de uso do solo no mundo tropical. A definição desta forma de agricultura é marcada pela rotação cultural, em que as áreas das culturas permanecem por pequenos períodos de cultivo, alternadas por longos períodos de descanso (KITAMURA, 1982).

Esse tipo de agricultura tem causado insatisfação diante das necessidades dos camponeses, por conta do sistema de derruba e queima da floresta primária ou secundária para efetuar o plantio de culturas anuais, como feijão, arroz e mandioca. Após, dois a quatro anos de cultivo, essas áreas, geralmente, são abandonadas, ficando no período de pousio. Os principais fatores para seu abandono são o empobrecimento químico do solo, a invasão de plantas daninhas, pragas e doenças, dentre outros (KITAMURA, 1982). Anteriormente, este período de pousio variava entre 10 a 20 anos para recuperar a fertilidade natural do solo, porém tem diminuído, dificultando a produtividade das terras.

Diante disto, considerando-se que o plantio no PA Paulo Fonteles é em média de 0,5 hectares, bastam três anos para que o lote atinja o limite de corte raso. Mesmo o desmatamento atingindo a maioria dos assentamentos de reforma agrária, quando se trata de áreas menores, a tendência é que o problema se sobressaia.

Em relação à infraestrutura do assentamento, houve um investimento com os créditos de fomento no valor de R\$ 2.400,00, recebido em três parcelas. Este crédito é concedido aos assentados na instalação do PA, considerando-se que as famílias estão chegando na área e que ainda não têm produção, devendo por isso ser utilizado para subsidiar a alimentação e a compra de algumas ferramentas agrícolas.

Posteriormente, tiveram acesso às infraestruturas, com a construção de estrada; a instalação de energia elétrica, por meio do programa “Luz para Todos”, e ao crédito habitação no valor de R\$ 5.000,00.

Em relação ao crédito habitacional, apesar de ter sido repassado todo recurso para construção das sessenta moradias à construtora, só foram construídas quarenta e sete casas (ver. Fotografia 8 e 9). Destas casas construídas, os assentados têm reclamado de problemas apresentados na estrutura da obra. O assentado D afirma que “essas casas são muito malfeitas; quando a gente deita na rede a parede balança e metade das paredes de dentro já caiu”. Segundo os assentados, o INCRA já foi informado das irregularidades, mas até o momento não foram solucionados os problemas.



Fotografia 8: Moradia construída por meio do crédito habitação.

Fonte: Isabel Souza, setembro de 2009.



Fotografia 8: Moradia com energia elétrica.

Fonte: Rosiane Pantoja, maio de 2010.

Os investimentos realizados contribuem para garantir infraestruturas urbanas, criando condições para os assentados desenvolverem suas atividades produtivas, além de possibilitar a entrada das demais infraestruturas. No entanto, é necessário adequá-las à organização das famílias e ao ambiente, obtendo melhor aproveitamento da obra.

O planejamento de assentamentos rurais não corresponde somente à implantação de elementos urbanizadores (núcleo comunitário com escola, centro comunitário, área de lazer, estradas), mas também moradia e produção no contexto dos trabalhadores rurais, considerando suas relações sociais e com a natureza (BERTOLINE; CARNEIRO, 2007, p. 212).

No PA não existe escola. Os alunos que estudam se deslocam para os colégios próximos ao assentamento. Segundo informações do relatório do INCRA (2006, p. 4) as famílias têm escolaridade, apresentado o ensino fundamental, e não havendo analfabetismo no PA, conforme é indicado no gráfico abaixo (ver. Gráfico 1).

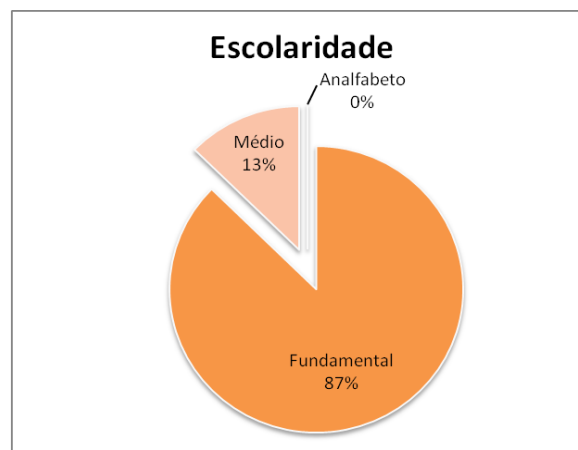


Gráfico 1: Nível de escolaridade das famílias no assentamento Paulo Fonteles.

Fonte: INCRA, 2006.

No assentamento existem católicos e evangélicos, havendo apenas igrejas evangélicas, uma Igreja Adventista do Sétimo Dia e uma Assembleia de Deus. Aquela é localizada no primeiro lote do assentamento, e esta próxima ao final da estrada. As igrejas foram construídas no lote dos agricultores, segundo eles, porque ficariam mais próximas das famílias, facilitando o deslocamento destas para o culto (ver. Fotografia 10 e 11).



Fotografia 10: Igreja Evangélica do 7º Dia.

Fonte: Rosiane Pantoja, maio de 2010.



Fotografia 11: Igreja Evangélica Assembleia de Deus.

Fonte: Rosiane Pantoja, maio de 2010.

Na entrada do assentamento, encontra-se uma área coletiva, onde está localizada a antiga sede da fazenda. Porém, apesar de haver esta área coletiva no assentamento, nesta não são realizadas atividades, ficando abandonada. Foi solicitada junto à Prefeitura de Belém a implantação de uma escola no local, mas ainda não houve respostas.

Nesta área coletiva há um conflito entre os assentados e os moradores da comunidade de Sucurijuquara, que fica próxima do assentamento. Os moradores desta comunidade afirmam que a área pertence à Reserva Legal da comunidade, mas o INCRA demarcou como pertencente ao PA Paulo Fonteles.

Sabe-se que a introdução das infraestruturas como estrada, casas, escolas, igrejas, etc. possibilita a constituição de novas relações sociais, confrontando suas relações com as estruturas sociais, econômicas e políticas, dentro do assentamento. Neste sentido,

Nesse espaço físico, uma parcela do território rural, plasmar-se-á uma nova organização social, um microcosmos social, quando o conjunto de famílias de trabalhadores rurais sem terra passarem a apossar-se formalmente dessa terra. Esse espaço físico transforma-se, mais uma vez na sua história, num espaço econômico, político e social.

[...] não é apenas a infraestrutura produtiva e de uso social, assim como o processo de produção que se inicia: desencadeia-se, também, o desenvolvimento de uma nova (ajustes e adaptações de experiências políticas, sociais e ideológicas anteriores) superestrutura política e ideológica correspondente à nova organização social que ali se plasma empiricamente: a criação de associações, de cooperativas ou de grupos de trabalho; a constituição de comunidades religiosas; a formação de grupos de lazer; o estabelecimentos de novas relações de vizinhança, de afinidades religiosas, políticas e ideológicas, etc. Relações essas que poderão ser ora de consenso e ora de descenso. Instala-se, cria-se e recria-se disputas de poder, de prestígio pessoal, de ideias, etc. Novas relações formais e informais serão estabelecidas com o poder político local, com os movimentos sociais, os sindicatos de trabalhadores rurais, com as prefeituras (CARVALHO, 1999, p.6).

A proposta, ora apresentada pelo MST, pretendia aproximar as famílias e diminuir seu isolamento organizativo. O maior convívio com as demais famílias possibilita novas escolhas, que nem sempre serão as amparadas pelo movimento, como as mudanças na definição das formas de domínio da terra e de trabalho. Deste modo, o formato proposto inicialmente vai absorvendo novas formas, ajustadas pelas famílias, pelo MST, pelos agentes institucionais, pela introdução de novas lideranças, etc.

As análises até aqui apresentadas permitem identificar que a organização do espaço rural, para receber as infraestruturas urbanas, criou maiores acessos às famílias assentadas, permitindo a realização de atividades agrícolas e não agrícolas, priorizando as do primeiro tipo, servindo as do segundo tipo para complementar a renda familiar.

5. A COOPERAÇÃO PARA A GESTÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO PAULO FONTELES

A partir da introdução das novas formas de assentamento, com divisão em grupos, objetivava-se planejar as infraestruturas urbanas (moradias, energia elétrica, estrada) e o regime de uso da terra para viabilizar a cooperação nas relações de trabalho, produção e comercialização realizadas pelas famílias assentadas. Porém, a formação do assentamento e as experiências vivenciadas por estas na conquista da terra possibilitaram novas relações organizativas, criando um novo espaço social ancorado numa diversidade cultural.

Este capítulo descreve as ações dos grupos existentes no assentamento, observando que estes se encontram em diferentes níveis de cooperação da gestão do PA. Foram identificadas durante a pesquisa de campo as seguintes formas de organização: grupos de trabalho (proposta do MST); associação do assentamento (forma jurídica); mutirão e grupo de mulheres (formas de cooperação local).

5.1. ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS PELO MST

Conforme já mencionado, a luta pela reforma agrária possibilitou um grande número de assentamentos no Brasil, mesmo que não tenham resolvido o problema da concentração fundiária. A criação desses assentamentos ampliou a discussão sobre a viabilidade da reforma agrária. Vários desses assentamentos eram ‘dirigidos’ pelo MST, que já discutia a problemática da organização da terra, visualizando como alternativa aos camponeses o uso coletivo desta.

No meio da década de 1980, o MST inicia uma discussão sobre as formas de organização da produção, com a perspectiva de desenvolver o assentamento econômica e socialmente. Para isto, baseia-se na garantia de maior e melhor produção, por meio da cooperação agrícola, que é entendida como uma forma de somar esforços de cada um dos assentados para realizarem atividades coletivas, desde a compra de equipamentos, a terra e o trabalho (MST, 1997, p. 21, citado por SOUZA, 1999, p. 107).

Para desenvolver a produção do assentamento em 1990, constituíram-se as Cooperativas de Produção dos Assentamentos (CPA’s). Para os intelectuais do movimento, a criação das CPA’s representa um projeto mais avançado para alcançar o desenvolvimento humano. Os autores creem que este projeto permitir outro modo de produção por dentro do

sistema capitalista, que não é o campesinato, mas que favorece a renda dos agricultores, sendo por isso superior. Em outras palavras afirmam que:

Estamos criando um sistema misto. Não no sentido que é misturado, mas superior aos dois. O nosso objetivo, que está no programa agrário, é uma etapa superior aos modos camponês típico e capitalista. O que assimilamos do capitalismo é a divisão do trabalho, não com objetivos capitalistas. O capitalismo se utiliza da divisão do trabalho para explorar as pessoas. A divisão do trabalho foi nascendo com o processo natural de desenvolvimento das forças produtivas. Considero nossa proposta de divisão do trabalho superior porque, do ponto de vista econômico, a renda da produção é dividida entre todos. Isto nem no capitalismo e nem o camponês fazem (FERNANDES; STÉDILE, 2001, p. 109-110).

A história no assentamento nos permite observar que a organização agrícola possui várias formas de cooperação. Entre as formas pode-se citar: grupos de famílias, associação, grupo de produção semicoletivizado¹⁹, grupo de produção coletivizado, cooperativa de comercialização, cooperativa de produção agropecuária (CPA), Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA).

Ressalta-se que durante o processo de ocupação e instalação das famílias, os assentados tendem a apresentar maior cooperação, devido a resistência para a conquista da terra. Para o MST, o processo de educação ocorre neste período, pois as famílias passam por um processo de disputa ideológica entre as organizações e pela cooperação no acampamento. No período do acampamento é que se tem maior resistência, aumentando o clima de solidariedade entre os assentados, que se identificam com um objetivo comum.

“Nós orientamos que a produção seja feita em área coletiva com trabalho coletivo para poder “produzir em boa escala”, além de desenvolver este processo pedagógico educativo do trabalho coletivo (ainda no acampamento), que não é só o trabalho coletivo puro e simplesmente, é na verdade um exercício de solidariedade, de cooperação. Aqui está o fundamento da cooperação que vai ter posteriormente o assentamento. O período de acampamento facilita o processo de organização interna, todo o mundo está ali num processo de resistência onde os inimigos são muito visíveis, é o latifúndio, o estado, a polícia, a repressão, isso facilita este processo de resistência coletiva que é a base da organização no assentamento (Ulisses Manaças, liderança do MST)”.

Embora a liderança do movimento fundamente a resistência da luta, alguns autores apresentam argumentos que impedem a cooperação nos assentamentos rurais. Dentre eles está Moraes (1996, p. 12-13), que relaciona o comportamento do indivíduo com os “valores

¹⁹ A produção semicoletivizada é entendida pelo MST como as formas de cooperação do uso da terra, a partir dos grupos de produção semicoletivos, sendo a posse da terra coletiva, sem loteamento, e seu uso de maneira tanto socializada como individual.

culturais, morais e políticos” que o mesmo exerce dentro do processo produtivo, ou seja, o camponês desempenha uma produção artesanal (sem divisão na produção), que reflete a individualização e não a cooperação. A questão entre estrutura e indivíduo deve ser melhor analisada, pois a partir dessa análise, o autor propôs a constituição dos Laboratórios Organizacionais (MST, citado por Moraes, 1996, p. 12-13).

Para Brenneisen (2009, p. 72), o impedimento da cooperação está na distância entre o projeto estratégico do MST e o projeto de vida dos agricultores. A autora afirma que aqueles que divergem do projeto do movimento são excluídos. Na mesma linha de pensamento Lazzaretti (2007, p. 31), corrobora que existem resistências para a cooperação nem sempre objetivas, mas resistências subjetivas que não combinam com a maneira como se desenvolvem os projetos de coletivismo apresentados e colocados em prática nas múltiplas realidades dos assentamentos rurais pelo Brasil. Esta tese não impede a cooperação, já que a parcela dos assentados que tem acordo com o projeto seguiria cooperando.

Monteiro (2004, p. 47), apresenta as questões objetivas como condição para dificultar a cooperação do indivíduo. Sua avaliação parte do uso de equipamentos coletivo em assentamentos rurais no Sul do Pará, elencando as seguintes dificuldades: falta de conhecimento administrativo; formação e conhecimentos técnicos; falta de compromisso e dedicação dos assentados; problemas com a centralização do poder no assentamento; e falta de capital de giro. O autor fundamenta-se no conhecimento, deste modo a cooperação não seria possível sem os técnicos especialistas no funcionamento de empresas rurais.

Também existem autores que observam as experiências pelo êxito a cooperação, como Araújo (2005), que afirma haver reflexos positivos na renda dos agricultores, com a forma coletiva da produção, citando como exemplo o assentamento João Batista II, Município de Castanhal, Estado do Pará.

Lacerda e Malagodi (2007, p.97), discutem as várias formas de cooperação. Para os autores existem formas de cooperação simples indo até a mais complexa, mas em qualquer assentamento há alguma forma de cooperação. Sabourin et al. (2007, p. 3), asseveram que as formas de cooperação simples entre agricultores familiares no meio rural brasileiro, correspondem ao princípio da reciprocidade.

Partimos do entendimento que existe cooperação, desde as mais simples até as mais complexas, buscando identificar as forma de cooperação que podem possibilitar a gestão de um assentamento rural.

No PA Paulo Fonteles, o MST propôs a cooperação em grupos, que consistia na produção em áreas coletivas com trabalho coletivo dentro dos grupos. A proposta seguia o exemplo do acampamento, onde foram sorteadas apenas as áreas que cada grupo ficaria após a homologação do PA.

Segundo uma liderança do MST, durante o acampamento já existiam oito grupos, que também passaram a funcionar na fase de assentamento. Inicialmente estes grupos se dividiram com número de famílias entre seis e sete. Porém, durante as atividades no acampamento, passaram por um processo de seleção entre as famílias, que se ajustavam entre aqueles que possuíam maiores ‘afinidades’. A quantidade de grupos foi definida em função do número de famílias existentes no assentamento, para garantir grupos menores e facilitar o convívio. Para decidir o lugar que cada grupo ficaria, foi realizado um sorteio para numerá-los (G, moradora do PA).

A divisão inicial das famílias nos grupos foi realizada por meio de sorteio pelo MST, para que não ficassem num único núcleo os membros de uma mesma família. Isto para não atrapalhar a organização do todo, pois alguns preferiam trabalhar coletivamente apenas com seus familiares e o sorteio deveria evitar este isolamento familiar (F, morador do assentamento).

Assim, se uma família não tivesse afinidade com o grupo para o qual foi sorteado, deveria encontrar outro para trocar. Este processo levou a algumas mudanças no número das famílias divididas entre os grupos, resultando na composição indicada no quadro abaixo.

	Núcleos								Total
	01	02	03	04	05	06	07	08	
Nº de Grupos									8
Nº de Famílias	8	7	6	8	8	7	7	9	60

Quadro 03: Disposição dos Núcleos Familiares do PA Paulo Fonteles. Fonte: Dados do PU do INCRA, confirmados em campo em 2010.

A cooperação apresentada pelos grupos destinava uma área para os trabalhos coletivos, na qual as atividades seriam decididas pelo grupo. A ênfase era dada às atividades de cooperação, mas as famílias também poderiam realizar atividades produtivas de forma individual.

Os grupos funcionaram produzindo hortaliças e mandioca, com os recursos iniciais do crédito apoio²⁰. Cada um destinou uma parte do dinheiro para compra de ferramentas e, no caso da horta, também para as sementes.

A assentada Sônia, relata que seu grupo encontrou diversas dificuldades durante o plantio como a falta de um sistema de abastecimento de água, e a desistência de algumas famílias do projeto por motivo de doença ou por problemas nos relacionamentos conjugais. Estas constrictões levaram aos baixos resultados. Toda a produção foi destinada ao consumo das famílias. Apesar dos problemas por falta de recursos técnicos e de infraestruturas ocorreu cooperação.

Posteriormente, a partir do Programa de Incubadora de Empresa da Universidade Federal do Pará (UFPA), conseguiram a aprovação de um projeto para a criação de pequenos animais (aves e suínos) e plantio de hortaliças, mas para serem realizados individualmente nos lotes e os resultados comercializados coletivamente.

Portanto, a cooperação no assentamento Paulo Fonteles, pode ser analisada em três vieses: uso da terra, trabalho e a comercialização da produção coletiva. Em relação à posse e uso da terra, algumas famílias preferiam a divisão em lotes, mesmo desenvolvendo trabalhos coletivos pelos grupos; o trabalho, que no início foi coletivizado com os resultados da produção coletivos; a comercialização coletiva dos produtos não foi colocada em prática, pela baixa produção, destinada para o consumo familiar.

Outras dificuldades apontadas para a cooperação da produção, Souza (1999, p. 112) corrobora, em seus estudos nos assentamentos no Estado do Paraná, que as formas de cooperação agrícola, propostas pelo MST, quando colocadas em prática, foram questionadas pelos assentados. Foram levantados dois aspectos importantes: um sobre o poder de decisão da produção e o outro sobre a divisão do fruto do trabalho. Portanto, os aspectos questionam a produção coletiva tanto do ponto de vista da terra quanto do trabalho.

A autora conclui que a dificuldade da coletivização vem da perspectiva que se estabelece e da demora nesse retorno, ou melhor:

A grande dificuldade encontra-se nas questões culturais, que contribuem para a não permanência nos coletivos e nos ideais construídos pelos próprios líderes do movimento, ou seja, no momento de formação dos coletivos, há todo um enfoque no retorno econômico, na estratégia de sobrevivência, na melhoria de vida, etc. No entanto, o assentado, decepciona-se com a demora do retorno e vive inquietações

²⁰ Esta é uma modalidade inicial concedida às famílias selecionadas e cadastradas, visando suprir as necessidades básicas, bem como ao fomento inicial de seu processo produtivo para sua instalação nos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária (INCRA, Instrução Normativa 93 de 2010).

com relação à administração, motivos que o levam a desistir deste novo modo de pensar e de desenvolver a cooperação (SOUZA, 1999, p. 112).

Para Singer, a organização da produção se faz necessária para alcançar a cooperação, e esta é possível a partir de uma economia solidária²¹. Portanto, há uma relação entre a estratégia “individual” das famílias e necessidade de cooperação em torno das cooperativas. A partir desta noção o MST reconhece a importância das cooperativas de comercialização de outras formas de cooperação, como mutirão e troca de dias de trabalho, devido às dificuldades da CPA's (SINGER, 2002, p. 106).

As famílias assentadas do PA Paulo Fonteles possuem referências de cooperação de produção advinda das experiências anteriores. Entre as experiências, encontram-se as realizadas no assentamento PA Mártires de Abril, também dirigido pelo MST, e localizado em frente ao Paulo Fonteles, já que muitas famílias são provenientes deste e desenvolveram trabalho coletivo durante o período nele vivido, trazendo consigo referências negativas. O assentado Davi afirma que:

“[...] eles (o MST) tentaram fazer aqui o que fizeram lá (Mártires), mas as famílias não entendem que aquela produção é de todos e eles queriam num dia pegar tudo o que podiam, não querem cooperar... [...] quando o pessoal viu que eles iam fazer aqui igual lá ninguém quis os projetos coletivos”.

Apesar do relato, o assentado Davi acredita no trabalho coletivo como o realizado pelo mutirão. Para ele, o mutirão tem outras regras, que não são as mesmas do MST, os direitos são dados àqueles que trabalham diferente da produção pelos grupos.

Diante dos relatos do assentado, observaram-se as dificuldades da cooperação, quando envolve recursos financeiros. Lacerda e Malagodi (2007, p. 99) afirmam a existência de níveis de cooperação.

[...] as formas [de cooperação] não podem ser rígidas, devem ser variáveis. Podem ser formas mais simples, como um mutirão, em que os vizinhos combinam uma atividade conjunta para todo mundo fazer. Às vezes apenas trocando dias de serviço,

²¹ A economia solidária surgiu como reação contra as injustiças do desenvolvimento capitalista. Tem como propósito um desenvolvimento mais justo, repartindo seus benefícios e prejuízos de forma mais igualitária. A ideia é oferecer aos excluídos os benefícios do desenvolvimento capitalista, dando oportunidades de participarem da produção social e da gratificação correspondente. O desenvolvimento solidário disponibiliza, desta maneira, aos desempregados, camponeses sem-terra, trabalhadores informais subpagos etc. forças produtivas (recursos materiais e humanos) para que possam se inserir na produção social em condições de igualdade de oportunidade com os detentores do capital (SINGER, 2004).

sem nenhum pagamento, nenhum ganho material. [...]. Há desde formas mais simples de ajuda mútua, que já fazem parte da tradição camponesa, até formas mais complexas [...]. É quando um assentamento se transforma numa cooperativa agropecuária de produção e instala pequenas agroindústrias. Em resumo, a agroindústria é a forma mais complexa de cooperação agrícola de um assentamento (LACERDA; MALAGODI, 2007, p. 99).

Os autores identificam a cooperação como um processo evolucionista, quando afirmam que existem níveis de cooperação que iniciam de forma espontânea pelos assentados até chegar a uma agroindústria. Num sentido mais estreito evidencia-se que no assentamento há certa espontaneidade para a cooperação mais simples, devendo existir mais apreço para reconhecer as formas tradicionais como embrionárias para avançar nas possibilidades viáveis de gestão. No entanto, não existe um esquema evolutivo que ligue a cooperação simples até chegar a cooperação complexa, e vice-versa.

O assentado S afirmar que “o grupo não foi pra frente por falta de uma liderança pra fazer as coisas andar”. Aqui é apresentada a necessidade de um líder para guiar os rumos da cooperação. Porém, este deve apresentar algumas características para satisfazer as condições impostas. As famílias buscam uma ‘gestão equilibrada’, em que os membros possam participar e decidir sobre o projeto, mas alguém coordenação de alguém (SCHMITZ, MOTA e PRADO, 2007, p. 7).

No PA Paulo Fonteles este funcionamento ocorria por meio das lideranças do MST. Entretanto, após o fracionamento do movimento, houve também um enfraquecimento dos grupos, deixando de ter funcionamento orgânico, passando a uma estrutura formal.

Mesmo sem funcionamento ativo dos grupos, as famílias se identificam a partir destes para a conquista de crédito e mobilização para reuniões com o MST. Contudo, nota-se que essa forma de organização tem perdido referência por conta da adesão das famílias à associação que se fortalece como centro de poder e tomada de decisão.

O Plano de Utilização do PA Paulo Fonteles faz referências sobre o funcionamento e a administração dos grupos. Segundo o plano, os grupos devem ter autonomia na gestão com representação própria, mas essa administração estará vinculada à presidência da associação dos moradores do projeto (INCRA, 2006, p. 2). O mesmo documento trata sobre a responsabilidade de cumprimento do plano, sendo atribuída hierarquicamente para solucionar os problemas a seguinte ordem: os Representantes de Núcleos Comunitários (grupos), o Conselho Deliberativo da Associação, a Assembleia Geral e, por fim, o INCRA (INCRA, 2006, p. 3).

Os grupos perderam a funcionalidade na organização da produção e surgiram outras formas de organização. O MST, para retomar sua influência no assentamento, busca parcerias com a UFPA, oferecendo cursos de capacitação, projetos produtivos individuais (criação de aves, suínos e plantio de frutíferas), entre outras estratégias econômicas.

5.2. ORGANIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

A associação (APRAPAF) foi criada, em 2005, de maneira consensual pelos assentados, pela imposição dos órgãos governamentais exigirem uma representação jurídica local para que as famílias recebam os benefícios das políticas da Reforma Agrária.

A fundação da associação não se deu por um processo eleitoral. Foi criada com o propósito de se garantir as formalidades de fundação, sendo indicado o seu Manoel como presidente, sendo que todas as famílias tornaram-se sócias. Entretanto, como não havia recurso para pagar as documentações legais, a associação só foi registrada em 2006, após a homologação do PA.

Em 2008 foi realizada a primeira eleição, com duas chapas inscritas. Uma representada pelo seu Manoel e outra pelo seu Romoaldo, sendo reeleita a primeira chapa. No início do ano de 2010, aconteceram novas eleições, com chapa única, já que seu Manoel não pôde se eleger por mais de dois mandatos seguidos. Assim, foi eleita a chapa do seu Romoaldo.

Esta localização histórica é importante para demarcar o período em que ocorreu a pesquisa de campo, pois esta abrangeu apenas o funcionamento da associação na gestão do seu Manoel. Assim, seu Manoel relata que, com formalização da associação, não foi necessária a ocupação no INCRA, nem de outros prédios públicos. Ele identifica como positiva a ação da associação junto ao governo, para garantir as demandas das famílias assentadas, pois contabiliza que este governo é mais democrático, ao permitir negociação da pauta de reivindicação do assentamento. Porém, registra que precisa ir constantemente ao INCRA para tencionar a entrega dos recursos do PA e atribuiu a demora à incapacidade dos técnicos do órgão.

Esta ideia é contestada pelo assentado Pedro, que afirma que foi a mudança de governo que fez diminuir a participação nessas manifestações, e não as conquistas alcançadas. Para o assentado, o governo soube lidar com as exigências tanto da associação quanto do MST:

“Não ocorre ocupação no INCRA porque antes quem dirigia o governo era a “direita” e aí tinha enfrentamento e avançavam na pauta. Hoje é a “esquerda” quem tá no poder, então não avança a pauta, nem adianta ocupar, até porque já estão acostumados com a ocupação e aí só enrolam a gente (Pedro, assentado do PA Paulo Fonteles)”.

Os assentados identificam a associação com a função de representar o assentamento para captar recursos governamentais, a partir dos créditos da reforma agrária, e não governamentais, com os projetos e programas de assistência às famílias.

O fato de seu Manoel ser aposentado enfatiza a ideia de disponibilidade de tempo para cumprir as tarefas da associação, reforçando o funcionamento sob a figura do presidente. Neste sentido, o presidente apresenta como principais conquistas de sua gestão os seguintes resultados:

Ação	Meta	Atingidos	Pendências
Fomento	60	60	-
Habitação	60	43	17
Energia Elétrica	60	60*	-
Estradas	60	60	-
Crédito	60	-	60
ATER (apenas PDA)	60	-	Foi reprovado pelo INCRA
Definição dos Lotes	60	-	Incompleto
Capacitação (UFRA)	20	20	-
Disponibilidade de Mudas	60	-	

Quadro – 04: Programas e projetos recebidos pelo INCRA

Fonte: Pesquisa de campo e dados do INCRA, 2010.

O quadro acima demonstra que os recursos deveriam alcançar todas as famílias cadastradas, cumprindo-se a meta estabelecida. Entretanto, estes chegaram de modo desigual, já que apenas a criação de estradas, a implantação de energia elétrica e a concessão de crédito de fomento atingiram todas as famílias. O PDA e a divisão dos lotes não foram aprovados, por isso nenhuma das famílias foi contemplada.

O crédito habitação é o caso mais complicado para as famílias, pois foram construídas apenas 47 casas com este recurso, no valor de R\$4.000,00 cada, sendo 17 moradias antigas, em sua maioria de madeira, com piso de barro. Mas a construtora recebeu o recurso antes da entrega da obra, que era prevista para concluir no início de 2009. Por isso, as famílias que ainda não tiveram construídas suas casas não poderão receber novamente o crédito. Mesmo as

casas em que as famílias reclamaram das estruturas, como as paredes que não suportam ‘um vento mais forte’.

Em relação à demarcação, o INCRA ainda não concluiu a obra. A empresa responsável afirma que já foram demarcados 70% dos lotes, mas é preciso concluir todo o trabalho para que seja aprovado. Outro problema tem sido a eletrificação, pois não tem iluminação pública na estrada do PA e a tarifa que tem sido cobrada é de energia urbana e não rural, que tem um valor muito superior. Este questionamento foi apresentado na última reunião com os técnicos da Rede Celpe, que ficaram de refazer os cadastros.

Foi realizada uma licitação para a contratação de uma empresa para elaborar o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA). O Instituto de Desenvolvimento e Assistência Técnica da Amazônia (IDATAM) venceu a concorrência, gerando insatisfação com o grupo do MST que queria que fossem escolhidos os técnicos do movimento que moram no assentamento. O PDA entregue ao INCRA foi reprovado e solicitado à empresa que refizesse alguns itens.

Há mais ou menos dois anos e meio, a associação se filiou ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – (STTR) de Belém e Ilhas. Por meio de um contato com a Secretaria de Agricultura (SAGRI) o presidente desta associação foi apresentado ao presidente do STTR/Belém e Ilhas. A partir deste movimento, o assentamento participou do “Grito da terra” e da “Marcha das Margaridas”, realizados pela CUT e CPT.

A associação tem se empenhado em buscar incentivos para a produção junto aos órgãos, e conseguiu cobrar o “Plano de Uso” do assentamento com apoio da Embrapa, do INCRA e do IBAMA. Segundo o Plano de Utilização do PA Paulo Fonteles (INCRA, 2006, p.2), o objetivo é “servir de guia para que os moradores realizem suas atividades dentro de critérios de sustentabilidade econômica, ecológica e social”.

A associação tem buscado outras parcerias para prestar assistência junto à produção e comercialização do assentamento, realizando contato com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), no sentido de auxiliar o escoamento da produção. As outras parcerias estabelecidas foram com a Secretaria de Municipal de Saúde (SESMA) e com a Secretaria de Educação (SEDUC), com o intuito de solicitar a construção de um posto médico e de uma escola, dentro do assentamento.

O presidente apresenta enquanto perspectiva a entrada no assentamento de várias entidades, governamentais e não governamentais, ampliando as possibilidades de desenvolver

a produção e comercialização realizadas pelas famílias, apoiando a capacitação técnica e introduzindo novos projetos produtivos.

Embora o presidente declare várias conquistas realizadas na sua gestão, os assentados se dizem insatisfeitos. O assentado R, declara que a associação não tem cumprido sua função, pelo fato de o presidente acreditar que deve somente ser articulado com os grupos políticos para beneficiar o assentamento, levando a frustrações as famílias, com as promessas dos parlamentares.

As principais tensões e queixas dos assentados se dão em função dessa articulação da associação. Para a maioria dos assentados, esta formulação não tem garantido ou garantem pela metade a implantação das infraestruturas (habitações, topografia e parcelamento, regularização fundiária e ambiental, estradas e pontes, água e energia elétrica, escolas, armazéns).

Para os assentados, também não são avaliados os abandonos dos projetos pelas instituições governamentais e outros. Este é o caso do Projeto de 'Viveiro de Mudas', desenvolvido pela SAGRI, que ficou de fornecer material para cobertura da área cultivada, mas até o momento da pesquisa não havia chegado. Por conta disso, as mudas estavam sendo perdidas, com o passar do prazo para o plantio. Outro projeto foi a criação de peixe, iniciado pelo grupo do mutirão e articulado pela associação por meio da SAGRI, que prometeu garantir a prestação de assistência técnica e a doação de material para construção do tanque. Assim, a construção do viveiro rústico que já havia iniciada foi cancelada. Estes projetos malsucedidos têm desestimulado os assentados, que buscam organizar suas atividades de modo mais independente.

Apesar das exigências das famílias quanto à maior eficiência da associação, há uma alta inadimplência por parte dos sócios. A participação dos membros nas assembleias é pouca ou quase nenhuma, muito embora as reuniões não tenham data e hora definida. As assembleias são convocadas dependendo da necessidade de se resolver algum problema, que pode dizer respeito a todas as famílias do assentamento ou aos recursos financeiros para que a associação siga seu funcionamento.

Mesmo com o descontentamento das famílias em relação ao presidente, ele conseguiu a reeleição, pois seu opositor era visto como quem não tem tempo para se dedicar à associação, como foi afirmado pelo assentado P: "ele (o adversário do presidente) trabalha

fora do assentamento e teria dificuldade de administrar as questões da energia elétrica, habitação, entre outras ações que ainda não foram concluídas”.

Schmitz et al. (2007, p.4), analisando as tipologias das organizações, as esquematizam em “oito tipos de empreendimentos associativos entre cooperativa e associação com objetivos diferentes, aqui denominados: 1) produção; 2) serviço; 3) comercialização; 4) mediação; 5) política; 6) crédito; 7) consumo; 8) cultural”.

Neste quadro, a associação do assentamento se aproxima do tipo de “mediação”, identificada como aquela que tem como objetivo:

[...] facilitar as atividades econômicas dos membros, assim como, os contatos e procedimentos junto aos órgãos governamentais e bancos. Pode atender também, numa estrutura clientelista, aos interesses de pessoas influentes, especialmente de políticos. Não tem produção própria de forma mútua. Muitas vezes, o interesse é captar financiamento ou projetos. Os sócios podem ser avalistas. Tipicamente trata-se de uma “associação de pequenos produtores” que tem como sócios os agricultores familiares autônomos, que são, também, os beneficiados da atividade. Presta serviço no sentido mais amplo. Mesmo sendo uma atividade econômica indireta, por causa da sua importância, por exemplo, para receber o crédito e ter projetos, e pelo fato de serem os próprios sócios que executam as tarefas, este tipo caracteriza-se pelo interesse dos membros em contribuir para o projeto comum (SCHMITZ et al, 2007, p. 4).

Outra característica da gestão é a figura do presidente como centralizador, responsável por todas as tarefas, apontando para um modelo do tipo gestão “tradicional”, que concentra as tomadas de decisão num único sujeito.

Em relação à presença das demais organizações no assentamento, o presidente afirma que tal relação melhora o acesso de investimentos às famílias, pois gera uma concorrência entre os grupos para fazer melhor. Assim, os grupos opositores buscam parceiros para desenvolver atividades de capacitação, projetos produtivos, entre outros, e quem ganha são as famílias, que passam a ter escolha entre os projetos.

Do ponto de vista da relação de poder, os grupos procuram assegurar sua autonomia diante do outro, garantindo seus trunfos e ampliando as ‘zonas de incertezas’, ou seja, é necessário manter espaços livres em que se localiza o poder (CROZIER & FRIEDBERG, 1993)

Estas ‘zonas de incertezas’ permitem uma imprevisibilidade do grupo. O adversário que tornar o comportamento do outro previsível terá mais chances para alcançar seus objetivos, ampliando seu poder diante dos demais. Deste modo, Chazel (1995a, p. 223) considera que o poder:

[...] consiste na probabilidade de uma unidade social A conseguir a sujeição de uma unidade social B (ou das unidades sociais B e C etc.), reduzindo a gama dos cursos de ação abertos (ou permitidos) a esta última, sob o efeito de sanções situacionais negativas, quer sejam simplesmente invocados a título de ameaça, quer sejam objetos de aplicação efetiva.

Em outro sentido, a teoria Olsoniana surge como explicação para a manutenção do presidente, pois, mesmo que os membros apresentem interesses distintos, por vezes conflitantes com os demais, se a organização (associação) atende a alguns dos seus interesses, é possível continuar com a cooperação. Entretanto, se não atende a esses interesses, a relação poderá ser enfraquecida, provocando o abandono de seus membros e provavelmente sua dissolução (OLSON, 1998, p. 14)

Porém, nem todas as famílias cooperam com o funcionamento da associação. Isto ocorre quando há impossibilidade de se distinguir entre aqueles que contribuíram para a consecução do bem coletivo e os que não o fizeram. Neste momento, poderá surgir a figura do aproveitador (*free rider*). De outro lado, quando o grupo possuir em seu interior um membro disposto a arcar sozinho com todos os custos da ação coletiva, os demais membros pegarão "carona" em seu esforço. Portanto, o funcionamento da associação se dá a partir da figura 'centralizadora' do presidente da associação, facilitando o surgimento dos desviantes da cooperação. Mas, as famílias permitem que continue o jogo, pois também têm interesse em conquistar os benefícios externos, sem maiores esforços empreendidos pelo presidente da associação.

5.3. ORGANIZAÇÃO DO MUTIRÃO E OUTRAS FORMAS EMBRIONÁRIAS DE ORGANIZAÇÃO LOCAL

Embora exista a representação da associação, as famílias têm se empenhado em outras formas de produção e comercialização, como o grupo de mutirão e o grupo de mulheres. O grupo do mutirão organiza a produção agrícola, apresentando uma composição que varia entre dez e doze membros, nem sempre pertencente à mesma família. O grupo de mulheres tem realizado atividades não agrícolas e tem três representantes de famílias diferentes.

O grupo do mutirão

O grupo de mutirão surgiu com o objetivo de realizar as tarefas de preparação da área de cultivo, plantio, tratamentos culturais e beneficiamento da mandioca para a fabricação de farinha.

Posteriormente, essas atividades foram ampliadas com novas demandas. A motivação aconteceu pela necessidade de se desenvolver as atividades produtivas do lote, pois a maioria das famílias precisava de braços para o serviço, mas não possuía recursos para pagar as diárias.

As referências do trabalho coletivo vinham da época do acampamento, da organização do MST, como relata o assentado P, para quem o trabalho era menos forçoso, as pessoas eram estimuladas a fazer mutirão; “naquela época (acampamento) dava certo, as famílias tinham interesse, agora nem todos se interessam”.

O grupo do mutirão começou com apenas três assentados que tinham certo grau de afinidade, pois dois tinham laços de parentesco e compadrio, portanto, estavam habituados a trabalhar conjuntamente. Iniciaram com troca de dias, depois outros viram o funcionamento e pediram para participar do grupo, formando o grupo do mutirão.

Formas simples de cooperação rural foram analisadas por Lacerda e Malagodi (2007), que observaram que as práticas são incorporadas de várias maneiras, entre elas: o mutirão, a troca de dias e o trabalho de compadrio.

Uma das práticas coletivas mais utilizadas entre os camponeses é o mutirão, definido por Candido (1982, p. 68) como consistindo: “[...] essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação, etc. [...]”

Outra forma de prática coletiva entre os camponeses é a troca de dias de trabalho que, como o próprio termo já denota, consiste na troca de dias de trabalho entre eles, um camponês disponibiliza sua força de trabalho numa atividade realizada para um outro camponês e este, por sua vez, assume o compromisso de retribuir o dia trabalhado.

O trabalho em compadrio também é uma forma de prática coletiva, porém, realizada apenas entre aqueles camponeses com vínculo entre si, estabelecido por meio do batismo de seus filhos. Neste caso, é semelhante à troca de dias de trabalho, diferenciando-se pelo fato de que o trabalho é realizado na medida em que um dos compadres sente a necessidade e convoca o outro para cooperar, não existindo uma quantidade de dias a serem trabalhados, nem o compromisso da retribuição, esta acontece quando aquele que havia prestado a ajuda necessitar desta retribuição. (LACERDA e MALAGODI, 2007, p. 98).

Em Sabourin (2006, p. 2), o mutirão foi compreendido a partir de duas práticas de ajuda mútua, uma, por meio de convite por parte de uma família, para realizar trabalhos de âmbito particular, como preparo de uma parcela de terra, construir casas, fazer cercas; e outra, para realizar trabalhos de bens comuns ou coletivos, como construção de estradas e outros bens do assentamento.

A interpretação sobre a cooperação nas práticas do mutirão é analisada pela lógica da reciprocidade de Mauss (1924), citado por Caillé (1998, p. 10), que estabelece o princípio da tríplice obrigação: de dar, devolver e receber. Bourdieu (1996, p. 56), citado por Sabourin (2007, p. 5), observa que não existe um ato desinteressado, pois quem dá quer receber, introduzindo elementos de poder nas relações de reciprocidade. Surge, assim, o elemento da incerteza e a inversão na relação de poder, pois quem recebeu a dádiva terá o direito de decidir sobre a retribuição. Portanto, a reciprocidade não é algo existente, mas sim construído no processo da vida social.

As práticas de ajuda mútua se diferenciam da troca de intercâmbio, pelos laços sociais, sentimentais e simbólicos, que produzem valores de amizade, confiança e responsabilidade (SABOURIN, 2006, p. 13). Como definição de reciprocidade, Castel (2003), citado por Sabourin (2006, p. 5), propõe:

[...] é o princípio pelo qual a produção é dada a outros num espírito de solidariedade, quer dizer no marco de uma relação entre pessoas tendo consciência de uma comunidade de interesses que leva a uma obrigação moral de apoiar os outros.

Sabourin (2006, p. 14) destaca que nas sociedades atuais encontram-se formas mistas, com relações de reciprocidade e sistema de intercâmbio. O autor propõe a lógica da reciprocidade em contraposição à lógica mercantil (troca de intercâmbio), ligada pela economia solidária.

Rios e Carvalho (2007, p. 3) ressaltam a contradição da economia solidária, pois esta requer reciprocidade na organização interna da unidade produtiva, mas pressupõe o intercâmbio fora da unidade familiar. Os autores afirmam que é esta interface desses dois sistemas que deve ser compreendida. Lembram que o fundamental é o “princípio dominante: Qual é o projeto da sociedade ou do grupo quanto aos valores que pretende privilegiar?”.

As cooperativas foram identificadas como solução para esta interface. No entanto, as experiências ocorridas no Brasil, em sua maioria, foram malsucedidas, por motivos de gestão ou culturais. Rios e Carvalho (2007, p. 7), analisando a interconexão dessas práticas, identificam nas associações a “estrutura de ensaio” para a solidariedade no mercado.

Contudo, Lacerda e Malagodi (2007, p. 96) chamam a atenção sobre as formas de organização que são constituídas no assentamento, que não se dão pela formalização de representação jurídica, mas sim pela composição da experiência de cada indivíduo, num processo de interação social.

A cooperação encontrada no grupo de mutirão do PA Paulo Fonteles se deu no nível mais simples (troca de dias) e no nível mais complexo, com atividades de produção individuais e coletivas.

O funcionamento do grupo do mutirão tem normas e regras. Iniciando as atividades nas primeiras horas do dia e indo até meio-dia. Acontecendo apenas durante a semana, nos finais de semana ficam livres para outras tarefas. O mutirão termina meio-dia, pois os participantes perceberam que muitos pediam para resolver problemas fora do PA pela parte da tarde, o que prejudicaria as atividades. Além disso, ocorreram alguns problemas com a alimentação, pois, quando o mutirão era o dia inteiro, esta deveria ser fornecida pelo dono da área. Isto levou a vários problemas, pois os assentados questionavam a quantidade insuficiente ou afirmavam que não comiam determinado alimento, etc. Para evitar esses problemas, todos iam almoçar em suas casas.

Dentre as regras instituídas pelo mutirão, estão: não poder faltar por mais de três vezes no mutirão, não poder deixar de ir ao mutirão do outro por qualquer problema sem justificativa, não poder se recusar a realizar o trabalho designado pelo dono do lote.

Por conta das definições das regras, alguns assentados saíram do mutirão, pois alegavam não poder participar todos os dias das atividades. Entre os que não quiseram participar, a justificativa se dava pela perda de domínio do tempo de trabalho, ou seja, o agricultor não manda mais no seu tempo de serviço, mas sim o grupo de mutirão. Em outras palavras, o assentado perde a autonomia do seu lote.

Seu Manoel, presidente da associação e membro do grupo do mutirão, menciona que diversas vezes não pôde participar do mutirão, por estar resolvendo problemas ligados à associação. Segundo ele, os participantes do grupo não exigem sua presença, pois entende que sua ausência ocorre quando tem que resolver algumas pendências do assentamento, o que beneficiará a todos. Por isso, algumas vezes realizam as atividades do mutirão sem a presença dele e sem implicar em sanções.

No final da semana, o grupo do mutirão se reunia para discutir sobre as atividades que iriam realizar, para buscar recursos, participar de projetos, etc. A definição da prioridade dos lotes que seriam trabalhados naquela semana foi decidida numa reunião, na qual foi montado um calendário. Este calendário estava de acordo com as necessidades que cada um tinha, ou seja, alguns precisavam com urgência dos trabalhos, outros poderiam esperar, quando encerrava o ciclo das famílias, iniciava-se novamente todo o ciclo anterior.

Além das atividades da produção, o mutirão passou a discutir o trabalho coletivo e as questões gerais do assentamento e, até mesmo, da associação. Qualquer membro do grupo poderia chamar uma reunião para discutir algum ponto importante. Os temas, muitas vezes, se complementavam, como a tentativa de conseguir um empréstimo bancário, quando observaram que precisariam de uma entidade jurídica (associação) legalizada e constataram que a existência estava inadimplente, sendo que o grupo arcou com as despesas para sanar a dívida.

Outro tema abordado pelo grupo foi o uso do espaço comum, como a preservação da reserva legal. Foi observada a necessidade de se mudar as bases tecnológicas da produção, já que os lotes são pequenos, e precisam desenvolver atividades produtivas menos impactantes ambientalmente. Para isto, o grupo tem investido em atividades de pequenas criações e frutíferas.

As atividades de produção realizadas foram o plantio e beneficiamento da mandioca nas áreas das unidades familiares. As tarefas são designadas pelo dono do terreno, e os membros do grupo do mutirão devem realizar qualquer trabalho produtivo que houver no lote (derruba, broca, coivara, plantio, capina, etc.).

A mandioca é a principal atividade produtiva do assentamento, sendo beneficiada a farinha. Alguns aproveitam o tucupi e a goma (fécula) para vender. A família do assentado P é quem mais produz farinha no assentamento. Foi pensando em diminuir o peso do trabalho que iniciou o mutirão. Este terminou por estimular que outros iniciassem seus plantios em cooperação, em mutirão ou com seus familiares.

O grupo do mutirão não havia proposto comercializar de forma coletiva, pois ainda não existia confiança para isso. Alega que sempre surge um atravessador que tira proveito e, por isso, prefere fazer a comercialização de forma individual. Neste caso da comercialização, os assentados temem a centralização, o que impediria a autonomia da venda de seus produtos.

O grupo está pensando na aquisição de materiais de modo coletivo, como adubo, o que tornaria a compra mais barata. Não pretende restringir tal aquisição apenas aos membros do mutirão, mas estender a quem tiver interesse, pois quanto maior o número de pessoas mais barato ficará a compra. Identifica-se a partir disso, elementos de um embrião da cooperativa de consumo.

O objetivo é oferecer produtos de qualidade ao menor custo e por um preço justo para os membros que são os consumidores. No meio rural, os sócios podem ser agricultores familiares autônomos e trabalhadores assalariados, além de outros profissionais. Muitas vezes, a principal função é a quebra de um monopólio. Tem

interesse em aumentar o número dos membros e dos clientes externos para ter um maior movimento tendo assim, além dos membros, às vezes, outros consumidores como beneficiados [...]. A relação com os membros é distante e pontual, apesar do contato freqüente no momento da compra, resultando num baixo interesse dos mesmos em contribuir para o projeto comum (SHMITZ, MOTA e PRADO, 2007, p. 6).

O grupo buscou empréstimo no Banco do Estado do Pará (BANPARÁ). Mas este banco tinha seus empréstimos voltados para o meio urbano, com curto prazo de pagamento (carência de 30 dias). O grupo tem como finalidade do crédito o plantio de mandioca, que é produzida em 12 a 24 meses, e está mudando para o Banco da Amazônia.

Além, das iniciativas para conseguir recurso financeiro, o grupo de mutirão realizou atividades coletivas, como a construção de um viveiro de mudas e de um açude (criatório de peixe), em parceria com a SAGRI e com o parlamentar Waldir Ganzer.

Os trabalhos de produção coletiva não foram aceitos por todos, ficando restritos a um grupo menor do mutirão. A SAGRI ofereceu assistência técnica e materiais para construção do viveiro de mudas, fornecendo dois quilos de sementes do açaí Pará (*Euterpe Oleracea*), uma variedade de terra firme. Quando o grupo do mutirão começou a construção da cobertura do viveiro, feita com palha, o técnico da SAGRI orientou que não o cobrisse, pois a secretaria doaria o sombrite (material para garantir sombra controlada no viveiro).

Para a preparação do criatório de peixes, também foi oferecido apoio pelo parlamentar Ganzer, que prometeu auxiliar a obra com a doação de materiais e a contratação de um profissional técnico. Entretanto, os materiais prometidos pela SAGRI e pelo parlamentar não chegaram, e a construção das atividades terminaram por paralisar os projetos coletivos do grupo do mutirão. Para não serem perdidas, as mudas foram repassadas às famílias do assentamento. Após essas negociações frustradas, o funcionamento passou a não ser constante. O grupo do mutirão desanimou para a produção coletiva, pois haviam disposto de mais tempo para realizar as atividades e nenhum dos projetos foi concluído.

O grupo estabelece regras de funcionamento com objetivo de manter as relações recíprocas. Assim, os membros são convencidos pelo argumento de que devem participar das atividades, pois aqueles que não cumprem as regras devem se retirar. No entanto, as sanções não se aplicam a todos os membros, como o presidente da associação, que como já mencionado, justifica sua ausência afirmando estar realizando atividades que beneficiará a todos os assentados.

Quando são analisadas as sanções do ponto de vista das regras de poder, encontra-se nos estudos de Chazel (1995a, p. 223-224) a afirmação de que estas são aplicadas em quatro momentos: num primeiro momento, as situacionais positivas identificadas no modelo clássico da troca e da reciprocidade e as intencionais de persuasão; num segundo momento, as sanções situacionais negativas, com a coerção, e as intencionais com a ativação de compromissos.

Abaixo, mostra-se o esquema proposto por Parsons (ver. Figura 4). Nele, a única indicação de sanção ligada ao poder é a coerção, que, mesmo sendo encarada como o critério central, não esgota o significado do poder. As sanções situacionais positivas estariam ligadas ao poder econômico de certos agentes. A moeda seria a alavanca para induzir outros indivíduos a realizarem os objetivos daqueles que a detêm (CHAZEL, 1995, p. 225).

		Via de ação tendo como objeto	
		A Situação	As intenções
Tipo de sanção	Positiva	<i>Incitação</i> Moeda	<i>Persuasão</i> Influência
	Negativa	<i>Coerção</i> Poder	<i>Ativação dos compromissos</i> Compromissos generalizados

Figura 4: Esquema interpretativo das especificidades do Poder, proposto por Parsons.
Fonte: Chazel (1995a, p. 224).

Chazel (1995a) comenta que os limites divisórios entre as sanções positivas e as negativas se devem à interrupção das recompensas, que é vista como uma punição. Assim, as recompensas repetidas podem se tornar um instrumento de coerção. Mas nem sempre o poder se dá com a coerção, pois as zonas limites se confundem com a persuasão, que se estabelece pelo convencimento.

Mas acontece que a persuasão entra em um jogo com outros recursos: o persuadido pode sê-lo não tanto em função do conteúdo do argumento utilizado como das características do agente que o usa ou, se preferirmos, da fonte de persuasão. E a relação pode revestir-se de uma dimensão hierárquica, se a “eficácia” da persuasão se dever a uma marcada superioridade de status ou de prestígio (CHAZEL, 1995a, p. 225).

Aplicando-se tais definições ao grupo do mutirão do PA Paulo Fonteles, observa-se que as sanções contidas neste meio se relacionam com a persuasão, estando misturadas as zonas limites do poder.

O grupo do mutirão, no início, apresentava uma gestão equilibrada, baseada na participação ativa dos sócios, e na existência do poder como uma força estruturante, ou seja, existia uma coordenação, realizada pelos primeiros integrantes do grupo e uma participação efetiva dos membros.

O poder é como “uma relação e, conseqüentemente, não pode ser possuído, tampouco pode ser apropriado de forma coletiva ou distribuído”. Distingue-se em quatro tipos a relação do poder: 1) a existência e o uso de regras organizacionais; 2) o controle de informação e canais de comunicação; 3) a relação da organização com seu contexto; e 4) ao conhecimento especializado (CROZIER; FRIEDBERG (1993, p.281-283), citados por SCHMITZ (2007, p. 8)).

Nesta distinção entre os tipos de poder, foi possível relacionar dois tipos à organização do mutirão, a existência e o uso de regras organizacionais, e o controle de informação e canais de comunicação. A mudança nessas relações levou a uma modificação na centralidade da organização do mutirão, com o afastamento de alguns membros importantes que a garantiam.

Com diminuição das atividades intensas do plantio, devido ao itinerário da cultura da mandioca, o mutirão não estava ocorrendo. Mas, os precursores do grupo tem buscado a retomada dos trabalhos agrícolas, com as trocas de dias para realizar as atividades de preparo da terra para o plantio, tentando alcançar a participação dos membros para uma gestão equilibrada.

Grupo de Mulheres

O grupo de mulheres foi estimulado pela assentada Nádía, que lidera outro grupo urbano denominado ‘Grupo de Mulheres Prostitutas da Região do Nordeste Paraense’. A proposta é desenvolver a produção de artesanato. O grupo começou com apenas três mulheres, as senhoras Roberta, Jane e Nádía.

A iniciativa de formar um grupo se deu após a participação de quatro assentadas em uma oficina de sobre artesanato, com a confecção de bijuteria, tapetaria e ursinho de pelúcia, ministrada no assentamento. O grupo optou em confeccionar ursinho de pelúcia, fronhas de “fuxico” e pano de prateleiras etc., pois um membro tinha a máquina para a costura, o que diminuiria os custos para a produção.

Inicialmente o grupo seria composto pelas participantes, mas a exigência de colaboração com um investimento inicial de R\$50,00 para a compra de material foi apontada como motivo de desistência por uma das mulheres, que alegou não disponibilizar do recurso.

A assentada Nádia é quem confecciona a maioria das peças. A comercialização é realizada em feiras como Mosqueiro e em atividades do movimento que Nádia participa. A participação dos demais membros ainda é restrita, tanto na confecção, pois só existe uma máquina, quanto na comercialização, pois a maior venda é conseguida nos fóruns do movimento, ou em Mosqueiro em época de férias, quando as demais participam.

Atualmente, as três participantes têm moradia próxima uma das outras, isto porque a assentada Roberta trocou de lote. Ela relata que a proximidade das casas das sócias tem facilitado o trabalho de produção, mas ainda não visualiza muitas possibilidades na participação da comercialização dos materiais confeccionados.

As atividades de produção e comercialização ainda são muito concentradas em uma pessoa. A participação das demais sócias é pequena e existe pouco retorno financeiro, desestimulando o grupo. Neste caso, tem-se um tipo de gestão central, caracterizada como uma Gestão "tradicional", empreendida a partir de um gerente centralizador.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho levantou-se a temática da ação coletiva na criação e gestão no assentamento Paulo Fonteles, o que suscitou discussões sobre: a estrutura da reforma agrária; as referências dos sujeitos nas organizações; as trajetórias e experiências de vida das famílias; os projetos propostos pelos grupos e a formação dos grupos sociais; e suas relações de poder.

No histórico dos movimentos sociais rurais é possível identificar que as manifestações que ocorreram no campo, nem sempre iniciavam de um movimento, muitas vezes eles chegavam depois de iniciadas algumas ações. No entanto, a entrada de uma organização social em qualquer manifestação é decisiva para guiar os rumos dessas manifestações locais, pois traduzem a luta dos camponeses em sua defesa contra os opositores, isto permite a continuidade da luta pela terra em qualquer espaço rural.

No caso do PA Paulo Fonteles, foi justamente a referência nacional do MST como articulador das lutas que garantiu a adesão das famílias ao movimento, levando também ao fortalecimento dessa identidade no Nordeste Paraense e à consolidação de sua estratégia. Assim, as famílias aderiram ao movimento devido à insatisfação das condições de vida e pela referência de luta do MST.

A explicação Olsoniana sobre o engajamento numa ação coletiva não consegue responder a cooperação na criação e gestão do assentamento. Foi possível identificar nas trajetórias e as experiências de vida das famílias um maior engajamento na ação coletiva para a ocupação de terra como produto da mobilidade multifacetada, pois buscam terra, trabalho, moradia, serviços, entre outros.

A adesão das famílias a um movimento e à cooperação para a criação e gestão do assentamento tem um significado maior, pois quando pensam estrategicamente numa solução para os problemas vivenciados pelo conjunto de assentados, identificam ser a reforma agrária do país a única forma de sua emancipação, por isso, se engajam em um objetivo comum, a conquista da terra.

Contudo, as ações se limitaram a distribuição da terra, pois após a criação do assentamento, a continuidade da luta foi esfacelada pela noção do etapismo, que viu na conquista da terra a superação de parte dos anseios das famílias, restando apenas as conquistas de crédito e de infraestrutura para o assentamento. Não relacionam as amarras do sistema capitalista dentro do assentamento, o que faz com que cada um busque seus interesses particulares para desenvolverem atividades futuras.

Governos, movimentos sociais rurais e até mesmo as famílias, viram nos assentamentos a alternativa para um novo modo de vida, interpretado por alguns como a viabilidade da reforma agrária. Portanto, estes últimos seguem o eixo central da reforma agrária, apenas a modernização da agricultura.

Assim, com a ampliação do número de assentamentos e os crescentes processos agroindustriais, foi proporcionado um aumento na produção agrícola. Este cenário pôs em foco a problemática da reforma agrária, que, para Navarro (2009), já foi resolvida, por meio do agronegócio. Em contraposição a este argumento, Leite e Ávila (2009) afirmam que a reforma agrária não tem um caráter apenas econômico, pois também deve garantir melhores condições de vida à população.

Para os movimentos sociais, o argumento contrário ao agronegócio está na ideia de valorizar a agricultura de base agroecológica, com planejamento das infraestruturas urbanas para realizar as atividades agrícolas.

Outra questão central é a de que a reforma agrária deve atender à população urbana que vive nas periferias, uma população não agrícola, que está à margem da produção das cidades. Para isto, tem se proposto novas formas de assentamentos rurais, que garantam as infraestruturas urbanas, para desenvolver, preferencialmente, atividades agrícolas, podendo as atividades não agrícolas ser realizadas para ampliar a renda familiar.

Este conjunto de medidas apontaria para melhores possibilidades de relações comerciais, com a proximidade do mercado consumidor, permitindo uma relativa autonomia em relação aos mercados tradicionais.

O insucesso da cooperação após a conquista da terra tem várias interpretações, como a divergência entre os projetos estratégicos do movimento e o projeto de vida das famílias, ou mesmo os valores culturais, morais e políticos do processo de produção das quais estão impregnados os assentados.

Não existe assentamento sem cooperação, muito menos grupos que não tenham adesão. Existem níveis diferenciados de cooperação. Como evidenciado no Paulo Fonteles, algumas famílias estão engajadas no MST e desenvolvem projetos coletivos. Porém, as que não se engajam apontam as regras e sanções definidas pela direção nacional como um dos principais fatores que impede a maior adesão à cooperação.

A associação é vista como uma organização que cumpre uma função legalista, articulando recursos financeiros e técnicos. Por ter uma forma de centralização do poder

focada no presidente, não exige uma maior adesão, mas deve ser garantido seu funcionamento. Esta não exigência de participação de todos abre espaço para o surgimento do *free rider*.

Na organização do mutirão é que as famílias começam a desenvolver suas próprias formas de organização para cooperação, definindo regras e sanções, sendo o poder a força estruturante para garantir o funcionamento do grupo. No mutirão do assentamento Paulo Fonteles, a coordenação era de uma gestão equilibrada, levando a uma participação efetiva dos membros. Porém, as relações de poder podem se modificar, como observado por Crozier e Friedberg (1993, p.283), que compreendem o poder como aquilo que “não pode ser possuído, tampouco pode ser apropriado de forma coletiva ou distribuído”. Por isso, com a entrada de outras pessoas, o poder foi desviado, ao não se cumprirem as regras e sanções, enfraquecendo-se a participação e a cooperação no mutirão.

A pesquisa confirmou que as famílias do PA Paulo Fonteles se organizam independentemente das entidades e movimentos, formando seus grupos para realizar ações coletivas. Entretanto, não se pretende esgotar o tema neste trabalho, mas fomentar a discussão e indicar caminhos para novos estudos que ainda precisam ser desenvolvidos, trazendo como perspectivas a estudar as relações dos grupos com as instituições de execução da reforma agrária, a intervenção das instituições externas, entre outras.

REFERÊNCIAS

- ABE, Marlene. **Mártires de Abril: o MST semeando a utopia camponesa**. 2004. 199 p. Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável) –Centro Agropecuário/EMBRAPA–Amazônia Oriental, Universidade Federal do Pará, Belém. 2004.
- AGÊNCIA BRASIL. www.agenciabrasil.gov.br. Acessado em março de 2010. Disponível em:
<www.belem.pa.gov.br/portal/new/index.php?option=com_content&view=article&id=4108&Itemid=165>. Acessado em março de 2010.
- ARAÚJO, S. Maria de. Ação Coletiva: Equívocos Interpretativos. **Revista Internacional Interdisciplinar/Interthesis**, Florianópolis, v. 3, n.1, p. 1-8, jan/jun, 2006.
- ARAÚJO, S. M. M. **Formas de organização da produção apoiadas pelo MST: assentamento João Batista II, Castanhal, Pará**. Belém. UFPA/NEAF. 2005. 128 p.
- AZEVEDO, F.A. **As Ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 145p.
- BECKER, Howard. **Método de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec. 1997. 178 p.
- BERGAMASCO, S.; FERRANTE, V. A qualidade dos assentamentos da reforma agrária: a polêmica que nunca saiu de cena – debatendo o livro A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. GALVÃO, C. de; SPAROVEK, G. (Orgs.). **Assentamentos em debate**. Brasília: NEAD, 2005. p. 75-88.
- _____. Assentamentos rurais: estabelecendo um diálogo entre duas perspectivas de análise. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. GALVÃO, C. de; SPAROVEK, G. (Orgs.). **Assentamentos em debate**. Brasília: NEAD, 2005. p. 206-237.
- BERGAMASCO, S.; NORDER, L. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 2003. 88p. (Primeiros Passos, n. 301)
- BERGAMASCO, S.** A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 11, n. 31, p, 37-49, set./dez, 1997.
- BERNOUX, Philippe. **A sociologia das organizações**. 1985. 392 p.
- BERTOLINE, V.; CARNEIRO, F. Considerações sobre o Planejamento Espacial e a Organização da Moradia dos Assentamentos de Reforma Agrária no DF e entorno. **Libertas on line**, Juiz de Fora, Edição Especial, fev., p. 203-227. 2007. Disponível em:
<http://www.ufjf.br/revistalibertas/files/2010/01/artigo11_2.pdf>. Acesso em: 13 de janeiro de 2010.
- BOUDON, R; BOURRICAUD, F. **Dicionário Crítico de Sociologia**. 2 ed. São Paulo: Ática. 2001.

BRENNEISEN, E. Cardoso. Assentamento Sapé Tiaraju: persistência do passado, fragmentos do presente. In: MARTINS, J. de Souza, et al (Orgs.). **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora UFGRS, 2009. p. 53-106.

CAILLÉ, Alain. “Nem holismo, nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva”. **Revista Brasileira de Ciências sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, p. 5-38. 1998.

CARVALHO, H. Martins de. **Formas de Associativismo Vivenciadas pelos Trabalhadores Rurais nas Áreas Oficiais de Reforma Agrária no Brasil**. Curitiba: MPF/NEAD/IICA, 1998, 43p. Disponível em: <<http://www.dataterra.org.br/documentos/horacio3.htm>>. Acessado em: 20 agosto de 2009.

_____. **Interação Social e as Possibilidades de Coesão e de Identidade Sociais no Cotidiano da Vida Social dos Trabalhadores Rurais nas Áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil**. Curitiba: MEPF/NEAD/IICA, 1999.

CHAZEL, François. Os movimentos sociais. In: BOUDON, Raymond (Org.). **Tratado de sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p. 283-335.

_____. Poder. In: BOUDON, Raymond (Org.). **Tratado de sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995a. p. 213-245.

CRÖZIER, M.; FRIEDBERG, E. **Die Zwänge kollektiven Handelns: Über Macht und Organisation**. (Trad. E. Friedberg; S. Stelzer. Hain), Frankfurt, 1993. 391p. Notas de aula. Mimeografado

CUNHA, P. Trombas: um Ensaio Revolucionário. In: MANÇANO, Bernardo; MEDEIROS, Leonildes; PAULILO, Maria. (Orgs.). **Lutas Camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950–1980**. São Paulo: UNESP: NEAD, 2009, p. 57-70.

DATALUTA, Banco de Dados da Luta pela Terra. Organização do cadastro de movimentos socioterritoriais. **Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**. 2005. Disponível em: <www.prudente.unesp.br/dgeo/nera.20/12/2006>. Acessado em: agosto de 2008.

DAVID, M.; WANIEZ, P.; Brustlein, V. Atlas dos beneficiários da reforma agrária. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 11, n. 31, set./dez, 1997.

DOU, Portaria nº17 em 13 de julho de 2006. Publicada em **Diário Oficial da União**, 2006.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento Camponês Rebelde: A reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006. 208p.

FERNANDES. B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000. 318 p.

_____. **Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra: A Formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo**. 1994. 207 p.

Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo. São Paulo. 1994.

_____. **MST: Formação e territorialização**. 2º. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDES, Bernardo; STÉDILE, João. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2001. 168 p.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Trad. Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed. 2009. 405p.

FURTADO, A. M. M; SILVA JUNIOR, O. da C. **Impactos Ambientais do Desmatamento e Expansão Urbana na Ilha do Mosqueiro (Belém – Pará – Brasil)**. Belém: UFPA, 2008. Disponível em: http://egal2009.easyplanners.info/area07/7174_Furtado_Ana_Maria_Medeiros.pdf. Acessado em: dezembro de 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997. 383 p.

GOLDFARB, Yamila. **A luta pela Terra entre o campo e a cidade: as comunas da Terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios**. 2007. 176 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Departamento de Pós-Graduação em Geografia. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982. 192p.

GRAZIANO DA SILVA, J.G. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1999. 151p.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. v.1 . Belém: EDUFPA, 2004.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas**. 2002. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/mapas_doc3.shtm. Acessado em: 1 jan. 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/.../economia/agropecuaria/censoagro/2006/default.shtm>>. Acesso em: 8 mar. 2010.

INCRA, **Lauda agrônomo**. Relatório elaborado para compor o processo de criação do P. A. Paulo Fonteles. Belém, 2004. Relatório. Mimeografado

INCRA, **Levantamento Socioeconômico e Ambiental do Projeto de Assentamento Paulo Fonteles**. (Relatório elaborado para compor o processo de criação do P. A. Paulo Fonteles, Belém), 2006. Relatório. Mimeografado

INCRA, **Plano de Utilização do PA Paulo Fonteles**. (Relatório elaborado para compor o processo de criação do P. A. Paulo Fonteles, Belém), 2006. Relatório. Mimeografado

INCRA. Área incorporada ao programa de Reforma Agrária. Disponível em: <[<www.incra.gov.br/portal/index...\(area_incorporada_prog_reforma_agraria_032010\)>](http://www.incra.gov.br/portal/index...(area_incorporada_prog_reforma_agraria_032010))>. Acessado: 10 de maio de 2010.

KITAMURA, P.C. **Agricultura migratória na Amazônia: um sistema de produção viável?** Belém: Embrapa-CPATU, 1982. 20 p. (Documento 12).

LACERDA, A.; MALAGODI, E. Formas de Cooperação e Reforma Agrária. **Raízes**. Campina Grande, v. 26, nº 1; 2, p. 93-100, jan./dez, 2007.

LAZZARETTI, M. Ângelo. **A produção da ação coletiva no MST: relações de poder e subjetividade**. 2007. 378p. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2007.

LEITE, Sérgio & ÁVILA, Rodrigo. **Um futuro para o campo: reforma agrária e desenvolvimento social**. Rio de Janeiro. 2009, 176 p.

MARTINS, J. de Souza. O sujeito da reforma Agrária. **In. Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. MARTINS, J. de S. et al. (Orgs.). Porto Alegre: Editora UFGRS, 2009. p. 11-52.

_____. **Não há terras para plantar neste verão**. Petrópolis-São Paulo: Vozes, 1986.

MATOS, Aécio. Organizadores Sociais: algumas referências conceituais para a análise das organizações sociais. **Revista Estudos de Sociologia**, Recife, v. 10, p.123-154. 2004.

MEDEIROS, L. Servolo de. **Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. 103p.

_____. Dimensiones de la lucha por la tierra en el Brasil contemporáneo y la conformación de espacios públicos. In: GRAMMONT, Hubert C. de (Compilador). **La construcción de la democracia en el campo latinoamericano**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO, 2006, p. 213-242.

MELO E SILVA, T. **A presença das ligas camponesas na região nordeste**. XIX encontro nacional de geografia agrária. São Paulo, 2009, p. 1-29.

MINAYO. **Pesquisa social, teoria método e criatividade**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

MONTEIRO. Dion M. C. **Estudo sobre a organização da produção em área de assentamento no sudeste do Pará**. 2004. 199p. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia. Universidade Federal do Pará. Belém. 2004.

MORAIS, C. S. História das ligas camponesas do Brasil-1969. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão Agrária no Brasil: História e natureza das Ligas Camponesas-1954 a 1964**. São Paulo: Expressão Popular. 2006. P. 21-76.

MORISSAWA, Mitsue, **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular. 2001.

MOTA, D.M.; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J.F. Atores, canais de comercialização e consumo da mangaba no Nordeste brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 46, n. 1, p.121-143, jan./mar. 2008.

MST/PA. Secretaria Estadual. Disponível em: www.bicopapagaioam.hpg.com.br/mst.htm, 30/08.2002. Acessado em: março 2010.

NAVARRO, Z. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de S. (Org) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 189-231.

_____. 'Nunca cruzaremos este rio' – a estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta e a 'Sociologia militante', e o ocaso da reforma agrária no Brasil. Encontro Anual da ANPOCS, 35. **Anais...** Caxambu, 2008.

NOVAES; BARRIENTOS JÚNIOR. **A (re) produção do espaço nos assentamentos do MST**: as possibilidades inscritas no processo de divisão de glebas do acampamento dois de JULHO-MG. Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 3. Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2. 2005. **Anais...** Presidente Prudente, 2005.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação colectiva: bens públicos e teoria dos grupos**. Trad. Maria D.C. Guerreiro; Margarida L. Faria. Oeiras: Celta Editora, 1998. <Original: 1965>

PICOLOTTO, E. L. Quando novos atores entram em cena o que muda? A construção de representação política dos agricultores de base familiar no Sul do Brasil. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 91, dez, 2008.

PICOLOTTO, E. L. Processos de diferenciação dos movimentos sociais do campo no Sul do Brasil: identidades, articulação política e projeto. **Raízes**, v. 26, n. 1; 2, jan-dez, 2007.

PRADO, Edy. **Cooperativa Agrícola Santo Antônio**: uma ação coletiva bem sucedida no Município de Marituba-PA. 2008. 125 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém. 2008.

QUIVY; CAMPENHOUDT. A observação. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Gradiva: Departamento de Sociologia/Universidade Nova de Lisboa, S/d. p. 155-207.

RIOS, G. Sá Leitão; CARVALHO, D. Moreira de. Associação de agricultores familiares como estruturas de ensaio pré-cooperativas. In. Encontro de Rede de Estudos Rurais. 2, 2007. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2007.

ROSA, Marcelo Carvalho. Sem-Terra: os sentidos e as transformações de uma categoria de ação coletiva no Brasil. **Lua Nova** [online], São Paulo, n.76, p.197-227, 2009. <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a07.pdf>> Acesso: 28.02.2010.

SABOURIN, E. et. al. Family and collective logics in land reform settlements. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 5-44, 2006.

SABOURIN, E. Economia solidária no meio rural brasileiro: **uma análise a partir da noção de reciprocidade**. 2007, p. 14.

SALES, Gil. **Ecologia da paisagem da ilha do Mosqueiro, NE do Estado do Pará**. 2006. 306 p. Dissertação (Mestrado em Geografia e Geoquímica) – Geografia e Geoquímica, Universidade Federal do Pará, Belém. 2006.

SAUER, Sérgio. O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. GALVÃO, C. de; SPAROVEK, G. (Orgs.). **Assentamentos em debate**. Brasília: NEAD, 2005. p.57-74.

SCHMITZ, H. O MST à luz de teorias dos movimentos sociais. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 14, Rio de Janeiro, 2009. **Anais ...** Rio de Janeiro: SBS, 2009. Disponível em: <http://www.sbs2009.sbsociologia.com.br>. Acesso: 30.07.2009.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. da; PRADO, E. S. de A. C. Ação coletiva com fins econômicos: reflexões teóricas a partir de dois estudos de caso no espaço rural. **In: Anais...** Fortaleza: SBSP, 2007.

SCHNEIDER, João Elmo. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico independente. O caso brasileiro. In. LOUREIRO, Maria Rita (org.) **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: CORTEZ: Autores Associados. 1981.

SILVA, Henry. Conflitualidades e Luta Social dos Movimentos Sociais Rurais na Amazônia: posseiros e sem-terra. **Congresso Brasileiro de Sociologia**. 14. 2009. Rio de Janeiro. GT: Movimentos Sociais Rurais e Estado: questões fundiárias, ambientais, trabalhistas e identitárias. **Anais...** Rio de Janeiro. 2009.

SINGER, Paul. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2002.

_____. **Desenvolvimento: Significado e Estratégia**. Brasília. 2004.

SOUZA, Maria Antônia. **As Formas Organizacionais de Produção em Assentamentos Rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, São Paulo. 1999.

STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária: 1946-2003**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009. 319p. <Original: 1994>.

UHLY, Steven. Paulo César Fonteles De Lima - Poesia e Ditadura. In: UMBACH, R., et al. (Org.). **Literatura e Autoritarismo: Memórias da Repressão**. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação, Letras e Biologia. Revista nº 9. Santa Maria, RS – Brasil. 2007. <tradução ao português: André Bonilha Fernandes da Silva/Steven Uhly>.

VENTURIERI, A. et. al. Avaliação da Dinâmica da Paisagem da Ilha do Mosqueiro, Município de Belém, Pará. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. 9. Belém, 1998. **Anais do ...** Belém. 1998. p. 247-256.

**ANEXO A – MAPA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO
PAULO FONTELES COM A DIVISÃO DOS LOTES POR ASSENTADO**